

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO

Júlia Ipê da Silva

**IDENTIDADE TERRITORIAL DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO/RJ:
UM OLHAR A PARTIR DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS**

Santa Cruz do Sul
2019

Júlia Ipê da Silva

**IDENTIDADE TERRITORIAL DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO/RJ:
UM OLHAR A PARTIR DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

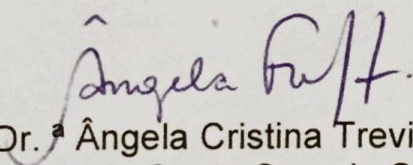
Orientadora: Profa. Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

Santa Cruz do Sul
2019

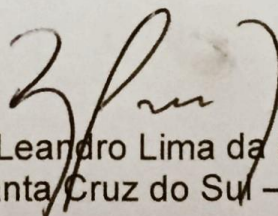
**IDENTIDADE TERRITORIAL DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO/RJ:
UM OLHAR A PARTIR DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

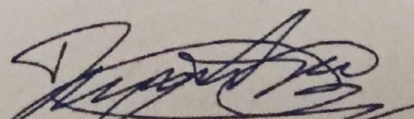
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Ângela Cristina Trevisan Felippi
Universidade de Santa Cruz do Sul – PPGDR



Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Universidade de Santa Cruz do Sul – PPGDR



Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA

Aos meus pais, Lair e Lúcia, por todo amor, dedicação e incentivo.

Ao meu irmão e cunhada, Lair Jr. e Bruna, pelo apoio.

À minha avó Romilda, pelo cuidado.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação é o ápice de uma jornada repleta de aprendizagens e autoconhecimento. Antes de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul eu já sabia que queria dar voz aqueles que muitas vezes não tem. Estudar as favelas do Rio de Janeiro sem ser uma favelada não foi uma tarefa fácil, especialmente quando o assunto é identidade. Mas, por outro lado, debrucei-me em entender aquela realidade. Me identifiquei. Percebi o quanto é necessário que a academia se proponha a trazer esta temática cada vez mais à tona. Me sinto feliz em fazer parte disso.

Me sinto feliz em ter conseguido, após tantos percalços, concluir esta etapa da minha vida. Contudo, não teria chegado ao fim com este resultado, se não tivesse comigo pessoas que acreditassem em mim. Mais do que eu mesma, muitas vezes.

Agradeço a minha família, por todo incentivo e força. Especialmente aos meus pais, Lair e Lúcia, que estiveram presentes ao longo desta caminhada dia após dia. Ao meu irmão Lair Junior e minha cunhada Bruna Travi, que sempre me apoiaram – mesmo de longe. À minha avó Romilda, por todas as orações e cuidados dedicados a mim.

Aos meus amigos da vida, da dança ao Rotaract, que compreenderam o meu afastamento e momentos em que tive que me ausentar. Vocês me deram amor e força ao longo desta longa jornada.

Aos meus colegas e docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, especialmente a minha orientadora Ângela Felippi que esteve ao meu lado em cada momento. Se concluí esta pesquisa, é porque você esteve comigo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, em tempos tão difíceis de desvalorização da pesquisa, me possibilitou realizar este sonho

Por fim, agradeço ao pessoal da Agência de Notícias das Favelas pela incrível receptividade, especialmente ao André Fernandes, fundador da ANF. Estudar as favelas, tendo vocês como objeto de estudo, só fez esta pesquisa valer ainda mais a pena.

*São 200, são 300
as favelas cariocas?
O tempo gasto em contá-las
é tempo de outras surgirem.
800 mil favelados
ou já passa de 1 milhão?
Carlos Drummond de Andrade (1979).*

RESUMO

Esta dissertação objetiva compreender como os conteúdos veiculados pela Agência de Notícias das Favelas atuam na construção da identidade territorial das favelas do Rio de Janeiro. A organização é composta por mais de 400 colaboradores, em sua maioria moradores de favela, que escrevem as notícias com o objetivo de apresentar uma perspectiva dos fatos diferente do que é feito pela grande mídia. O trabalho feito por estudo de caso de natureza qualitativa, parte de análises teóricas sobre o processo de segregação sócio espacial do Rio de Janeiro, perpassando conceitos sobre cidade, espaço urbano e favelização. Também foi feito um resgate bibliográfico sobre a temática da identidade e identidade territorial, trazendo uma reflexão sobre o papel da mídia neste processo de construção identitária. Buscou-se fazer uma detalhada descrição do funcionamento da Agência de Notícias das Favelas e os canais de comunicação que a organização mantém. A partir de abordagens sobre a comunicação alternativa e das práticas jornalísticas exercidas pela própria entidade, almejou-se compreender de que forma a ANF apresenta os seus conteúdos e, a partir deles, identificar elementos identitários. A coleta de dados deu-se por questionário estruturado e entrevistas semiestruturadas, além da análise ser feita de forma documental e pelos conteúdos veiculados pela Agência. Foram selecionadas oito notícias para serem analisadas com o objetivo de identificar características identitárias a partir dos seguintes aspectos: culturais, sociais, urbanos e políticos, sendo que o que emergiu das notícias foi cotejado com dados apontados pelas entrevistas e questionários. Percebeu-se que a Agência se propõe muito mais a apresentar os conteúdos a partir da perspectiva dos moradores do que, propriamente, confrontar um estereótipo da favela e de seus moradores construído pela mídia hegemônica. Foi percebido, também, que a ANF se enquadra no contexto do jornalismo alternativo e funciona muito mais como uma mídia do que, propriamente, como uma agência de notícias. Por fim, constatou-se que a Agência de Notícias das Favelas atua na construção da identidade sobre as favelas por destacar elementos identitários sob a perspectiva de quem vive naqueles territórios.

Palavras-chave: identidade territorial; comunicação; favelas; *Agência de Notícias das Favelas*.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the contents conveyed by the Agência de Notícias das Favelas act in the construction of the territorial identity of the favelas of Rio de Janeiro. The organization is made up of more than 400 employees, mostly slum dwellers, who write the news in order to present a different perspective on what the mainstream media does. The work done by a case study of qualitative nature, starts from theoretical analyzes about the process of social and spatial segregation of Rio de Janeiro, going through concepts about city, urban space and favelization. It was also made a bibliographic review on the theme of identity and territorial identity, bringing a reflection on the role of the media in this process of identity construction. We sought to give a detailed description of the operation of the Agência de Notícias das Favelas and the communication channels that the organization maintains. Based on approaches to alternative communication and journalistic practices exercised by the entity itself, the objective was to understand how the ANF presents its contents and, from them, identify identity elements. Data were collected through a structured questionnaire and semi-structured interviews, in addition to the analysis being done in a documentary way and by the content conveyed by the Agency. Eight stories were selected to be analyzed in order to identify identity characteristics from the following aspects: cultural, social, urban and political, and what emerged from the news was collated with data pointed by interviews and questionnaires. It was noticed that the Agency proposes much more to present the contents from the residents' perspective than to confront a stereotype of the favela and its residents built by the hegemonic media. It was also noticed that the ANF fits into the context of alternative journalism and functions much more as a media than as a news agency. Finally, it was found that the Agência de Notícias das Favelas acts in the construction of identity about the favelas by highlighting identity elements from the perspective of those who live in those territories.

Key-words: territorial identity; communication; shanty towns; *Agência de Notícias das Favelas*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – As 38 unidades da UPP no Rio de Janeiro	43
FIGURA 2 – As 10 favelas mais populosas do Rio de Janeiro/RJ	45
FIGURA 3 – As moradias da favela da Rocinha atualmente	56
FIGURA 4 – Becos na favela da Rocinha	57
FIGURA 5 – Quem mora nas favelas do Rio de Janeiro/RJ.....	59
FIGURA 6 – O Manual de Redação e Estilo da ANF	74
FIGURA 7 – O Portal da Agência de Notícias das Favelas.....	78
FIGURA 8 – O jornal A Voz da Favela	80
FIGURA 9 – A página no Facebook da Agência de Notícias das Favelas.....	82
FIGURA 9 – O perfil da ANF no Twitter	83
FIGURA 10 – O canal do Youtube da ANF	84
FIGURA 11 – O perfil no Instagram	85
FIGURA 12 – O questionário enviado aos colaboradores.....	89
FIGURA 13 – As etapas da Análise de Conteúdo.....	92
FIGURA 14 – Página inicial do portal www.anf.org.br	95
FIGURA 15 – Exemplo de conteúdo veiculado na editoria de cultura.....	97
FIGURA 16 – Notícia da editoria Geral do portal	98
FIGURA 17 – Notícia da editoria de Segurança Pública	99
FIGURA 18 – Outra pauta sobre Segurança Pública	100
FIGURA 19 – Notícia da editoria de Esportes	101
FIGURA 20 – Exemplo de pauta Política da ANF	102
FIGURA 21 – Conteúdo da editoria de Política	103
FIGURA 22 – Notícia sobre Tecnologia	104
FIGURA 23 – Exemplo de pauta abordada na editoria de Oportunidades.....	105
FIGURA 24 – Notícia É só mais um dia de violência no Rio	113
FIGURA 25 – Notícia Inscrições para 1.400 vagas, em três comunidades do Rio	114
FIGURA 26 – Notícia O abandono de Manguinhos.....	116
FIGURA 27 – Notícia Rua do Amparo: Do desespero de anos a esperança de um povo	117
FIGURA 28 – Notícia Entre matar e desmatar	118
FIGURA 29 – Notícia Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca	120
FIGURA 30 – Notícia Encontro de cultura reúne política e rap no Lins.....	122
FIGURA 31 – Notícia Educar+, uma fagulha de conhecimento para as crianças das favelas de Anchieta	124

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Amostra sobre perfil dos colaboradores	72
TABELA 2 – Os gêneros jornalísticos por Marques de Melo (2007)	106
TABELA 3 – Aspectos a serem analisados nos conteúdos da ANF.....	108
TABELA 4 – As notícias escolhidas para análise.....	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O TERRITÓRIO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO/RJ	24
2.1 Compreendendo o território.....	25
2.2 As cidades e o espaço urbano	30
2.2 O processo de segregação e o surgimento das favelas.....	33
3 IDENTIDADE TERRITORIAL E AS PARTICULARIDADES DO RIO DE JANEIRO/RJ.....	47
3.1 Cultura e identidade territorial	47
3.2 A Identidade territorial das favelas do Rio de Janeiro/RJ e a mídia	54
3.3 Movimentos sociais e uma comunicação alternativa para as favelas	61
4 A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS	67
4.1 Compreendendo a história da ANF	67
4.2 Organização, estrutura e funcionamento	70
4.2.1 O Manual de Redação e Estilo da Agência	74
4.3 As mídias da Agência de Notícias das Favelas.....	78
5 A IDENTIDADE TERRITORIAL NOS CONTEÚDOS DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS	86
5.1 Caminhos metodológicos da pesquisa	86
5.1.2 Design e conteúdos veiculados no Portal da ANF	93
5.2 Identidade territorial nos conteúdos veiculados no portal.....	107
5.2.1 Identificando os elementos de identidade territorial nos conteúdos.....	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
8 ANEXOS	140

INTRODUÇÃO

As favelas no Brasil remontam uma história de mais de cem anos; e neste contexto histórico, os territórios e seus moradores possuem – na maioria das vezes, uma imagem estereotipada. Especialmente no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, entre os séculos XIX e XX, onde republicanos munidos por suas teorias racistas junto com as oligarquias regionais fizeram um grande esforço para transformar o Rio de Janeiro em uma cidade europeia. O processo de segregação sócio espacial ressalta muito isso. Os impactos não são puramente no espaço urbano, mas, sim, num contexto social sobre estes. A mídia, especialmente a hegemônica¹, pode ser considerada um reflexo disso. As informações veiculadas sobre as favelas constroem a imagem que as pessoas vão pensar a respeito delas.

A compreensão sobre o papel da comunicação para o desenvolvimento pode ser norteadada pelas reflexões do economista Amartya Sen a partir dos estudos sobre desenvolvimento como liberdade. Isto, pois, o acesso facilitado à informação após a globalização, impactou na democracia e ampliou as liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos cidadãos (SEN, 2000, p.178). Com isso, os direitos políticos e civis de criticar e protestar, somados à democratização dos meios de comunicação, passaram a oferecer aos cidadãos, oportunidades de participarem das ações que dizem respeito à cidadania.

O norte das argumentações de Sen (2000) sobre o desenvolvimento é a qualidade de vida dos cidadãos como fator essencial para o progresso. A liberdade está ligada à possibilidade de as pessoas fazerem e/ou conquistarem o que querem; a capacidade de fazerem suas escolhas e levarem a vida que desejarem. Ao relacionar desenvolvimento e imprensa, o economista destaca – principalmente, o papel da mídia de dar proteção aos indivíduos. O que implica em ouvi-los e, também, dar voz a eles. Sen também acrescenta as garantias de transparência que os meios de comunicação podem oferecer ao Estado para estreitar a sua relação com a comunidade.

¹ Meios de comunicação que legitimam o poder das camadas elitistas (MORAES, 2010). O conceito de hegemonia não será amplamente discutido nesta dissertação, pois o termo é acionado aqui para estabelecer uma perspectiva editorial da mídia tradicional e comercial em relação à experiência que esta dissertação está examinando.

Assim, a imprensa possui um caráter fundamentalmente social. Peucer (2004) já afirmava que a finalidade do jornalismo é informar e, além disso, também apontava sobre a representatividade da informação para a vida em uma sociedade democrática. Davis Marritt (1995, apud. TRAQUINA, 2003) também ressalta que a relação entre jornalismo e democracia é simbiótica e que o jornalismo tem obrigação de divulgar informações relevantes que contribuam com a vida pública. Segundo ele, quando a mídia ignora essa sua obrigação, contribui para um “mal-estar” na sociedade. Outro autor que também ressalta a função social do jornalismo é Bucci (2000), ao pontar o fortalecimento da democracia. “O jornalismo é, ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público – um fator de combate aos preconceitos, sejam eles quais forem. [...] Ele se constrói no diálogo crítico da cidadania” (BUCCI, 2000, p. 49).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel contribuem para esta reflexão ao afirmarem que a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem. Eles entendem que, com a ascensão da internet – principalmente, torna-se ainda mais necessário o papel do jornalismo de decidir o que as pessoas precisam e querem saber. Para os autores, o jornalismo contribui com algo único para a cultura democrática: informação independente, fiável, rigorosa e abrangente, necessária para a liberdade dos cidadãos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Aqui, apresenta-se uma relação direta com a teoria de desenvolvimento de Amartya Sen: o desenvolvimento é um processo integrado de expansão das liberdades individuais. Para Sen, neste caso, as liberdades podem vir, entre outros meios, pelo acesso e apropriação da informação propagada pela mídia que leva à geração de conhecimento. Segundo Sen (2000), a mídia “contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais” (SEN, 2000, p. 336).

Outra questão apontada por Bucci (2000) é que, para ele, o público também precisa ter o direito de conhecer os métodos e processos de produção e edição da notícia e, assim, ter conhecimento dos atravessamentos na produção. Somado a isso, Sen (2000) aponta a necessidade da existência de “meios de comunicação livres” para que as pessoas tenham esta liberdade de estarem bem informadas e atualizadas para, assim, terem oportunidade de

participação livre na democracia. De acordo com o economista, “uma imprensa livre e a prática da democracia contribuem imensamente para trazer à luz informações que podem ter enorme influência sobre políticas de prevenção das fomes coletivas” (SEN, 2000, p. 210-2011).

A participação dos cidadãos no jornalismo aumentou, exponencialmente, em decorrência do avanço tecnológico e da facilidade de ter o poder informativo nas mãos – através das mídias sócias digitais, por exemplo. Assim, o “jornalismo participativo”, em alguns casos, também utilizado como jornalismo colaborativo ou cidadão, oportunizou às pessoas começarem “a fazer jornalismo graças aos meios de comunicação e aos instrumentos de publicação de ciberinformação²” (VARELA, 2007, p. 53), possibilitando também a propagação de questões que, até então, a grande mídia não costumava problematizar.

A partir deste contexto tecnológico favorável, causas e grupos sociais – até então ocultos da grande mídia, puderam ingressar no ambiente virtual para trabalhar com o objetivo de serem reconhecidos mundialmente. Indivíduos e coletivos assumiram uma conscientização sobre o poder transformador da informação que passaram a ter nas mãos, e começaram a trabalhar para a democratização. Assim, a esfera midiática, que antes era ocupada apenas por meios e discursos hegemônicos, passou a abrigar vozes dissonantes e novas práticas sociais começam a viabilizar o acesso aos meios de comunicação a grupos antes excluídos do campo midiático.

Se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem [o] poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. (ARAUJO, 1994. p.84)

Relacionando com as abordagens de Sen (2000), é possível compreender que, ao garantir o direito à informação, o jornalismo pode ser visto como agente de desenvolvimento. Isto, principalmente, pois a imprensa possui os elementos necessários para oferecer as condições para que as pessoas exerçam plenamente seus direitos na democracia.

² Entende-se por ciberinformação as informações elaboradas e contidas no ciberespaço, espaço virtual criado a partir da rede de computadores Internet.

No âmbito científico, a relação entre comunicação e desenvolvimento regional iniciou com Schramm, que despontou mundialmente com pesquisas acadêmicas envolvendo as áreas. O autor (1970, p.19), situado no contexto da comunicação de massa, exalta "o manancial inesgotável que a comunicação oferece para o desenvolvimento de um país a partir do momento em que ela for posta a serviço da motivação de uma comunidade para o progresso". Assim, apesar de o acesso à informação não garantir que o processo de comunicação seja eficaz, é fato que a disponibilização de informação para a sociedade é elemento fundamental em sociedades democráticas, estas consideradas por Sen (2000) como contexto necessário para o desenvolvimento. Isto, porque, a comunicação fomenta e fornece ferramentas para a sociedade, contribuindo para as relações sociais, os valores, a cultura e os fluxos comunicacionais da comunidade, otimizando, assim, o acesso à informação.

Outro papel importante da Comunicação para o Desenvolvimento é que, somente cidadãos bem informados têm condições de exigir os seus direitos. Conforme Dowbor (2003), "a informação aparece como uma condição chave da construção de processos democráticos de tomadas de decisão", ou seja, indivíduos, para compor uma sociedade democrática, necessitam de informação. A atual era midiática proporciona, ainda, novos elementos ao processo de comunicação, que estimula discussões acerca do papel das suas novas formas quanto ao entendimento do desenvolvimento e das contradições históricas, sociais e espaciais que permeiam sua efetivação. Um dos fatores relevantes é que os atuais processos de comunicação facilitaram a exposição da regionalidade em uma dimensão inédita em comparação ao passado.

Isto permitiu que processos econômicos e financeiros adquirissem dimensões mundiais, favorecendo a visibilidade das regiões, pois as informações de cada localidade passaram a imergir num ambiente virtual global. A difusão das tecnologias de informação, então, ampliou as possibilidades de democratização da comunicação e o acesso à informação e ao conhecimento. As redes sociais digitais, por exemplo, ampliaram a voz dos atores sociais e possibilitaram a comunicação e a difusão internacional de mensagens acessíveis a quem detenha boa informação, independente do seu poder econômico. É o caso, por exemplo, das favelas do Rio de Janeiro e os diversos movimentos comunicacionais que existem para disseminar informações sobre estes

territórios – nesta dissertação, especificamente sobre conteúdos relacionados à identidade. A representação destes espaços, bem como, a construção de sua identidade, são criadas por atores sociais de fora dela.

Nóra e Paiva (2008) realizaram uma pesquisa durante cinco meses no jornal O Globo sobre o que era veiculado por eles sobre as favelas do Rio de Janeiro. Como resultado, colocam que “a mídia, de uma forma geral, e não apenas O Globo, procura, sempre que possível, destacar a violência e o ambiente hostil das comunidades pobres” (NÓRA; PAIVA, 2008, p.23). De acordo com as pesquisadoras, das 645 matérias referentes às comunidades pobres do Rio de Janeiro, 462 (71,6%) foram publicadas na editoria Rio, marcada por assuntos geralmente relacionados à violência, tráfico de drogas, questões socioeconômicas e estruturais do estado. Acrescentam que “a maioria das matérias que tem a favela como tema, destaca os seus aspectos negativos. De modo geral estes espaços são vistos como territórios da bandidagem e, principalmente, do tráfico de drogas” (2008, 20-21). Ou seja, as informações veiculadas constroem para a sociedade uma identidade limitada daqueles territórios.

Os veículos de comunicação priorizam os aspectos negativos da realidade social desses grupos e concedem maior visibilidade aos acontecimentos, produzindo um discurso sobre os moradores dessas regiões como seres ameaçadores. Conseqüentemente, reforça-se a existência de uma sociedade cada vez mais fragmentada, na qual os habitantes de áreas pobres, uma vez identificados como membros de uma comunidade, são frequentemente associados à sua imagem negativa e à violência (NÓRA; PAIVA, 2008, p.23).

Esta conclusão também foi elucidada pela autora desta dissertação, em pesquisa³ realizada durante o mês de maio de 2017, na qual analisou o site do jornal Clarín, da Argentina, e o do jornal Folha de São Paulo, com intuito de verificar o que foi veiculado sobre as favelas do Rio de Janeiro no referido período. Das cinco notícias publicadas pelo Clarín, quatro abordavam pautas relacionadas a tráfico e violência. Das 19 veiculadas pela Folha de São Paulo, dezessete abordaram estas temáticas. Ou seja, desde o surgimento das favelas

³ Esta pesquisa foi realizada para um ensaio da disciplina de Território, Região e Regionalização, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul e também serviu como uma pesquisa exploratória para esta dissertação.

até a atualidade, a identidade destes territórios, motivada pela mídia, tornou-se quase que unânime: são espaços de violência e tráfico. E uma das pautas de maior discussão num contexto globalizado é a homogeneização das culturas, ou seja, a padronização dos modos de ser e agir dos indivíduos com base em uma forte referência – os veículos de comunicação hegemônicos.

Nesse sentido, o processo de globalização acabou por ser caracterizado como um sistema onde não se democratiza inteiramente e beneficia, quase exclusivamente, os setores economicamente dominantes do mundo e das sociedades. Este contexto sujeito a padronizações interfere diretamente nas concepções que os indivíduos produzem sobre determinada sociedade, pois as narrativas utilizadas na mídia são as referências que formatam a construção de identidades sociais, e imaginários coletivos. Conforme coloca Hall (2007, p. 119), o discurso toma centralidade importante para a produção da identidade e “o sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria”. Um exemplo disso são as favelas brasileiras em, neste trabalho, as do Rio de Janeiro. As representações midiáticas do pobre, do negro, do morador de favela e da própria favela em si ficam no imaginário da sociedade como representantes da violência e de tudo o que ela significa.

Entretanto, na medida em que a globalização viabilizou que a mídia – dentre outras instituições e meios, padronizasse culturas, deixando de salientar os valores locais e tradicionais, ela também passou a proporcionar uma intensificação dos fluxos informacionais. Sendo assim, já não há como não falar em um só discurso ideológico fundamentado em um só determinado ponto de vista hegemônico e valor cultural. O acesso às tecnologias de informação providas da globalização fez com que os cidadãos, especialmente os ativistas de movimentos sociais, pudessem produzir seus próprios conteúdos e publicá-los na internet, promovendo a sua causa e suas visões de mundo.

O jornalismo alternativo, então, cresce exponencialmente a partir do século XXI quando, segundo Peruzzo (2009, p.50), a pressão social passou a proporcionar relativos avanços na democratização dos meios de comunicação, que podem ser identificados pela “presença crescente de entidades populares na internet”. Neste contexto, há um crescimento da valorização de pautas por vezes ignoradas pela mídia hegemônica, como se o indivíduo, frente a tanta

diversidade cultural e de valores, buscasse uma ancoragem na qual possa se referenciar e se identificar. Paradoxalmente, o processo de globalização – ao mesmo tempo em que cria estereótipos culturais e conceituais – também fortalece a proliferação de identidades locais e regionais, e oportuniza um espaço para culturas geograficamente isoladas serem visualizadas pelo restante da sociedade. Para os espaços urbanos pobres, iniciativas de jornalismo alternativo, por exemplo, ajudam a ressignificar as favelas perante a concepção da sociedade sobre elas. Pode-se destacar, aqui, o Observatório⁴ das Favelas e a Viva Favela⁵, organizações que prezam por apresentar às pessoas, um outro lado sobre estes territórios.

A Agência de Notícias das Favelas também trabalha com o objetivo de trazer notícias mais abrangentes sobre as favelas; o que realmente acontece naqueles espaços para além da violência urbana. As informações elaboradas a partir do sistema colaborativo são disseminadas por veículos de circulação local, regional e nacional, além de serem veiculados no site, o que possibilita que pessoas do mundo inteiro as acessassem.

Diante do exposto acredita-se que, pelo fato dos moradores destes territórios produzirem os conteúdos veiculados pela Agência de Notícias das Favelas, o trabalho desenvolvido por eles auxilia numa mudança dos pré-conceitos sobre a favela. O objetivo da organização, conforme seu editorial, é justamente de democratizar as informações sobre periferias, fazendo alusão às teorias de Sen já apresentadas anteriormente. Assim os conteúdos veiculados apresentam informações sobre aqueles espaços urbanos, como questões culturais, políticas e sociais, que confrontam as informações repassadas pela mídia hegemônica (geralmente policiais) e construindo uma concepção diferente sobre estes territórios. Mas que identidade territorial é essa que a Agência de Notícias das Favelas constrói sobre as favelas do Rio de Janeiro?

Com o intuito de responder este questionamento, a pesquisa foi elaborada com o objetivo geral de compreender, então, que identidade territorial das favelas

⁴ O Observatório de Favelas (www.observatoriodefavelas.org.br) é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos.

⁵ O Viva Favela (www.vivafavela.com.br) é um portal eletrônico alimentado por uma equipe de jornalistas e “correspondentes comunitários”, que são moradores de favelas capacitados para atuar como repórteres e fotógrafos. O projeto permite a apropriação dos meios de produção e circulação de informação e a difusão dessas notícias tanto na própria favela quanto fora dela.

do Rio de Janeiro/RJ a Agência de Notícias das Favelas constrói. Para isso, os objetivos específicos foram: entender o processo de segregação sócio espacial e favelização do Rio de Janeiro/RJ; compreender a relação de cultura, identidade e território; situar o papel da mídia no processo de construção identitária, especialmente nos territórios das favelas do Rio de Janeiro/RJ; compreender como se dá o processo produtivo dos conteúdos da Agência de Notícias das Favelas; e analisar os conteúdos veiculados pela Agência de Notícias das Favelas e identificar que identidade territorial das favelas do Rio de Janeiro/RJ a organização constrói. Para que se alcançassem os objetivos desta dissertação, optou-se por utilizar a abordagem teórico-metodológica dos Estudos Culturais. Acredita-se que esta escolha se aplica ao estudo proposto, pelos seguintes motivos: conforme aponta Escosteguy (2001) um dos principais enfoques desta abordagem está relacionado a uma aproximação da análise social contemporânea em que a cultura se torna uma condição de existência constitutiva da vida social. Em outros termos, a cultura assume uma centralidade em todos os aspectos da vida social, mediando tudo (HALL, 1997). A autora aponta que “a cultura deve ser estudada dentro das relações sociais e do sistema que a produz e consome, daí o entrelaçamento entre o estudo da sociedade, da política e da economia. E é exatamente nessa articulação o que reside a potencialidade da problemática teórica dos estudos culturais” (ESCOTEGUY, 2001, p. 200).

Outra questão levantada pela autora é sobre o ponto de vista dos Estudos Culturais acerca dos debates sobre identidades – outro fator de aproximação com esta pesquisa, e as suas relações com cultura, sociedade e economia. Segundo Escosteguy (2001), uma alternativa de estabelecer um diálogo entre as temáticas “poderia ser viabilizada através da inserção dos estudos culturais na teoria da sociedade civil, o que, por sua vez, permitiria resgatar seu papel na construção de uma sociedade e cultura democrática” (ESCOTEGUY, 2001, p. 209).

Também vale ressaltar que a indicação dos Estudos Culturais para pesquisas da área da comunicação é feita por diversos autores. Johnson (1999, p.30), por exemplo, enaltece que um dos alvos óbvios dos Estudos Culturais é a mídia e seus modos de consumo. Estudiosos como Stuart Hall (2003) e Martín-Barbero (2003) também associam as duas áreas. Contudo, antes de explorar

mais a relação Estudos Culturais e Jornalismo, é interessante contextualizar historicamente o seu surgimento. Foi após a chamada "virada cultural" que despontou o interesse pelos estudos de recepção. Isso, porque, conforme afirma Escosteguy (2012), o interesse nos conteúdos oriundos dos textos midiáticos diminuiu e aumentou a curiosidade em compreender como o grupo que recebe a informação reage. Assim, "essa vertente de pesquisa estuda mais o papel dos meios na vida cotidiana do que o impacto ou o sentido da vida cotidiana na recepção de um determinado texto midiático" (2007, p. 118). Moraes (2016) também acrescenta que a virada cultural se operacionaliza em termos de uma atenção à esfera da recepção dos meios de comunicação, transgredindo a ideia de uma mensagem analisada como mera transmissão do emissor para o receptor (MORAES, 2016, p. 33).

A partir destas modificações o empírico passou a ser mais valorizado nas pesquisas e, claro, especialmente nas da área da comunicação. Kellner (2001) ressalta que os Estudos Culturais permitem teorizar a complexidade e as contradições do processo midiático, mostrando como essa produção serve como instrumento de dominação, mas que também oferece possibilidades de resistência e mudança. O autor também acrescenta que os Estudos Culturais dão conta dos efeitos dos textos e discursos midiáticos e de como a sociedade se apropria desses produtos – estes fatores que possuem grande relação com os objetivos desta dissertação. As discussões sobre os Estudos Culturais permeiam, também, assuntos sobre quem é o sujeito e como se dá a sua inserção no mundo, e, também, sobre os indivíduos e suas identidades pessoais – como as pessoas se constroem, se percebem e como se interpretam. Contudo, como coloca Escosteguy (2001), isto não se relaciona apenas com a comunicação e seus efeitos na cultura e identidade nacional, mas, também, a própria problemática da identidade nacional e de outras identidades culturais, e qual a importância que as práticas relacionadas à comunicação têm na sua constituição. Assim, a identidade “se conota não somente como suporte das fases de territorialização, ou do processo de desenvolvimento, mas antes como um conjunto específico de condições que fornece os vínculos e as possibilidades às ações sucessivas” (GOVERNA, 1997a, p.34). Neste quesito, apresenta-se mais uma correlação entre as temáticas “estudos culturais – jornalismo – identidade” presentes nesta dissertação.

A metodologia desta pesquisa é caracterizada como um estudo de caso de natureza qualitativa, principalmente pela “demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos” (Mendes, 2006, p. 11). Gaskell (2002, p. 65) afirma que a pesquisa qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação”. Godoy (1995) corrobora:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p.58).

A preferência pelo uso do Estudo de Caso, fazendo referência a colocação de Yin (1989), foi dada pois se trata de um estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Apesar de ter pontos em comum com o método histórico, o Estudo de Caso se caracteriza pela "capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações." (YIN, 1989, p. 19). Assim, esta dissertação foi elaborada a partir dos seguintes caminhos metodológicos:

- a) Análise documental: De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”. É uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo observado. Além disso, a etapa documental pode complementar a pesquisa, subsidiando dados encontrados por outras fontes, no sentido de corroborar a confiabilidade dos dados. (MARTINS; THEOPHILO, 2009). Esta se embasa diretamente nas fontes científicas e materiais impressos e editados, como livros, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários, periódicos, artigos e teses – nesta dissertação a pesquisadora debruçou em compreender mais além sobre o

Manual de Redação e Estilo da Agência, além das notícias do Portal e do jornal A Voz da Favela.

- b) Questionários estruturado: os colaboradores da Agência de Notícias das Favelas foram convidados a responderem um questionário que teve, como objetivo, conhecer mais sobre o perfil de quem atua como colaborador da organização. Este método de coleta de dados, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”
- c) Entrevistas semiestruturadas: foram feitas entrevistas semiestruturadas com os profissionais da Agência de Notícias das Favelas, “guiadas pelo roteiro de questões, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado” (FUJISAWA, 2000). O objetivo foi de compreender mais a fundo como é realizado o trabalho dos colaboradores da Agência. Foram entrevistados, em profundidade, o sócio fundador da ANF, André Fernandes, Elaine Locan, que atua como Secretária Executiva e Débora Rocha, Secretária Institucional;
- d) Análise de conteúdo: a análise dos conteúdos da ANF na relação com a identidade territorial foi realizada com a metodologia da Análise de Conteúdo. Bardin (2011) propõe que este método se caracteriza por “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47). Na análise dos conteúdos, a pesquisadora teve que buscar compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens veiculadas nos canais de comunicação da ANF – especialmente no portal de notícias. O esforço do pesquisador dá-se para compreender o sentido da

comunicação, como se fosse o receptor normal destes conteúdos e, também, perceber nestas mensagens uma outra significação, outra perspectiva através de um distanciamento.

A partir destes caminhos metodológicos, esta dissertação está organizada em quatro capítulos, sendo que os dois primeiros se debruçam em fazer as contextualizações teóricas sobre: segundo capítulo aborda o território das favelas do Rio de Janeiro/RJ, perpassando pelos conceitos de territórios, segregação urbana e surgimento das favelas; e o terceiro capítulo se propõe a refletir sobre a identidade territorial e as particularidades do Rio de Janeiro/RJ, incluindo um resgate sobre cultura, identidade e comunicação alternativa. Já os capítulos quatro e cinco são compostos pela análise desta dissertação, desde a apresentação do objeto do estudo de caso, até o cerne da pesquisa que é a análise dos conteúdos do Portal.

Por fim, o questionamento sobre as leituras estereotipadas das favelas e dos territórios de baixa civilidade, motivou a escolha por pautar este estudo. O objetivo de compreender o que são as favelas – para além dos pressupostos que as reduzem à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros, norteou o interesse em identificar iniciativas alternativas que trabalham para a ressignificação das periferias.

2. O TERRITÓRIO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO/RJ

As favelas do município do Rio de Janeiro, e de grande parte do Brasil, são caracterizadas como uma solução de moradia para as pessoas que, por diversos motivos, não conseguiram um espaço na sociedade formal e criaram sua própria. Uma sociedade marginal, já dizia Zuenir Ventura (1994), em sua obra *Cidade Partida*, definindo o Rio de Janeiro como uma cidade partida: asfalto e favela. Em resumo, ao remontar a origem das favelas, é possível perceber que elas foram formadas por grupos de pessoas que não tiveram condições de se inserir nessa sociedade formal. Um dos fatores, por exemplo, é a incapacidade de poder aquisitivo para adquirir ou alugar um imóvel para morar. Neste contexto, a iniciativa que tiveram foi de ocupar terrenos, geralmente sem proprietários privados, para construir seus imóveis nos morros com as condições que tinham – muitas vezes de madeira e papelão, ou alvenaria inacabada, sem instalação elétrica e esgoto. Assim, se deu a origem das primeiras favelas do Rio de Janeiro, como a do Morro da Providência – que surgiu em 1897 e situa-se entre os bairros do Centro, Santo Cristo e da Gamboa.

De acordo com Guimarães (1953), as favelas constituíram para os favelados uma “solução de emergência” (GUIMARÃES, 1953, p.255), ao passo que para as autoridades governantes e para grande parte dos moradores do “asfalto” elas se tornaram um problema de muito difícil solução. As favelas são um produto de uma ausência contínua de políticas públicas em favor da população mais desfavorecida economicamente. São uma marca da desigualdade socioeconômica que vem sendo uma constante na formação social brasileira. As cidades, de um modo geral, possuem um espaço urbano fragmentado, geralmente divididos em diversos “centros” dentro de um mesmo território: comerciais, industriais, lazer, moradia etc. Contudo, há inúmeras discussões sobre os critérios desta segregação, que é – em sua grande maioria, desigual. Historicamente, este processo teve início com a Revolução Industrial, que fez com que as camadas trabalhadoras se organizassem separadamente da classe burguesa da cidade, fixando assim, moradia aos arredores das indústrias em que trabalhavam.

2.1 Compreendendo o território

Num primeiro momento, antes de procurarmos entender as dimensões simbólicas do território e suas interfaces com a identidade, e abordar o processo de segregação do município do Rio de Janeiro e focar no objeto empírico dessa dissertação, é preciso transitar por alguns conceitos, pois estes representam o movimento acadêmico, acerca de algumas concepções e reformulações da temática do território como pesquisa. Devido à amplitude a qual o termo "território" está submetido, nem sempre é fácil essa conceituação – principalmente porque, ao longo da evolução do pensamento científico geográfico, o conceito adquiriu diversas conotações e perspectivas diferentes. Outro fator que foi percebido ao longo desta pesquisa é que, por diversas vezes, não há uma distinção clara entre os conceitos de território, espaço e lugar, aumentando a complexidade dessa tarefa.

Contudo, de acordo com Saquet (2006), a partir de 1970 a geografia passa por um momento de renovação, momento em que as discussões no mundo acerca do conceito de território são retomadas. No entanto, no Brasil essa retomada ocorre a partir dos anos 80, ficando até então as percepções mais voltadas para o conceito de espaço geográfico. Concordando com essa tendência mundial de renovação do pensamento geográfico, conceitos da geografia brasileira também são resignificados, dentre esses, o conceito de território. A partir daí, começa-se a adotar uma perspectiva mais humanizada das relações sócio espaciais. Tal renovação se dá, em grande parte, ainda segundo Saquet (2006), em consequência dos estudos de Raffestin. São apontados ainda, como marcos fundamentais desse processo, importantes obras como as de Gilles Deleuze e Felix Guattari, Robert Sack, Angelo Turco e outros. No Brasil, o autor aponta como importantes estudiosos e que contribuíram e contribuem com seus estudos sobre o conceito os autores Milton Santos, Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza.

Na escola da Geografia Crítica, quando comparamos as análises feitas por Claude Raffestin e Milton Santos, percebemos uma diferenciação de ideias a respeito dos conceitos de espaço e território. Santos (2000, p.2), por exemplo, faz uma distinção entre o “território em si” e o “território usado”, em que o primeiro aparece como “forma” e o segundo permeado por “objetos e técnicas”.

Comumente também vemos suas análises utilizando os conceitos de espaço natural (que muito se aproxima do território em si) e de espaço, análises que podem aproximar os dois conceitos a quase sinônimos, se considerarmos estas distinções. Para Santos (2002, p.247), o território, anterior ao espaço geográfico e, portanto, à base material, “em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico”. Espaço geográfico para Santos (2002, p.63) seria “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Dentre as diferentes perspectivas, umas das distinções mais explicativas sobre estes dois conceitos foi elaborada por Claude Raffestin (1980, p. 143), quando destaca principalmente pela iniciativa em abordar o território por um caráter político e por sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1980, p. 143).

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Neste sentido, entende o território como sendo compreendido e delimitado por e a partir de relações de poder. A partir de sua concepção de pensar e propor o território, o poder se encontra nas atuações estatais e também em outras instituições e relações sociais que efetivam a vida cotidiana; ao ampliar as formas de poder, ampliam-se também as formas de territorialização. Segundo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Assim o território é

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1980, p.144).

Diante desta definição de Raffestin, é possível perceber uma contradição quando comparado a consideração de Santos quando diz que "a utilização do território pelo povo cria o espaço" (SANTOS, 1978, p. 189). Ou seja, enquanto Santos parte do território em si, como algo dado, para a construção do espaço geográfico, Raffestin faz justamente o contrário, partindo do pressuposto que o espaço é algo dado, e quando apropriado transforma-se em território.

É importante ressaltar que a complexidade do conceito de território é tão evidente que levou o próprio Milton Santos a alterar sua concepção a respeito do mesmo ao longo de sua trajetória intelectual, especialmente em *A Natureza do Espaço*, quando o autor deixa explícito um pensamento que muito se assemelha ao de Raffestin, caracterizando território como espaço apropriado socialmente. Outro autor que corrobora com esta última perspectiva é Massimo Quaini (1968), que entende o território como produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente. Segundo ele, o território resulta das relações espaço-temporais. Saquet (2009) acrescenta que essa relação está na base da organização territorial. Segundo ele (2009. p.79), "a territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas ou dissimétricas que produzem historicamente cada território".

É importante pensar, portanto, que o território não pode ser compreendido como algo dado, mas algo construído. Tal construção se faz a partir das relações cotidianas que envolvem modificações dos seus atores (sujeitos sociais) e de sua base material, sendo assim, não se faz presente a compreensão e estudo do território de maneira desassociada do espaço, conceito compreendido como produto das relações sociais. Haesbaert (2007), fazendo referência ao conceito de território, ressalta a importância de compreendê-lo para o posterior entendimento do que vem a ser territorialidades e modos de apropriação do espaço, de territorialização⁶ dos sujeitos.

⁶ A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional,

Desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece de terra-territorium quanto de térreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados a terra, ou no "territrium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que tem o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT, 2007, p.20).

Nesse sentido, é importante destacar a posição de Santos e Silveira (2006) que entendem o território como uma construção social, isto é, o território como uma por  o do espaço, apropriado e utilizado das mais diversas formas pela sociedade, a partir da sua organização, em diversos contextos históricos. Nessa mesma perspectiva, Saquet (2009), também afirma que o território é uma construção social, realizada, portanto, coletivamente e multidimensionalmente. Partilhando de concepções semelhantes aos dos autores supracitados Haesbaert (2006), destaca que o território é um espaço apropriado pelos grupos, não apenas politicamente, mas também economicamente e culturalmente. E também constituído por um jogo de complexas relações, entre os grupos, que ora o dominam, ora perdem esse domínio frente a outros grupos mais fortes ou melhores articulados (HAESBAERT, 2006). De acordo com ele, o território pode ser considerado a partir da perspectiva:

1) jurídico-política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; 2) a cultural(ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou "identidade social sobre o espaço"; 3) a economia – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da "relação capital-trabalho". (HAESBAERT, 1997, p. 39-40).

Nessa mesma lógica acerca das produções territoriais, que ultrapassam as noções de poder diretamente vinculadas as questões políticas, Raffestin (1993, p. 155), coloca que o território "[...] cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos, econ micos [...] sociais e/ou culturais". Para Raffestin (1993) todo território implica em uma delimitação material ou imaterial. No campo concreto, representada pelos limites físicos e definida pelos atores envolvidos e no campo abstrato por meio de

pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (SAQUET, 2009, p. 83).

representações (RAFFESTIN, 1993). O autor afirma também que, os atores ao se apropriarem dos espaços acabam por “territorializar” os mesmos, sustentados por um conjunto de ações, posturas, práticas, comportamentos, enfim costumes que revelam relações de poder, fundamentais para esse processo de empoderamento e manutenção do território. Este contexto pode ser percebido, por exemplo, no contexto das favelas – nesta pesquisa as do Rio de Janeiro/RJ –, que possuem algumas normas de convivência entre os moradores, turistas e demais pessoas que não vivem naquele espaço, mas o frequentam. “O processo de entrada nesses territórios nem sempre são fáceis. Inclusive, em muitas regiões, o acesso é extremamente restrito” (FERNANDES, 2019). Isto também estimula, em determinados casos, o fortalecimento das identidades coletivas como um ato de resistência – principalmente por todo contexto histórico das favelas que será apresentado mais adiante.

Ao dizer que o território pode ser entendido na ótica do pertencimento deste por um indivíduo ou grupo de indivíduos, Corrêa afirma suas concepções de território fundadas na dimensão identitária, corroborando com Haesbaert para ampliar o diálogo para questões além da visão do poder. Assim os conceitos de desterritorialização e reterritorialização sinalizam para as dinâmicas territoriais no sentido das apropriações, perdas e novas reapropriações, conferindo um caráter dinâmico e complexo no jogo das relações de poder e de suas dimensões simbólicas como a questão da perda e criação. Essa compreensão estreita-se ao enquadrar determinados grupos identitários e suas relações entre si, seja de conflito ou amistosas, como exemplo desses grupos identitários podemos citar os moradores de favela.

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. (SOUZA E PEDON, 2007, p.133).

É interessante perceber, também, a importância da ciência histórica e o seu conceito de temporalidade, como forma de entender esses grupos identitários – principalmente no que diz respeito às modificações contínuas, à organicidade do território e o seu caráter subjetivo e intangível.

A dimensão da história no contexto da territorialização – dimensão espaço-temporalidade – se realiza na prática cotidiana dos grupos que estabelece vínculos com os de dentro e os de fora, os “nós” e os “outros”, que dentro do plano do vivido, sentido, percebido e concebido, produz o conhecido e o reconhecido. (SOUZA E PEDON, 2007, p.132).

Essas concepções multidimensionais permitem entender as produções territoriais e territorialidades. A análise das suas relações com o território são complexas e requerem uma compreensão além do espaço concreto vivenciado e das relações políticas. Nesta pesquisa, o território é também um espaço de socialização, de manifestação de cultura e fonte de recursos, numa perspectiva econômica. Assim, entende-se que no território tais dimensões perpassam-se. O próximo subcapítulo agrega nessa discussão territorial abordando uma perspectiva em relação às cidades e ao espaço urbano.

2.2 As cidades e o espaço urbano

A relação entre espaço da cidade e sociedade pode parecer explícita, mas na verdade gerou embates e caminhos teóricos bastante diferenciados, sobretudo no campo da sociologia. Estas discussões podem ser analisadas desde a compreensão do conceito de cidade – que, até hoje, possui diversas interpretações. As primeiras cidades formam-se por volta de 3.500 a.C., entretanto, é na transição do feudalismo para o capitalismo, quando a burguesia como classe revolucionária se contrapõe à aristocracia contribuindo com a decadência do feudalismo é que surge a cidade como um espaço de possibilidade do trabalho livre, concentrando artesãos, pedreiros, alfaiates e comerciantes. Segundo Santos (1988):

As cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, o qual propiciou a formação de um excedente de produtos alimentares. Com a existência deste excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas (SANTOS, 1988, p. 19).

Neste contexto, a cidade (burgo) passa a se diferenciar do campo constituindo-se então num elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. A pesquisa de Sandra Lencioni intitulada

Observações sobre o conceito de cidade e urbano, de 2008, proporciona uma introdução a essa temática do que é cidade e o que é urbano. A autora inicia sua reflexão questionando: “Como um conceito pode abrangar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de habitantes?” (LENCIONI, 2008, p. 114-115). Este contexto diversificado, especialmente quando se fala de Brasil, evidencia a dificuldade de definição do conceito de cidade. Contudo, há uma convergência entre diferentes autores: a relação da cidade com aglomeração.

A cidade, não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da “relação do homem com o meio” – referente mais clássico da geografia. Isso não significa dizer, todavia, que estabelecida essa relação tenhamos cidades. Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma ideia comum a todas elas, que é a de aglomeração. Não é à toa, então, que a ideia de aglomeração se faz presente na definição da palavra cidade (LENCIONI, 2008, p. 115).

Allix (1956) percebe a cidade como uma aglomeração humana abastecida do exterior, na qual a maioria dos habitantes se dedica a atividades diferentes da exploração agrícola ou pastoril. Segundo o autor, o que define uma cidade não é a quantidade de pessoas que ali residem, mas o que elas fazem, bem como o seu modo de fazer. Weber (1987) argumenta sobre a cidade como sendo um aglomerado urbano surgido em consequência das trocas comerciais, que se apresenta como “associação autônoma em algum nível, como um aglomerado com instituições políticas e administrativas especiais” (WEBER, 1987, p.76). Assim, é possível compreender a cidade como uma intervenção do homem na paisagem, no território. Mais ainda, pode ser entendida como a síntese da civilização, cujo modo de vida permeia não apenas sua estrutura, mas toda a sua região de influência. De acordo com Rolnik (1998, p. 21-22), “ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas de submissão a regras e regulamentos”. A cidade, então pode ser considerada um lugar onde o homem pode desenvolver pessoalmente e socialmente, principalmente pela coexistência plural de grupos sociais; sendo assim, um lugar onde se pode exercitar de forma ampliada a escolha de um modo de vida mais diversos. Benevolo (2006) também acrescenta informações sobre o conceito de cidade, e diz que ela pode ser

entendida como o lugar que concentra oferta de serviços — culturais, religiosos, de infraestrutura ou consumo — e que reúne os mais diversos fluxos e atividades humanas. O autor (BENEVOLO, 2006) ressalta que esta sobreposição de funções se deve às diferentes realizações de seus habitantes ao longo do tempo, que passam a se justapor no ambiente urbano para adaptar a estrutura a necessidades e interesses diversos.

De acordo com Gottdiener (1993), muitas análises tradicionais, anteriores à década de 70, consideravam as relações sociais ocorrendo dentro do espaço, o que implicava considerar o espaço apenas como receptáculo – “uma planície sem características próprias” (GOTTDIENER, 1993, p.125). Para Lefebvre – sobretudo se considerarmos seu trabalho *A Produção do Espaço*, a noção de espaço urbano apresenta-se mais multifacetada, sendo ele próprio um dos elementos das forças produtivas da sociedade, “especialmente através da atuação da forma ou design” (GOTTDIENER, 1993, p.127). Assim, segundo o autor, tudo o que engloba a cidade e seu processo de construção não é apenas, como Gottdiener (1993) apresenta, “um palco das ações humanas ou consequência de uma dada estrutura social”, mas, sim, um conjunto de elementos que constituem uma sociedade e a sua identidade. Como mencionado por Gottdiener (1993), para Lefebvre, o espaço urbano

(...) é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. (...) num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nestes eventos (a função da ordem social). (...) Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. (...) é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes (GOTTDIENER, 1993, p.127).

No pensamento de Lefebvre a “práxis espacial” é elevada a uma atividade radical paralela a esforços para reorganizar as relações sociais, e para tal ele sustenta essa perspectiva com uma teoria marxista do espaço. O espaço não pode ser reduzido simplesmente a uma localização ou às relações sociais de posse de propriedade, pois ele representa uma diversidade de preocupações sócio materiais. Segundo ele (1974), o espaço é uma localização física, uma

peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (recebe), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função da ordem social). Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da econômica. É possível observar, ainda, que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes. Segundo o autor (1974) o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele se transforma com as “sociedades”. Assim, o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico – um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade.

2.3 O processo de segregação e o surgimento das favelas

O conceito de segregação urbana surgiu entre os anos de 1930 e 1940 com os pensadores da Escola de Chicago. O objetivo de suas discussões era de compreender a escolha ou preferência pela localização residencial de diferentes famílias e indivíduos de diferentes classes de renda, dentro dos espaços internos das cidades americanas. Na época, os pensadores relacionavam a questão da segregação urbana como um processo decorrente das preferências individuais de cada um. Já mais atualmente, Marques (2005) aponta três fatores que implicam na divisão do espaço urbano entre o que ele chama de “cidade formal” – dos integrados (os incluídos) – e a “cidade informal” – dos não-integrados (os excluídos). Primeiramente, o autor acredita que a dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si daqueles espaços são um grande fator para a aplicação de critérios para a segregação. Segundo Marques (2005, p.15), também são considerados: a dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção de moradia; e o Estado e as políticas públicas.

Voltando a Corrêa (1995), o autor afirma que a segregação é produzida tanto pelo Estado, quanto pelas classes dominantes e grupos sociais dominados. Pelo Estado, através de intervenção direta ou indireta, na construção de habitações e no financiamento que amplia e viabiliza o processo de acumulação. Pelas classes⁷ dominantes, através do direcionamento seletivo, da “auto-segregação” e da “segregação imposta” por essas classes através do controle do mercado de terras, da incorporação imobiliária e da construção. Pelas classes dominadas, na ocupação precária dos espaços ainda não controlados nem pelo Estado nem pelas classes dominantes.

Pode-se enfatizar, então, que o processo de segregação urbana engloba uma perspectiva muito mais social do que puramente geográfica; o que acarretou o uso do termo “sócio espacial”. O primeiro autor que conceituou o termo “segregação sócio espacial” foi Henri Lefébvre. Para ele (1991) o estilo ou a forma de organização do espaço em geral, e do espaço urbano em particular, na sociedade capitalista, é uma forma de organização e de produção social, com três condicionantes básicos, sendo eles: a) o espaço urbano é tido como sendo também uma mercadoria; b) em consequência disto há um acesso diferenciado ao espaço urbano entre as diferentes classes sociais e; c) resultado das condicionantes anteriores, há uma apropriação subjetiva e ideológica do espaço. A segregação urbana, então, é vista como um fenômeno social e espacial e, por isso, quando for abordado é preciso ter um olhar a partir de três perspectivas: 1) a repercussão cultural da composição de espaços homogêneos sócio econômicos; 2) a valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos; e 3) os problemas de sociabilidade, ou seja, a possibilidade ou impossibilidade de encontro/comunicação/contato entre os diferentes. Villaça (1998) também agrega na discussão conceitual e diz que a segregação sócio espacial pode ser entendida como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998, p. 142).

O processo de segregação nas cidades contemporâneas pode ser visto, como um dos fatores que mais evidencia questões de desigualdades. Schmidt

⁷ Segundo o Marxismo, a “Teoria de Classes” determina as classes sociais, por meio das relações de produção, ou seja, entre os detentores de bens e capital e os trabalhadores que fornecem sua força de trabalho.

(2009, p. 140) contribui para o entendimento desta temática, ao refletir que “a cidade traz, em sua essência, separação, que se dá de forma clara e pontual no espaço e evidencia processos de pobreza, contradição e segregação” (SCHIMIDT, 2009, p. 140). Bauman (1999, p.56) também faz uma reflexão sobre isso e pondera que “as cidades contemporâneas são construídas a partir do evitamento e separação, sendo a forma de preservar as elites capitalistas do encontro indesejado com as classes menos favorecidas. Com isso, essa separação que há nas cidades atualmente, principalmente nas metrópoles, revela um processo tendencioso a favor de um grupo dominante da sociedade, a partir do momento que evita o contato, inclusive visual, com as classes menos favorecidas – forma-se aí, uma situação de exclusão social por parte das cidades capitalistas.

As cidades brasileiras são um caso mundialmente conhecido de exemplo de segregação sócio espacial. Um dos principais motivos que desencadeou este processo foi que, entre os anos de 70 e 80, houve uma expansão do capitalismo e modificações no setor imobiliário no Brasil:

Em um polo, a segregação da população pobre nas precárias periferias, possibilitando-lhe amplo acesso à moradia através da produção extensiva de loteamentos populares e, no outro, a expansão nas áreas centrais da forma empresarial de produção residencial que se consolidou nos anos 70 com o advento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). (LAGO, 2015, p.42)

Neste modelo de crescimento, viabilizado pelo Estado, direcionou-se uma distribuição urbana segregadora e excludente. A prioridade era de atender as necessidades do grande capital de infraestrutura e também em serviços urbanos e, a partir disso, houve – conforme (KOWARICK E CAMPANÁRIO, 1988), inadimplência do poder público quanto ao controle e ordenamento do crescimento urbano permitiu que o espaço das grandes cidades fosse organizado ao sabor da especulação imobiliária, encarecendo enorme e artificialmente o preço da terra.

Este processo é claramente evidenciado pela má distribuição residencial, que, em conjunto com outros aspectos representados no espaço, dividem a população levando em conta, basicamente, as diferenças entre as condições financeiras. Villaça (2001) acrescenta que uma das características mais

marcantes das metrópoles do Brasil é esta segregação espacial e que, basta uma volta pela cidade, para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos, etc. Num âmbito histórico, Taschner e Bógus (2001) afirmam que nas cidades brasileiras, o modelo tradicional - pobreza na periferia - acentuou-se no século XX. Este fato encaminha esta segregação residencial que o país sofre, onde são considerados critérios de rendas, grande crescimento populacional nas favelas e um alto crescimento de condomínios fechados de luxo. Estes elementos fazem com que a segregação sócio espacial se intensifique e se fortaleça, prejudicando assim as camadas menos favorecidas da população.

A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. (VILLAÇA, 2001, p. 142)

E, no entanto, a segregação urbana traz inúmeros problemas às cidades. O primeiro é, obviamente, a desigualdade em si. Os grupos sociais mais pobres da população, com menos recursos, são justamente as que gastam mais com o transporte diário, que têm mais problemas de saúde por conta da falta de infraestrutura, que são penalizadas por escolas de baixa qualidade, e assim por diante. A própria segregação é não apenas reflexo de uma condição social, mas um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas. Além disso, a segregação tende a enfraquecer as relações sociais, o contato com o diferente e a tolerância.

O Rio de Janeiro foi o centro das preocupações de várias pesquisas sobre a estrutura interna do espaço metropolitano, principalmente pelo que muitos chamam de “favelização”. O território carioca é marcado por uma forte produção desigual do espaço urbano, cujo fenômeno da segregação é a sua expressão mais evidente. A história das favelas do Rio de Janeiro tem início no final do século XIX, durante a República Velha, época em que começaram a surgir as primeiras construções nos morros próximos ao centro, como alternativa de moradia para os estratos mais pobres da cidade, já que o Estado realizava uma

forte campanha pelo fim dos cortiços⁸, habitações coletivas consideradas altamente insalubres (VAZ, 1994, p. 592). Nos estudos que se propõem a analisar o surgimento das favelas, muito se fala da sua relação com a guerra de Canudos.

A favela do morro da Providência teria sido formada por soldados que retornaram do sertão baiano em 1897. Os ex-combatentes, acampados nas cercanias do Ministério da Guerra, na base do morro, aguardavam definição sobre sua situação no exército; como não recebessem resposta, permaneceram à espera, estabelecendo-se em casebres precários construídos nas encostas. (VAZ, 1994, p. 591)

Até mesmo o nome favela seria uma herança da guerra de Canudos. Uma das teorias é que o morro da Providência, localizado no centro da cidade, foi rebatizado de morro da Favella por possuir a mesma vegetação que cobria o município de Monte Santo, na Bahia, e depois a palavra acabou se transformando em substantivo para denominar todos os morros ocupados. Outra hipótese, carregada de uma simbologia maior, é que o nome foi uma homenagem ao morro da Favella de Monte Santo, por ter sido um importante local de resistência dos sertanejos diante do avanço das tropas militares durante o conflito (VALLADARES, 2000, p. 5). Para a autora, o papel de Canudos nesse período de fundação das favelas tem um teor fortemente político. Os moradores das favelas ganharam comparações com os sertanejos liderados por Antonio Conselheiro, marcados por sua postura de resistência ao poder oficial.

À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum (VALLADARES, 2000, p. 7).

Desde seu surgimento, as favelas sempre foram encaradas como um “problema” para a cidade. Em um primeiro momento, esse “problema” esteve ligado às suas condições precárias de salubridade. Mas ao contrário dos cortiços e outras habitações populares que não resistiram às reformas higienistas, as

⁸ Os cortiços eram considerados aglomerados que reuniam criminosos e vagabundos, tornando-se objeto de repulsa da sociedade, além de serem vistos como antro de doenças e epidemias que afetavam a ordem e a moral da cidade (VALLADARES, 2000, p. 3). O fim do maior cortiço do Rio de Janeiro, o Cabeça de Porco, teve relevante impacto no surgimento de moradias nas encostas dos morros centrais da cidade (FILHO, 2011, p. 46).

favelas se expandiram mesmo quando se tornaram foco dessas políticas sanitárias. Em seu artigo sobre a gênese das favelas cariocas, Valladares (2005) lembra a concepção que havia das favelas como uma doença dentro de um corpo, a cidade. Concepção que, claramente, entende a favela como algo à parte, e não integrante do espaço urbano. Segundo ela (VALLADARES, 2005, p.14), “seguiu-se, naturalmente, a leitura da favela como doença, moléstia contagiosa, uma patologia social que precisava ser combatida”. Silva (2012, p.248) também argumenta que é preciso reconhecer que a categoria favela foi construída socialmente como um lugar homogêneo da pobreza, da marginalidade e da desorganização social. Embora modificada ao longo das décadas, ainda hoje a forma hegemônica de percepção das favelas é constituída por certas imagens como, por exemplo,

(...) a sua associação com a pobreza econômica; a falta de formação escolar; a predominância do trabalho manual; o fenótipo dos moradores - em sua maioria - pretos ou pardos; a precariedade das moradias, dos serviços e equipamentos urbanos; a origem nordestina, região considerada 'problema' no país, a ocupação ilegal de terras; a falta de pagamento de taxas e impostos diversos etc. (SILVA, 2012, p.248)

Em meio aos debates sobre a erradicação de moradias nos morros cariocas, as favelas foram oficialmente reconhecidas pelo governo em 1937, no documento chamado “Código de Obras”, que condenava a existência das mesmas. Nele foi decretado o fim de novas construções nos morros e também qualquer tipo de reforma nas já existentes, o que de toda forma não impediu seu crescimento. E “a favela, uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado” (VALLADARES, 2005, p. 15). Dessa visão nasce a necessidade de se conhecer mais profundamente as favelas, obtendo dados oficiais básicos sobre elas. A visão que se tinha até então era de um espaço sujo, pobre, de casebres extremamente precários e improvisados e onde habitavam os piores elementos, criada a partir da percepção visual de jornalistas e outros profissionais que ousavam se deslocar às favelas. Ou seja, ainda que tais características estivessem presentes nesses lugares, esse primeiro imaginário coletivo foi fundado a partir de uma visão exógena e classista.

De acordo com Lago (2015) o processo de estruturação urbana do Rio de Janeiro engloba duas perspectivas: uma que atribui a segregação residencial à conjugação dos efeitos do mercado fundiário e da intervenção do Estado, e outra que busca entender a dinâmica metropolitana a partir da própria lógica de organização das periferias. Vetter (1975) e Vetter e Massena (1981) ajudam a compreender, com base na primeira perspectiva, quando demonstram uma tendência segregadora da organização metropolitana do Rio de Janeiro, através da análise da distribuição espacial da população com base nos aspectos econômicos. Segundo eles, um dos fatores que motivaram a segregação residencial do estado foi o aumento das rendas monetária e real da alta sociedade e, em contrapartida, diminuir as rendas dos inferiores. Esta distribuição desigual dos investimentos públicos possibilitou que grupos sociais melhores estruturados financeiramente, pudessem alcançar espaços que os menos favorecidos não conseguiam. Era possível observar um crescimento vertical no centro e na zona sul, enquanto nos bairros da zona norte e dos subúrbios a expansão deu-se através da construção horizontal, principalmente de casas unifamiliares.

Como novas áreas de expansão urbana, os subúrbios mais distantes do centro e os municípios vizinhos da capital apresentaram, já na década de 1940, taxas de crescimento populacional ainda superiores às da Zona Sul. Pavuna e Anchieta, bairros da cidade que fazem fronteira com os municípios de Nilópolis e de São João de Meriti, cresceram a taxas de 5,8% e 7,7% ao ano, respectivamente, enquanto no município de Nova Iguaçu o crescimento chegou a 11,2% ao ano e no de Duque de Caxias, a 12,5%. (LAGO, 2015, p. 44).

A segunda perspectiva, segundo a autora, tem como foco a lógica de organização do espaço periférico a partir da análise dos processos de loteamentos populares, na qual se procurava demonstrar a existência da especulação dos compradores e a informalidade das operações econômicas. Com o objetivo de se obter dados oficiais sobre as favelas, em 1947 foi realizado o primeiro Censo das Favelas, que trouxe informações importantes e inéditas sobre as moradias nos morros cariocas. O intuito era o de, através da coleta de dados precisos, saber a melhor maneira de administrar as favelas, que na época, na visão governamental e da sociedade, era algo a ser combatido. Foi durante esse período que o então jornalista Carlos Lacerda promoveu uma campanha

de grande repercussão na imprensa contra as favelas, conhecida como a “Batalha das Favelas” ou “Batalha do Rio de Janeiro”, em artigos que as apontavam como um mal a ser erradicado da cidade.

Nos anos 1960 e 1970, a produção de conjuntos habitacionais esteve associada à política de remoção de favelas. Durante seu mandato como governador do estado da Guanabara, de 1960 a 1964, Lacerda lançou mão de uma agressiva política de remoções. Foram construídos conjuntos habitacionais afastados da cidade para abrigar os milhares de moradores removidos de diversas favelas, sob a escusa de tirá-los da precariedade presente nesses morros. Sua política, no entanto, foi rejeitada pelos moradores e teve reflexos no fracasso de seu candidato à sucessão no governo, Flexa Ribeiro, nas eleições seguintes. Em 1968 houve um novo intento em acabar com as favelas do Rio de Janeiro com a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, a Chisam. O órgão promoveu uma grande ofensiva no intuito de dar fim a todas as moradias nos morros do estado até 1976. Até 1973 o órgão já havia erradicado 62 favelas e transferido mais de 35 mil famílias (PERLMAN, 1977, p. 242). Porém, mal planejado financeiramente e incapaz de fornecer aos moradores transferidos as assistências sociais das quais necessitavam, o projeto de remoções não surtiu efeito, tendo as favelas continuado a se expandir mesmo durante esse período. Boa parte das áreas de onde foram removidas as favelas foi ocupada por grandes empreendimentos imobiliários que se destinavam à construção de conjuntos de edifícios de apartamentos de alto luxo.

A periferia era compreendida como o espaço dos loteamentos e da autoconstrução da moradia em contraposição ao espaço da produção habitacional empresarial alocada no núcleo, o que reafirmava o modelo analítico dual núcleo-periferia. (LAGO, 2015, p. 25)

Neste modelo dual núcleo-periferia, o processo de favelização nas áreas centrais era incorporado como um fenômeno residual frente à uma expansão periférica. Uma visão bastante difundida nos anos 70 era de que a favela seria a primeira alternativa de moradia do migrante recém-chegado e que, a sua população seria pobre de forma homogênea. Contudo, poucos estudos avaliaram o quão heterogênea esta população poderia ser. Lago (2015) ainda acrescenta que

foi na década de 1970 que a favela passou a ser vista como resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização brasileiro, responsável pelo intenso crescimento demográfico dos centros urbanos do Sudeste via migrações campo-cidade. (LAGO, 2015, p. 25)

O processo de separação entre mais e menos favorecidas no Rio de Janeiro foi se intensificando cada vez mais, principalmente – conforme coloca Lago (2015), pois a partir do capital privado e do Estado, as fronteiras da cidade se expandiram rapidamente em direção às Zonas Sul e Norte, incorporando as áreas do Jardim Botânico, Gávea, Lagoa, Copacabana, Ipanema, Tijuca e Vila Isabel. Contudo, esta expansão possibilitou apenas o deslocamento das classes mais altas, enquanto os trabalhadores urbanos se aglomeravam nos bairros proletários nas áreas centrais. Destaca-se aqui, também, a crise da economia cafeeira que se deslocou grandes parcelas do capital mercantil para atividades urbanas, provocando importantes transformações no ambiente construído do Rio de Janeiro. Conforme Abreu (1987), o grande capital comercial nacional passou cada vez mais a ser aplicado em serviços públicos e em imóveis nas áreas servidas pelas linhas de bonde. Restou, então, para os pequenos comerciantes, investir na produção de moradias para as camadas populares. Foi no governo de Leonel Brizola, de 1983 a 1986, que a relação do Estado com as favelas ganhou outras diretrizes e as tentativas de remoções foram suspensas. Em vez de transferir as famílias das favelas para conjuntos habitacionais, Brizola implantou intervenções urbanísticas nos morros, a fim de levar condições sanitárias, entre outras melhorias, para essas populações.

Outra característica marcante do governo de Brizola foi uma preocupação em controlar a entrada da polícia nas favelas. Ao contrário dos governantes anteriores, que promoviam uma política extremamente repressora nos morros através da ação violenta da polícia com os favelados, Brizola demonstrou ter um entendimento diferente do papel das forças de segurança nesses locais. Na época, o tráfico de drogas já era uma prática consolidada nas favelas cariocas. O conseqüente crescimento da violência trazido por essa atividade, marcado por conflitos sangrentos entre facções rivais e enfrentamentos com a polícia, foi responsável por reforçar o estereótipo dos favelados como grupos marginalizados, que constituíam uma ameaça à sociedade e à ordem vigente. A contenção da violência policial nas favelas, ordenada por Brizola, gerou na

população uma sensação de que o governo não se preocupava com a segurança pública, postura que revela como que, no imaginário coletivo, os favelados não fazem parte da sociedade, e a polícia deve agir para proteger os direitos do “asfalto”, não de quem vive nos morros (OLIVEIRA, 2012, p. 124-125).

No governo de Cesar Maia na prefeitura, de 1993 a 1997, o ordenamento urbano nas favelas voltou a ganhar prioridade nas políticas públicas através do programa “Favela-Bairro”, realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. O programa teve o mérito de abandonar as remoções como estratégia de acabar com as favelas. “O objetivo expresso no nome do programa foi integrar as favelas à cidade como bairros formais por meio de investimentos públicos em serviços básicos” (FLEURY, 2012, p. 197). O projeto, porém, previa investimentos de ordem urbanística, sem incluir políticas sociais que pudessem fornecer instrumentos de auxílio à cidadania aos favelados e melhorias de suas condições materiais, o que resultou em um processo bem observado por Cardoso (2002):

Os objetivos do programa (a integração) são tratados tão somente do ponto de vista físico-urbanístico. No entanto, enquanto política de integração social, essa iniciativa parece insuficiente e mesmo os programas sociais que são articulados à intervenção não têm a mesma primazia dos aspectos de infraestrutura, o que coloca um obstáculo à (difícil) questão da integração social das populações faveladas. Um aspecto relevante, nesse sentido, diz respeito à questão da valorização imobiliária que decorre do investimento público, gerando processos de expulsão branca (CARDOSO, 2002, p.49).

O problema da valorização imobiliária das moradias das favelas e a consequente evasão dos moradores mais pobres desses locais se tornou ainda mais agudo no governo de Eduardo Paes, sucessor de Cesar Maia na prefeitura. A política de segurança pública do governador do estado, Sérgio Cabral Filho, em mandato desde 2007, lançou mão de uma estratégia de presença permanente das forças policiais nas favelas, através de Unidades de Polícia Pacificadora. O discurso oficial legitima as UPPs, partindo do argumento de que a polícia tem o objetivo de “combater facções criminosas e devolver à população a paz e a segurança”, como declara o Governador Sérgio Cabral no site oficial das UPPs (UPP, 2013).

Analisando a letalidade da ação policial no Rio de Janeiro, Cano (1997; 2003) aponta divergências significativas entre bairros e favelas, em termos de letalidade policial e vitimização policial, que o levaram a afirmar a existência de uma clara intenção de matar por parte dos policiais nas suas intervenções nas áreas carentes da cidade. De acordo com o autor, este uso da “força desmedida” como padrão da política de segurança pública praticada no Rio de Janeiro – e não o mero “excesso” eventual de alguns de seus agentes – pode ser demonstrado também pelo índice de letalidade policial ocasionado. Cano (2003) afirma sobre o número de pessoas que a polícia mata e o número de policiais mortos – sendo que o primeiro sendo dez vezes superior ao segundo. Sobre isso, Ferraz (2004) discorre que este contexto de violência com os territórios favelados é histórico:

A concentração da violência policial sobre as populações pobres e sobre os seus locais de moradia não é um ato isolado e de significados. Desde de que as favelas surgiram, o Estado incumbiu aos agentes da lei - os policiais – a tarefa de reprimir as populações, seja derrubando os barracos, nas remoções; seja, na busca de criminosos, e mais tarde, já na década de 1980, na caça aos traficantes e às drogas. Portanto, a função da polícia para essa parcela pobre e habitante “ilegal” da cidade, não é de guardadora dos direitos da população, mas de repressora, em nome do Estado (FERRAZ, 2004, p.18).

No ano de 2018, o Rio de Janeiro/RJ – especialmente as favelas, passou por uma intervenção militar, que envolveu um amplo conjunto de ações onde atuaram as forças de segurança do estado e, junto a estas, as forças militares, através das operações de “garantia da lei e da ordem” (GLO).

A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo presidente Michel Temer no dia 16 de fevereiro de 2018, com duração prevista até 31 de dezembro do mesmo ano. A intervenção teve por objetivo “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro” (Decreto no 9288/18). O decreto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, no dia 20 de fevereiro de 2018, por ampla maioria (IPEA, 2019, p. 6).

Contudo, o objetivo de ordenar mais os territórios do Rio de Janeiro/RJ resultou em um recorde de mortes de civis. Segundo o Atlas da Violência⁹ 2019, no mês de junho/2018, o número de casos chegou a 155 mortes. Isso quer dizer

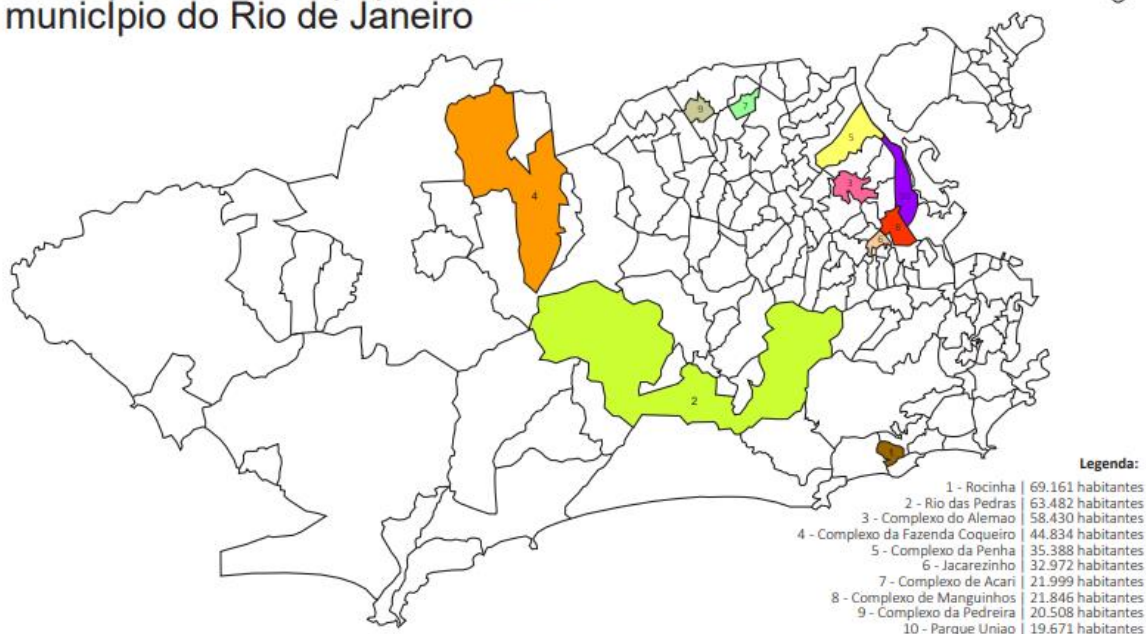
⁹ <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>

que, por dia, cinco civis morreram em ações policiais no Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto de Segurança Pública do RJ, esse foi o segundo maior número de casos em um único mês nos últimos 20 anos. Ainda segundo as informações disponibilizadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) – que constam no relatório do IPEA (2019), mostraram que, ao longo da intervenção, aumentou o número de homicídios decorrentes de ação policial no estado, que atingiram o recorde de 1.532 mortes no ano de 2018. Tal contexto interferiu na análise desta dissertação que será visto mais adiante, tendo em vista o impacto social que causou naqueles espaços.

Para compreender mais sobre os territórios que são o objetivo de estudo deste trabalho, o Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que havia 513 favelas cariocas. Já em 2010 o estudo revelou que o Rio de Janeiro tem o título de cidade com a maior população em favelas do país. Segundo os dados, 1.393.314 pessoas moravam nas 763 favelas do Rio até aquele ano.

FIGURA 2 – As 10 favelas mais populosas do Rio de Janeiro/RJ

As 10 favelas mais populosas do município do Rio de Janeiro



Dos seus 6.323.037 habitantes, 22,03% viviam nesse tipo de local. Ao comparar com o Censo 2000 do IBGE (quando o instituto identificou 1.092.283 moradores de favelas no Rio, ou 18,65% dos 5.857.904 residentes do município), o crescimento da população¹⁰ em comunidades em dez anos foi de 27,5%. Enquanto a cidade considerada regular, excetuando os moradores das favelas, cresceu a um ritmo oito vezes menor, apenas 3,4%, passando de 4.765.621 para 4.929.723 em dez anos. Mais recentemente, de acordo com o Instituto Pereira Passos¹¹, a área ocupada pelas favelas do Rio aumentou em mais de 330 mil metros quadrados de 2016 para 2017. É como se um novo Morro do Borel, comunidade da Tijuca, na Zona Norte, tivesse surgido de um ano para o outro. Foi o maior crescimento territorial apontado pela pesquisa desde 2012, quando a área das comunidades voltou a aumentar na cidade.

Neste contexto de amplitude das favelas, surgem fortes movimentos sociais de resistência, especialmente relacionados à população residente destes territórios. Tais ações e movimentos revelam uma heterogeneidade tão ampla, no conjunto da cidade, quanto à natureza dos projetos urbanísticos destinados a cada área, a organização sociopolítica e o contexto que particulariza estas localidades. As favelas reúnem uma ampla gama de atores, tanto endógenos quanto exógenos – associações de moradores, favelados, ativistas, ONGs e outros – que se afirmam, mobilizam e organizam em diferentes fases da implementação das políticas públicas destinadas a elas.

O próximo capítulo propõe uma reflexão sobre os conceitos de identidade territorial, numa perspectiva para o município do Rio de Janeiro/RJ – fazendo alusão a essa dinâmica territorial mencionada anteriormente e o impacto dos atores sociais e da mídia na construção identitária.

¹⁰ O mapa apresenta as dez favelas mais populosas do Rio de Janeiro/RJ de acordo com o Senso 2010.

¹¹ <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>

3 IDENTIDADE TERRITORIAL E AS PARTICULARIDADES DO RIO DE JANEIRO/RJ

O primeiro Censo das favelas cariocas, publicado em 1949, caracterizou estes territórios como “morros”, “sertão” na cidade e lugar de classes perigosas, mazelas e cultura popular. Segundo a pesquisa, esses traços definiriam o contorno de uma “tradição da cidade”, como se os limites da vida social e do Estado fossem dados por essas classificações que opunham à favela ao urbano. Valladares (2005) diz que a favela é uma “invenção social”. Fazer este reconhecimento não significa negar a concretude da segregação socioespacial e dos conflitos inscritos na rotina das cidades, mas, sim, requer compreender a construção de uma representação cultural. Segundo o autor, a história da evolução das representações desse espaço social “não deve ser confundida com a sua história propriamente dita, baseada em datas, eventos e conjunturas, além de marcada pelas ações/intervenções implementadas pelo poder público em distintos momentos político-administrativos” (VALLADARES, 2005: 23).

Após ter sido feito um resgate sobre os territórios do Rio de Janeiro/RJ, desde o surgimento das favelas até momentos atuais, este capítulo propõe uma revisitação ao contexto cultural destes espaços – abordando aspectos conceituais de cultura, identidade e movimentos sociais.

3.1 Cultura e identidade territorial

Conceito presente nas discussões teóricas, é possível afirmar que cultura é uma preocupação marcante na contemporaneidade. Cultura é uma palavra de origem latina e seu significado original está ligado às atividades agrícolas (SANTOS, 1994). O termo vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar. Foram os romanos antigos que ampliaram esse significado inicial do termo, passando a fazer uso do mesmo significando refinamento pessoal – usado até hoje. Uma das primeiras definições formais de cultura, no âmbito da antropologia, pode ser atribuída ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor. Segundo ele, “cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos

pelo homem enquanto membro da sociedade” (1871, p.1). Assim, a cultura é caracterizada por sua dimensão coletiva e expressa a totalidade da vida social do homem. STRAUSS (1950), antropólogo francês, acredita que um conjunto de sistemas simbólicos é o que representa uma certa cultura.

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros (1950, p. 19, apud CUCHE, 1999, p. 95).

Vaz (1966, p.5), por sua vez, apresenta um conceito de cultura definido em duas instâncias: cultura objetiva e cultura subjetiva. Na face objetiva da cultura, ela se apresenta nas obras culturais. Para ele, o mundo só é significativo ao homem neste movimento que opera a passagem do ser natural para o cultural. É no exercício do ato de criação cultural que o homem se realiza e emerge para o espaço humano da consciência de si mesmo. É neste espaço humano que se exprime a cultura subjetiva – e é esta cultura que está enfocada nesta dissertação. De acordo com ele

O processo social e histórico constituído pelas relações de conhecimento e transformação do homem como natureza e pelas relações de reconhecimento do homem com o outro homem, processo que cria um mundo humano, e através do qual o homem se realiza como homem neste mundo humano (VAZ,1966, p. 6).

Neste sentido, o autor concebe cultura como social e histórica, porque ela, na medida que traduz um sentido a ser compreendido, é o próprio sentido da presença do homem no mundo. Em uma perspectiva histórica, a cultura se apresenta nas diferentes necessidades geradas no processo de desenvolvimento do trabalho que se dá em condições determinadas e não escolhidas, nas quais os homens produzem materialmente sua cultura e dão sentidos a essa produção material. Para Marx (1993), o homem é portador de necessidades, seja de se alimentar e se vestir, e para satisfazê-las ele entra em relação com outros seres humanos e com a sociedade. Essas necessidades são supridas no trabalho, no ato de vestir-se, alimentar-se, abrigar-se.

Historicamente elas foram sendo atendidas, gerando, neste contexto, diferentes formas culturais de sobrevivência, ora individual, ora coletiva, mas em sua essência, produzidas historicamente. Cesnik & Beltrame complementam que:

A cultura é o elemento primordial que dá unidade a uma sociedade e se cria com base em relações que fazem sentido nesse contexto. (...) A cultura define a sociedade pela capacidade que ela desenvolve de criar elementos que permitem à própria sociedade se reconhecer (CESNIK & BELTRAME, 2005, p. 4).

Com base nesse contexto, é perceptível que a interface entre cultura e identidade é uma relação tão próxima, que os estudos sobre identidade estão entrelaçados aos objetivos de diversas ciências – como a antropologia, sociologia, comunicação entre outras na busca por entender o homem e a sociedade, sendo discutida na teoria social, cujas fluências epistemológicas enriquecem e dinamizam o conceito, aspectos e importância da reflexão sobre as dimensões da cultura na sociedade. Isto, pois, o exterior exerce um importante papel na formação identitária, que está presente no nosso imaginário e é transmitida, fundamentalmente, por meio da cultura. A identidade é o que nos diferencia *dos outros*, o que nos caracteriza como sujeito ou como grupo social.

Por um lado a identidade é vista como tendo algum núcleo essencial que distinguiria um grupo de outro [história/biologia]. Por outro, a identidade é vista como um contingente; isto é, como um produto de uma interseção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares. (WOODWARD, 2009, p. 38).

De acordo com Hall (2000), dentro da linguagem do senso comum, “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (p. 106). Ele ainda determina que ela é formada por aspectos específicos de determinado povo com suas crenças, ritos e experiências comuns. Ewald e Soares (2007) consideram que as identidades dizem respeito às zonas de interseção, isto é, espaços distintos em que a subjetividade pode ser compartilhada em grupos de interesse, como no futebol, no bairro, na cidade, nas afinidades políticas e em outros espaços que estejam abertos à coletividade e à singularidade.

Somado a isso, Thompson discorre dentro das ciências sociais, sobre o conceito de cultura. Segundo o autor, este termo é empregado para designar o estudo das formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 165). Nesse sentido, a cultura refere-se à maneira como os indivíduos situados em um mundo sócio histórico, atribuem significado a suas práticas através de manifestações verbais, símbolos, textos, entre outras – que contribuem para o processo identitário.

A cultura não é uma mera reprodução das formas de vida e da organização social da produção, mas a forma como os atores sociais do sentido às suas existências. Nesse sentido, a identidade cultural não estaria apenas nas repetições de tradições imutáveis e nem tampouco na simples acomodação à cultura dominante. A construção da identidade é um processo dinâmico e os atores sociais os protagonistas desse processo (DUTRA, 2007, p. 54).

A identidade, nesta concepção, preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público. De acordo com Hall (1998, p.10) é a identidade que “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados. O que ocorre é que, com a globalização, esta ideia de identidade unificada e estável tem sido fragmentada, apresentando-se não mais como uma única identidade, mas como uma composição de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.

Ao tratar as identidades territoriais em tempos de extrema mobilidade acentuada pelo processo de globalização, HAESBAERT (1999, p. 172) afirma que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta”. Sendo assim, a perspectiva territorial envolve uma dimensão simbólica e cultural através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos. O entendimento do processo de construção de identidades deve, pois, considerar seu caráter histórico/contextual e relacional. Assim, com base em Castells (2008), pode-se afirmar que não existe identidade fixa ou estática, ela é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo.

O conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto por tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias, etc.) como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos, etc.). (CRUZ, 2007, p. 97).

Assim, a identidade não se restringe à questão “quem somos nós”, mas também “quem nós podemos nos tornar”. A construção de identidades tem a ver com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser). Esse processo, realizado no âmbito individual e coletivo, faz menção ao fato de que o indivíduo vai se desenvolvendo como um ser único, com suas especificidades, ao longo de sua trajetória de vida particular. E, que como ser social, transita por diferentes contextos e grupos, seja na escola, na família, no trabalho, possibilitando a troca de experiências com esses grupos e, a partir delas se identificando ou não com os mesmos e, desenvolvendo, quando há esta identificação, o sentimento de pertencimento (ANDRÉ, 2008). O autor também salienta a relevância do outro na construção da identidade, pois a partir do momento que o sujeito está inserido em determinado grupo e cultura, socializando com seus pares, ele vivencia diferentes trocas, tanto de cunho emocional quanto intelectual, motor, etc. Tais vivências acabam por moldá-lo enquanto ser social e, conseqüentemente seu processo identitário, visto que, é a partir dessas interações que os sujeitos são identificados e reconhecidos na sociedade (ANDRÉ, 2008).

Na visão territorial, Haesbaert (1999) toma com o referencial obrigatório o território, uma fração mais restrita do espaço, podendo-se seguramente “afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos habitantes” (p. 172).

A(s) identidade(s) implica(m) uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o Outro (HAESBAERT, 1999, p.175)

Pollice (2010, p. 9), contribui com esta reflexão e aponta, ao fazer uma relação entre território e identidade, que há uma relação cumulativa entre ambos. “Enquanto se, por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos

de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido”. Pecqueur (2005, p.12) também ressalta que o desenvolvimento territorial “designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

O território, por outro lado, não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria (POLLICE, 2010, p. 8).

Na construção social da identidade, Castells (2008) destaca que as identidades podem ser criadas pelas instituições dominantes, pela resistência ou mesmo por um processo de reconstrução, resultando em identidades legitimadoras, identidades de resistências e identidades de projetos. Já na perspectiva da identidade territorial, Cruz (2007) afirma que a construção de uma identidade territorial pressupõe dois elementos considerados fundamentais que são o espaço de referência identitária e a consciência sócio espacial de pertencimento. Esta última, especialmente, está relacionada ao sentimento de pertencer e de se reconhecer como ator/sujeito ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Esse sentimento não é algo natural, mas é uma construção humana/social e, portanto, histórica, que se desenvolve a partir das práticas que são estabelecidas no território e das representações espaciais.

A dinâmica formadora das favelas, por exemplo, aponta o espaço como trazendo potencialmente em sua própria configuração o desenvolvimento de processos de pertencimento e enraizamento. Outro fator importante são os espaços de referências vivenciados pelos grupos que atuam como suporte para sua construção identitária, em alguns casos recebem tamanha importância, que acabam sendo sacralizados, propiciando o fortalecimento de uma identidade coletiva, que é acima de tudo territorial (HAESBAERT, 2006). Segundo Haesbaert (1999), estas identidades construídas a partir do território, tanto simbólico, quanto concreto deverão ser compreendidas como identidades territoriais, a exemplo das favelas. Nessa mesma perspectiva, Medeiros (2009,

p.217) destaca que, “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação”.

Após a globalização, percebe-se uma aceleração do tempo e do espaço em função das novas tecnologias, que favoreceram as trocas em nível global de pessoas, ideias e de informação. A partir de então, a temática da identidade entra em ascensão por conta de dois processos: o da homogeneização cultural e o de diversificação das culturas. Sobre este contexto, Ortiz (1985) ressalta que as identidades que compunham as paisagens sociais externamente e asseguravam as necessidades objetivas da cultura estão entrando em colapso diante das mudanças estruturais e institucionais. Para Hall (2003), o declínio das identidades que estabilizavam o mundo social, ocorrido na pós-modernidade, provocou o surgimento de novas identidades, fragmentando o indivíduo antes visto como um sujeito unificado. O mundo pós-moderno rompeu com as concepções essencialistas ou fixas de identidade que desde o Iluminismo definiram a essência do ser e fundamentaram a existência dos sujeitos humanos. A perspectiva iluminista do homem era a de que ele constituía uma só peça com a natureza e partilhava da uniformidade geral de composição (Geertz, 1978). A ‘crise de identidade’ configurada, segundo Hall (2003), na pós-modernidade é parte de um processo amplo de mudança que desloca estruturas e processos centrais das sociedades modernas e coloca o indivíduo numa instabilidade perante o mundo social. Os espaços que, até então, ofereciam referências mais concretas para sua definição e localização enquanto indivíduo social sofreram alterações no final do século XX, e abalaram este processo identitário.

Conforme Esteves (1999), a perspectiva globalizada pode encobrir a função que os meios de comunicação muitas vezes exercem em produzir identidades estereotipadas. Na visão do autor, o tempo atual é marcado pela saturação da identidade, principalmente pela existência de pseudo-identidades – produzidas com a finalidade de enquadrar os indivíduos de acordo com a generalidade apresentada. Contudo, o processo de globalização, acrescido dos avanços tecnológicos, também proporcionou o inverso. Este contexto de generalização imposto pela mídia exerceu uma pressão sobre as comunidades locais, fazendo com que elas se fortalecessem e passassem a reivindicar com autonomia. Assim, as comunidades locais voltam a reafirmar sua identidade, identificam e recriam referenciais simbólicos próprios, e começaram a criar seus

espaços nas mídias, especialmente na internet. Holanda (2007) acrescenta que o público atua em comunidades online com o objetivo de conquistar uma sensação de identidade e pertencimento a um grupo e para obter aprendizado e autorrealização. Para Albagli, a relevância da cultura local na globalização está no seu papel de integração das especificidades.

A partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária.” [Pois] a dimensão cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa ideia de diferença ou de distinção entre comunidades (ALBAGLI, 1999, p.186-87).

Com as abordagens apresentadas, podemos verificar que a globalização, no que diz respeito à identidade, rende uma discussão contraditória. Entretanto, quando analisamos a realidade, vemos que as mídias hegemônicas ainda possuem um poder massivo sob a sociedade. Um exemplo claro disso são as abordagens midiáticas sobre as favelas do Rio de Janeiro. A hegemonia das informações apresentada pelos veículos de comunicação apresenta apenas uma realidade violenta daqueles territórios; porém, não é somente de tiros, mortes e tráfico que se constrói a sua real identidade.

3.2 A Identidade territorial das favelas do Rio de Janeiro/RJ e a mídia

Como foi visto até aqui, o período do final do século XX, foi caracterizado pela descentralização das culturas. Hall (2005) aponta que a globalização proporcionou que as identidades se desvinculassem de um tempo, lugar, da história, e, ainda de uma tradição específica, constituindo uma grande, por assim dizer, fusão de situações e caracteres díspares, para se produzir novas formas de cultura. (HALL, 2005, p. 91). A constatação deste enfraquecimento da identidade, exige para sua compreensão o resgate de sua dimensão conceitual e explicativa do funcionamento da sociedade de classes, característica do sistema econômico capitalista. Essas transformações fazem emergir como ponto central da crise de sociabilidade nas sociedades contemporâneas a questão dos pobres (SIMMEL, 2002), afinal, os pobres foram um problema central no processo de instauração da sociedade moderna e desenvolvimento do sistema

econômico capitalista (POLANYI, 2000). De qualquer forma, como foi explicado até este momento, essa população de baixa renda sofreu impactos sociais e urbanos como é o caso da segregação territorial, e da restrição de mobilidade social e espacial. Esse processo segregatório, acrescido do crescimento populacional nestes espaços, constroem uma identidade social, dada a relação íntima historicamente atribuída pelas ciências sociais entre formação identitária e espacialidade. Espaços em que, articulados desde suas dinâmicas de formação, se desenvolvem as condições para a própria existência biológica e subjetiva daqueles que lá vivem, através de práticas sociais efetivadas na vida cotidiana (CERTEAU, 1996).

No Brasil, o território mais emblemático da vida dos pobres nas metrópoles é a favela. Centenária, a favela carioca é aquela que funciona como referência para se pensar o processo de ocupação das metrópoles brasileiras pelos pobres. Numa visão estrutural, os moradores destes espaços foram construindo suas moradias a sua maneira.

Barracos que reproduziam uma tipologia e forma de ocupação similar àquela encontrada na roça, aliás, lócus da economia de subsistência, refúgio seguro histórico para todas as crises macroeconômicas, do canavial ao café, de onde grande parte desses construtores da favela e da metrópole se origina, lançados na aventura da modernidade pela polarização que as benesses da sociedade urbano-industrial gerou naqueles que viviam sistematicamente enfrentando as dificuldades de uma vida pré-moderna e rural, imersos em uma outra pobreza, ainda com menos alternativas. Não é por nenhum acaso o fato de que a mais conhecida favela carioca ser denominada Rocinha (MARZULO, 2003, p. 15).

Com os processos de consolidação se desenvolvendo e com o aumento do investimento familiar, passou a ter uma transformação dos barracos em casas de alvenaria, em alguma medida sempre autoconstruídas, embaladas pelas primeiras políticas de urbanização das favelas, no caso carioca a partir da primeira metade dos anos 80 do século XX (MARZULO, 2003). É neste momento que se inicia o processo de verticalização das moradias e a incorporação da laje pelo descarte do telhado. “A favela se densifica, verticaliza, assume taxas de ocupação imensas, estabelecendo estranhas arquiteturas e traçados internos cada vez mais próprios, em virtude do processo de urbanização e do padrão construtivo” (MARZULO, 2003, p. 15).

Tem-se observado, nos últimos tempos, o fenômeno de substituição de barracos provisórios – montados com pedaços de madeira, lona e outros elementos rudimentares – por edificações mais sólidas e perenes. Além da segurança em relação às remoções, um dos ingredientes que colaboram para isso é a facilidade de crédito junto aos estabelecimentos comerciais, que possibilitam a uma família adquirir componentes de construção para pagar em várias prestações (ABIKO; COELHO, 2009, p. 18).

Este ambiente narrado por Abiko; Coelho (2009), é realidade na grande maioria das favelas do Rio de Janeiro, como pode ser visto na FIGURA 2, produzida por Jefferson Bernardes¹².

FIGURA 3 – As moradias da favela da Rocinha atualmente



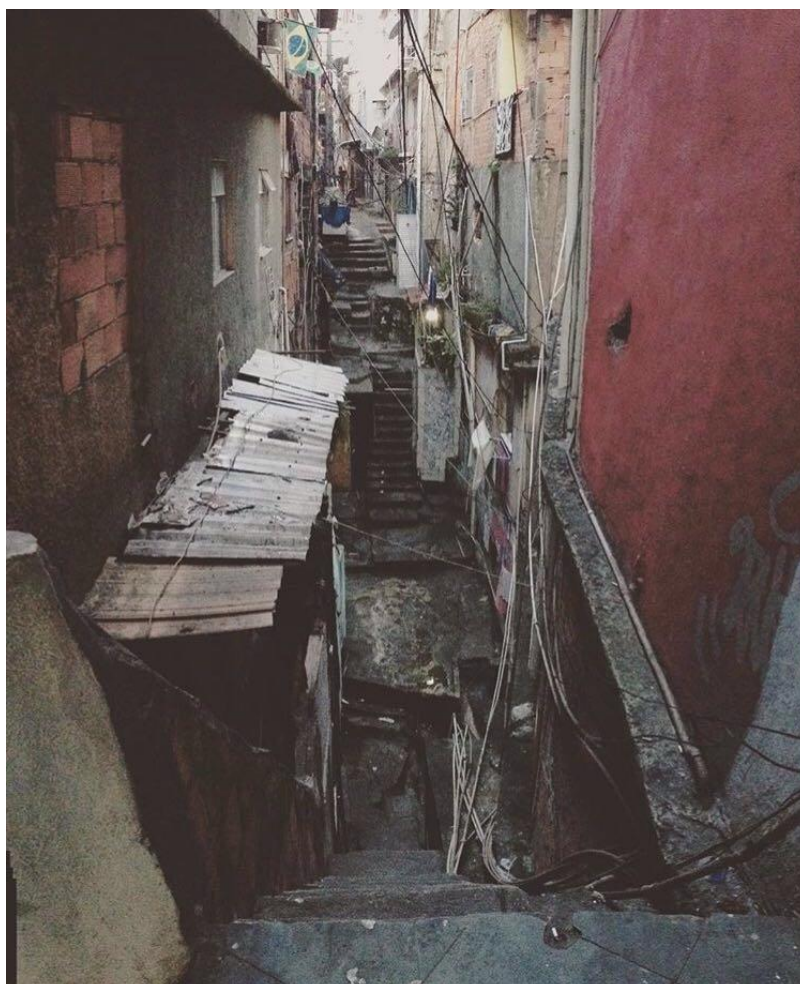
Créditos: Jefferson Bernardes. (Fonte: agenciapreview.photoshelter.com)

Com a imagem é possível analisar que neste ângulo da favela da Rocinha há iluminação, asfalto, comércio, casas de alvenaria e até pequenos prédios de cinco andares. Contudo, essa paisagem não é a mesma em toda sua extensão,

¹² Jefferson Bernardes realizou um trabalho fotográfico na favela da Rocinha no ano de 2014. A imagem foi selecionada pela autora desta dissertação, pois retrata as argumentações teóricas trazidas no capítulo.

bem como, em outras favelas. Em Acari, Alvito (2001) percebe as distinções sociais entre as microáreas que compõem os territórios. Durante seu estudo, conforme o autor se dirige para o interior da favela, ele descreve que os estabelecimentos comerciais vão rareando, e o traçado geométrico da entrada da favela dá lugar a mais becos. “São vias mais estreitas e sinuosas, com um nível de urbanização inferior às ruas propriamente ditas” (ALVITO, 2001, p. 28). Em cada comunidade de Acari que percorre a constatação é a mesma, quanto mais se adentra a favela, menos urbanização, mais sinuoso é o trajeto e há mais casas inacabadas. Tal contexto é perceptível na FIGURA 3, que apresenta um outro ângulo da favela da Rocinha.

FIGURA 4 – Becos na favela da Rocinha



Créditos: Ana Luíza Brandão¹³. (Fonte: faveladarocinha.com/beco-nosso)

¹³ Assim como na fotografia anterior, essa também foi escolhida para representar o contexto dos becos das favelas que estavam sendo referenciados no texto. A fotógrafa da imagem é Ana Luiza Brandão que realizou um trabalho fotográfico com tema *Beco nosso de cada dia*.

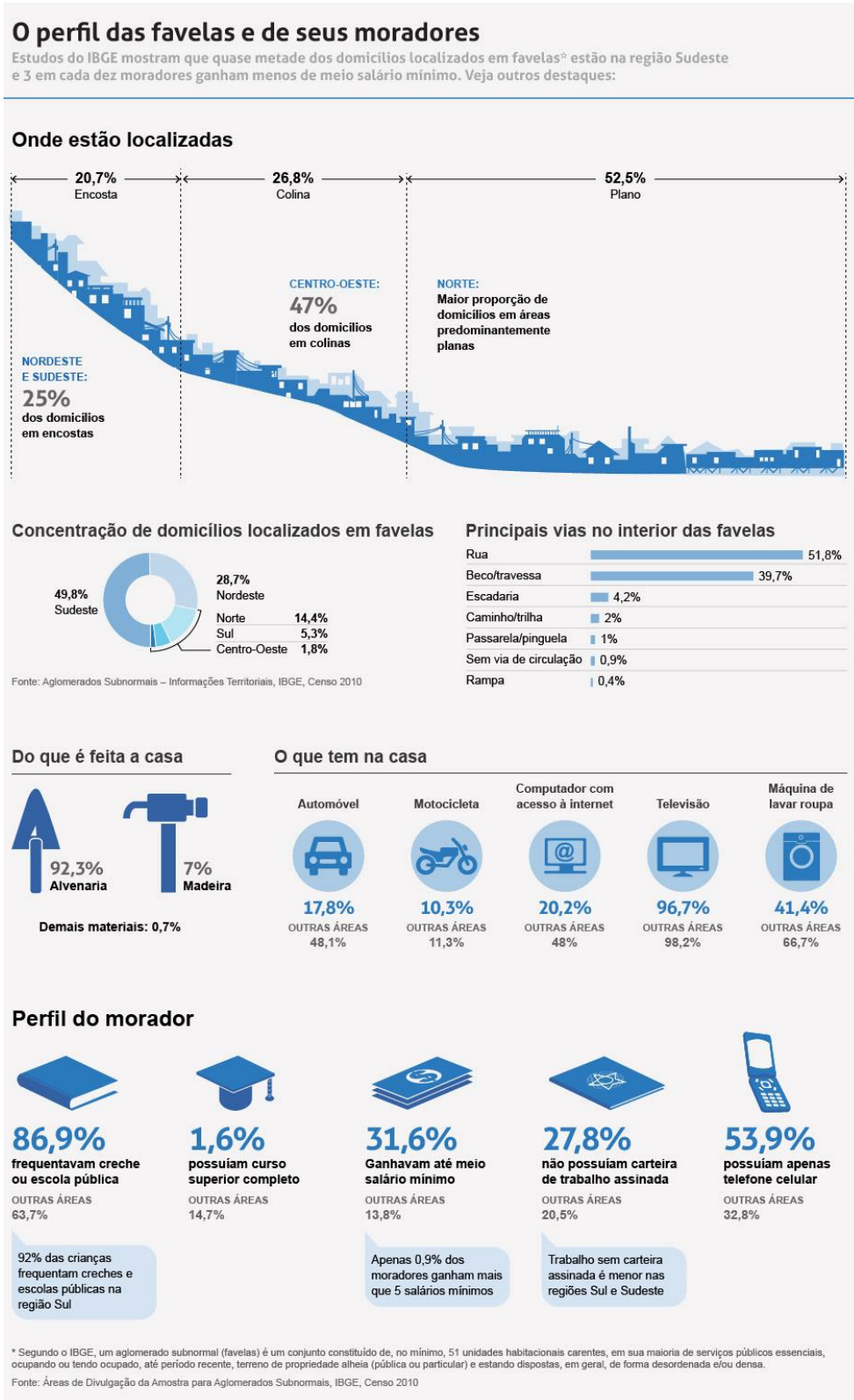
No que diz respeito à população, pesquisadores ressaltam que os moradores de favelas constituem uma população mais homogênea do que a população do asfalto e que convivem em harmonia. Essa solidariedade e identificação que se tornam um fator importante, principalmente por levar os moradores a criarem associações de moradores como forma de defesa política de seu território e de sua cultura. O Censo do IBGE de 2010, levantou 763 favelas na cidade, que abrigam 22% da população da cidade do Rio de Janeiro. O que faz da capital fluminense o município brasileiro com o maior número de moradores em favelas: 1.393.314 habitantes. A região metropolitana reúne 1.702.073 pessoas morando em favelas, o que corresponde a 14,4% da população da região. Destes, 713.782 são mulheres e 679.532 homens, 32,03% dos habitantes são menores de idade e 45,45% têm menos de 25 anos. Nos territórios das favelas cariocas, existem apenas 10.000 trabalhadores, sendo que 7.400 ganham até um salário mínimo e 35 recebem mais do que cinco salários mínimos. Os números do Rio ainda mostram que 93,84% dos moradores de favelas com mais de 10 anos são alfabetizados. Em âmbitos raciais, os pardos são quase a metade da população, com 690.366 pessoas, e há praticamente o dobro de brancos (461.284) em relação aos pretos (227.148) vivendo nas comunidades. Sendo assim, a população negra – conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga – é a maioria nos territórios das favelas do Rio de Janeiro/RJ. Esse temido marginal, referência das apreensões da população, se figura neste perfil do morador favelado, causando o que Jodelet (1998) chama de “alteridade de dentro”:

referida àqueles que, marcados com o selo da diferença, seja ela física (cor, raça, deficiência, etc) ou ligada a uma pertença de grupo (nacional, étnico, comunitário, religioso, etc), se distinguem no seio de um conjunto social ou cultural e podem aí ser considerados como fonte de mal-estar ou de ameaça (JODELET, 1998, p.48).

Na prática, atualmente há uma diminuição dos índices de pobreza nos territórios de favela. Contudo, apesar dos moradores terem televisão, geladeira, fogão, micro-ondas e internet, essa melhora na qualidade de vida esbarra na vivência da exclusão durante gerações. A falta de perspectiva de futuro e de

empregos para as gerações mais novas retrata uma subsequente reprodução da pobreza e da exclusão social (VERAS, 1999).

FIGURA 5 – Quem mora nas favelas do Rio de Janeiro/RJ



Esteves (1999) ressalta sobre uma reflexão acerca da função da mídia na construção das identidades, uma vez que os indivíduos estão inseridos em uma sociedade envolta pelos meios de comunicação. A imagem feita da favela, por exemplo, é facilmente associada à violência, à pobreza, e também, às manifestações culturais representadas pelo samba ou o funk. Constant (2007) também salienta que a imagem atual que se tem das periferias encontra-se vinculada a espaços de constante violência. Neste processo, as notícias acabam relacionando as favelas com temas sobre o tráfico, tiroteios, balas perdidas, apreensão de armas e drogas, publicizando as favelas como ambientes perigosos e violentos.

Essas circunstâncias de degradação aliadas à imagem da favela, da forma com que é mostrada pela mídia, fazem com que exista certo mito, apresentando-a como um lugar somente habitado por traficantes e outros marginais, mendigos e desocupados. Na grande parte das vezes essa situação não corresponde à realidade, visto que a maioria dos seus moradores se constitui de trabalhadores tanto inseridos no mercado formal como no informal (ABIKO; COELHO, 2009, p. 16).

Os meios de comunicação possuem grande responsabilidade na construção da identidade de uma sociedade. No que diz respeito às notícias publicadas pela imprensa que tem a favela como tema, o que se destaca são os aspectos negativos dessas comunidades, ambientes que são vistos como regiões violentas. Assim, os veículos de comunicação priorizam os aspectos negativos da realidade social desses grupos e concedem maior visibilidade aos acontecimentos, produzindo um discurso sobre os moradores dessas regiões como seres ameaçadores. (NÓRA E PAIVA, 2008, p. 20-23). Isto contribui para uma imagem global ruim sobre aqueles territórios. Entretanto, realmente há uma complexidade existente na relação entre o local e o global, que é destacada por pesquisadores como Pequeur (2009). E o fato, sobre isso, é que é recorrente nos processos, que o global se sobreponha ao regional/local.

Assim, em se tratando da mídia como mediadora desta representação identitária das culturas, tem-se que atentar para o fato de que os produtos midiáticos atendem a padrões pré-estabelecidos que possuem uma intencionalidade na disseminação de mensagens. Corrêa (2006) acrescenta que reduzir uma favela ao tráfico de drogas e à violência, mostrando os personagens

com estereótipos dentro de um “perfil” de favelado, é estabelecer um jogo de alteridade com o espectador.

A favela, agora mais do que nunca, carrega o peso de ser o território, por excelência, de traficantes de droga. A violência é a associação mais corriqueira quando o assunto favela é debatido, mencionado ou representado nas narrativas que circulam na cultura das mídias (CORRÊA, 2006, p.52).

Contudo, muito embora a mídia hegemônica¹⁴ ainda controle em larga medida a produção de representações e discursos sobre a favela, as significações atribuídas a estes espaços estão longe de serem unívocas. Pelo contrário, há um forte movimento pelos significados da favela, na qual diferentes atores sociais buscam, além de auto afirmarem-se, angariarem visibilidade de longo alcance com o objetivo de confrontar estes pré-conceitos – como é o caso do objeto de estudo desta dissertação.

3.3 Movimentos sociais e uma comunicação alternativa para as favelas

As favelas são diferentes entre si e em si mesmas, por diversos fatores. Além disso, uma favela possui diferenciações dentro de seu próprio território que podem ser de ordens diversas. Os estudiosos das favelas reconhecem essas diferenciações, apontando que “as favelas apresentam sinais evidentes de heterogeneidade – em sua realidade física, espacial e social” (VALLADARES, 2005, p. 157). Nunes (2007, p.9) complementa afirmando que “representá-las como um tecido homogêneo e uniforme pode significar um grande reducionismo”.

Com o acesso às tecnologias de informação facilitado, os cidadãos passaram a incorporar estas ferramentas a favor de suas culturas, e os movimentos sociais passaram a buscar seu espaço – confrontando a tendência da mídia hegemônica em extinguir as manifestações culturais locais e as substituir por modelos culturais produzidos em larga escala e descolados do cotidiano das comunidades. Assim, como acrescenta Martín-Barbero (2003), relacionando com as teorias da centralidade da cultura, “o processo de

¹⁴ Meios de comunicação que legitimam o poder das camadas elitistas (MORAES, 2010).

globalização que agora vivemos, no entanto, é ao mesmo tempo uma potencialização da diferença e de exposição constante de cada cultura às outras, de minha identidade àquela do outro (2003, p. 60). O espaço virtual motivou, então, que estes movimentos insurgentes, sociais, políticos e culturais se apropriassem das tecnologias e propagassem suas causas. De acordo com Castells (2001), os movimentos culturais (no sentido de movimentos voltados para a defesa ou a proposta de modos específicos de vida e significado) formam-se em torno da Internet porque é principalmente através dela que conseguem alcançar aqueles capazes de aderir a seus valores e, a partir daí, atingir a consciência da sociedade como todo. Como acrescenta Alonso (2009, p.61),

Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil.

Os movimentos sociais de cunho identitário são referência pelo tipo de debate que eles provocam na sociedade, principalmente pois acabam tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. É o que acontece nos movimentos feministas, LGBT's, de raça e cultura, por exemplo. Neste contexto, há um crescimento da valorização de pautas por vezes ignoradas pela grande mídia, como se o indivíduo, frente a tanta diversidade cultural e de valores, buscasse uma ancoragem na qual possa se referenciar e se identificar. De acordo com Barata (2018), historicamente grupos minoritários agem pelo que Lefebvre (2008) chama de “direito à cidade”, que seriam formas de buscar representatividade e, principalmente, garantir, por meio dela, o cumprimento de direitos que garantam a permanência desses grupos em centros urbanos. Segundo ela, ao citar Leonardo Custódio (2016),

Desde o início da década de 1940, grupos favelados passaram a se organizar em grupos de ações coletivas para lutar por temas ligados a disputa do território urbano, como regulamentação de moradias e ações governamentais arbitrárias. No início, as ações aconteciam por meio da formação das associações de moradores, discussões com grupos locais e distribuição de panfletos que denunciavam as recorrentes violações de direitos (BARATA, 2018, p. 209).

Após esse período, e paralelo à ascensão dos jornais e rádios locais, surgiram organizações mais elaboradas como as ONGs. Com esse movimento despontou o que os autores chamam de midiativismo de favela, que é caracterizado pela união de moradores para “produzirem informações e conhecimento de engajamento em lutas do dia a dia nos centros urbanos, por justiça, dignidade, direitos, valorização de tradições e culturas, e outros tantos assuntos políticos que fazem parte das favelas” (BARATA, 2018, p. 209). Esses atores sociais, como observa Ramos (2007), inovam em várias dimensões. Eles resistem a contextos de segregação, considerando e até enfatizando as trajetórias individuais e a subjetividade. Eles se relacionam com o mercado, com o setor privado, com os meios de comunicação e com o Estado, defendendo e reivindicando seu território e sua cultura. De acordo com Jovchelovitch (2013, p. 55), quando Vianna (2006) escreveu que a favela agora diz “Qualé, mané! O que não falta aqui é cultura! Olha só o que o mundo tem a aprender com a gente!”, “ele estava se referindo a um novo tipo de protagonista que abraça a identidade, o modo de vida, os recursos e as potencialidades da vida na favela como paradigmático do que pode acontecer sob o signo da exclusão e das duras condições de vida”.

Desde o início dos anos 1990, as iniciativas de origem popular implementadas nas comunidades pobres e da periferia do Rio, bem como em outras regiões brasileiras, levaram à criação de grupos como o AfroReggae, a CUFA, o Nós do Morro e o Olodum. Eles diferem radicalmente das organizações tradicionais que “educam” e “intervêm” em áreas pobres, porque são formados e administrados por pessoas das próprias favelas e que mantêm um relacionamento forte e íntimo com esses territórios específicos. Eles utilizam a arte e a produção cultural para resgatar a identidade e para reposicionar as ideias, as visões, as perspectivas e as experiências da juventude da favela na agenda da sociedade brasileira (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 54).

O AfroReggae e a CUFA são exemplos desses novos atores sociais e de novas formas de ação coletiva, que resistem à estigmatização e à homogeneização para mostrar que, apesar da pobreza e da exclusão, existem resiliência, inteligência e uma identidade orgulhosa.

No início do século XXI, novas formas de midiativismo de favela foram e têm sido constantemente impulsionadas e renovadas por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação, principalmente por meio do

ciberespaço. De acordo com Peruzzo (2009, p.50), a pressão social proporcionou relativos avanços na democratização dos meios de comunicação, que podem ser identificados pela “presença crescente de entidades populares na internet”. As tecnologias passaram a possibilitar, então, que causas e grupos sociais – até então ocultos da grande mídia, ingressassem no ambiente virtual e passassem a ser reconhecidos mundialmente. Indivíduos e coletivos assumiram uma conscientização sobre o poder transformador da informação que passaram a ter nas mãos, e começaram a trabalhar para a democratização. Assim, a esfera midiática, que antes era ocupada apenas por meios e discursos hegemônicos, passou a abrigar vozes dissonantes e novas práticas sociais começam a viabilizar o acesso aos meios de comunicação a grupos antes excluídos do campo midiático. É interessante destacar, também, os motivos por indivíduos, grupos ou movimentos sociais se apropriarem deste meio virtual. Como reflete Góes (2006, p. 14), o objetivo geralmente é a transformação social, a conscientização política, a luta por direitos, denunciar as causas e, se possível, indicar ações que podem ser tomadas.

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contra comunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades”, e que visa exercer a liberdade de expressão, oferecer conteúdo diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social. (PERUZZO, 2009, p.132).

Outro ponto ressaltado pelo autor é que “tanto a seleção dos fatos quanto o seu enquadramento são feitos na perspectiva dos interesses e ideais dos movimentos sociais”. Assim, surgem espaços na internet que apresentam diferentes pautas e abordagens presentes na grande mídia. A comunicação alternativa, então, se diferencia “tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica —, nos modos de organização (de base popular, coletiva, no quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador), entre outros aspectos” (PERUZZO, 2009, p.132). Um dos destaques, já mencionados anteriormente, é a ascensão da pauta “local” e de todos os elementos que a envolvem – como identidade, características territoriais, entre outros. A internet proporciona, então, uma possibilidade de

audiência imensurável de modo que sua relevância social seja mais significativa. Conceitualmente, Oliveira (2009) afirma que o jornalismo alternativo possui uma

[...] perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. [...] passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais, pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor (OLIVEIRA, 2009, p.6).

A partir desta perspectiva, pode-se afirmar que o jornalismo alternativo é todo o jornalismo que não visa somente o lucro, mas também ele se caracteriza pela “apresentação de novas possibilidades de ambiências” (OLIVEIRA, 2009, p.7). Através dele é apresentada uma nova forma de percepção da realidade diferenciada do que é apresentado comercialmente. Este tipo de prática jornalística é geralmente utilizado por sindicatos, organizações, comunidades e movimentos sociais, principalmente pela facilidade de acesso, alcance de público e barateamento da veiculação das informações. Mais ainda, o jornalismo alternativo permite tornar público, o que a grande mídia de massa omite. Isto permite, também, que os leitores passem a ver a sua realidade – geralmente ocultadas pela imprensa, se tornar pública. Maffesoli (2004, p.23) afirma que as pessoas querem, sobretudo, “contar o próprio cotidiano para si mesmas e para aqueles com quem convivem. A informação serve de cimento social”, na sociedade contemporânea.

Assim, no intuito de ressignificar esses traçados simbólicos da cidade, reinventando e atribuindo novos valores para esses espaços periféricos, é elaborada uma pluralidade de projetos culturais ou socioculturais voltados para a promoção da cultura local, por meio de dispositivos comunicacionais. No Rio de Janeiro podemos citar: o Viva Favela, projeto da ONG Viva Rio; o Observatório das Favelas, o jornal O Cidadão; a CUFA (Central Única das Favelas); o grupo Condutores de Memória; o grupo Nós do Morro; a Agência de Notícias da Favela. Apesar das diferenças nas propostas de cada um desses projetos, em ambos existe a ideia de que é possível e necessário “incluir” os moradores de favelas – considerados, em muitos aspectos, excluídos da sociedade e da cidade – por meio do acesso às mídias e da mediação cultural promovida por essas. O próximo capítulo vai discorrer sobre a Agência de

Notícias das Favelas e como ela atua como construtora da identidade territorial das favelas do Rio de Janeiro.

4 A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS

A presença das favelas nos noticiários sempre se restringiu, salvo exceções, à editoria de polícia e crimes. Apesar de haver um contingente relevante de moradores nessas localidades, suas vozes, seus pleitos e seu cotidiano historicamente não ganham grandes espaços na mídia hegemônica. Esse quadro contribuiu para o estigma criado sobre as favelas como um lugar de miséria, violência e insalubridade. Ainda que esses problemas de fato se façam presentes, eles resultam de processos sociais e decisões políticas que são inviabilizados e deixam de ser problematizados por esses mesmos noticiários. A partir deste contexto, e como foi visto até aqui, surgem movimentos sociais que se debruçam em lutar por um posicionamento frente a essa monopolização de informações sobre as favelas. A Agência de Notícias das Favelas é uma destas iniciativas.

4.1 Compreendendo a história da ANF

De acordo com a obra *Perseguindo um sonho. A história da fundação da primeira agência de notícias de favelas do mundo* – a primeira lançada pela Agência de Notícias das Favelas, André Fernandes, ex-fuzileiro naval que virou missionário evangélico e jornalista autodidata, teve a ideia de criar a agência em 1997. A justificativa para a criação do projeto foi a constatação de André de que recebia ligações diárias de repórteres a fim de obter informações sobre as favelas, já que ele atuava como ativista social nesses lugares.

Durante toda década de 1990, eu atendia, em média, dez telefonemas por dia de jornalistas de todo o País e do exterior pedindo contatos e pautas nas favelas do Rio de Janeiro. Essa rotina me fez pensar que deveria facilitar a vida desses profissionais, democratizando as informações que eu tinha. Era hora de pensar, ainda em 1997, na fundação de uma agência de notícias de favelas (FERNANDES, 2016, p. 55).

A falta de iniciativa dos grupos empresariais de mídia nos morros cariocas se refletia na própria rotina dos repórteres, que evitavam ter que apurar in loco as notícias sobre esses lugares se dispusessem da confortável alternativa de contatar uma “fonte”, procedimento que certamente permanece até os dias

atuais. A percepção de André se aproxima com o que se chama no campo da comunicação de “teoria dos definidores primários”, que reforça a ideia que a rotina produtiva típica do jornalista é marcada pela tendência em privilegiar fontes que ocupam posições institucionalizadas – tais como governadores, prefeitos, presidentes de empresas, delegados de polícia, diplomatas etc. – como forma de conferir legitimidade ao depoimento. Trata-se de uma estratégia do profissional de jornalismo para dar credibilidade ao relato e, ao mesmo tempo, de se proteger atrás da palavra de uma autoridade.

A consequência disso, no entanto, costuma ser a ruptura com o preceito ético do jornalismo que supõe a necessidade de se “ouvir os dois lados” e, o que é igualmente grave, a reprodução da ideologia dominante e do *status quo* (PENA, 2005). No caso da favela, privilegiam-se as falas dos agentes de repressão, das autoridades e governantes, silenciando-se os moradores. Sem a intenção de competir diretamente com os veículos mídia tradicionais, que se pautam por essa lógica, surgiu em janeiro de 2001, A Agência de Notícias das Favelas – inicialmente um projeto da organização não governamental Casa da Cidadania, criada com o objetivo de expandir e divulgar o universo de complexidades desses lugares, indo além do que comumente se propalava na imprensa. A ANF se propunha a ser um modelo alternativo e contra hegemônico de comunicação, promovendo um diálogo entre todas as favelas, cedendo seu espaço na rede para dar protagonismo às vozes desses locais. Desde o início, o intuito da organização esteve em produzir uma conexão direta com os moradores das favelas e periferias, especialmente do Rio de Janeiro, entendendo que a comunicação é uma ferramenta fundamental para promoção de direitos e cidadania. A interação com a população dos morros foi facilitada pelo histórico de trabalhos sociais do fundador André Fernandes dentro das favelas. Ele já havia morado no Santa Marta, em Botafogo, e no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, em missões de evangelização pela igreja Batista. Tal contato do jornalista com as favelas foi um fator determinante para a realização do projeto de comunicação comunitária ser bem-sucedido. “A dificuldade inicial era a produção permanente de novos conteúdos, mas já tínhamos ali mais notícias e dados sobre as favelas do que qualquer outro veículo. Rapidamente viramos uma referência” (FERNANDES, 2016, p. 56).

Ainda nos primeiros meses de existência, após fazerem registro junto ao Instituto de Propriedade Intelectual (Inpi), a ANF foi reconhecida pela agência Reuters como a primeira agência de notícias de favelas do mundo, fato que denota seu caráter inovador em uma época em que havia grandes restrições às informações advindas das periferias do Rio de Janeiro. O projeto foi criado, inicialmente, como uma página estática na internet. Em um momento em que a web estava no início do processo de popularização no país, não havia a facilidade de recursos que hoje se encontram para montar uma página na rede. Não existia, naquele contexto, blogs e plataformas com a diversidade de ferramentas disponíveis atualmente. Não foi pensado, a princípio, criar o Jornal A Voz da Favela, ou perfis em redes sociais – um fenômeno que só veio à tona anos mais tarde. O Jornal não poderia ser viabilizado no início até por questões estruturais e financeiras. Ainda que criar e manter uma página na internet não fosse tão simples como é nos dias de hoje, ter um jornal impresso, sem dúvida, implica em um empenho muito maior e mais complexo de capital e força de trabalho. Assim, o portal inicial da ANF era uma página estática, onde eram publicadas notícias sobre as favelas cariocas, tais como: reclamações dos moradores, divulgação de projetos e eventos culturais, esportivos e sociais e textos opinativos. As informações eram fornecidas pelos moradores das favelas e reproduzidas no portal pelos membros da agência. Apenas em 2005, já desvinculada da Casa da Cidadania, a ANF se tornou oficialmente uma organização não governamental, com CNPJ próprio. É importante ressaltar que os quatro primeiros anos do projeto não foram contínuos. Entre 2001 e 2005 o Portal da Agência chegou a ser retirado do ar por um período, por questões de afastamento do fundador do estado, que não dispunha de alguém que pudesse substituí-lo na função de manter o projeto em andamento.

4.2 Organização, estrutura e funcionamento

A Agência de Notícias das Favelas foi fundada pelo jornalista André Fernandes que, atualmente, exerce a função de diretor da organização. O principal e mais importante núcleo decisório da ONG é o Conselho Diretor, formado por três pessoas. Além de André, também fazem parte do conselho Renata Duarte e Sérgio Pugliese. Os três, em conjunto, são responsáveis por

traçar e decidir metas, projetos, parcerias e tudo mais que envolva a ANF. Subordinados ao conselho estão os três secretários da organização, que se dividem em: executivo, administrativo e institucional. A secretaria executiva, que está hierarquicamente acima das outras duas, é responsável por viabilizar, na prática, todos os projetos, iniciativas, parcerias e demais ações da ONG. O secretário administrativo é responsável pelo setor financeiro da organização, o que inclui: controle de entrada e saída de caixa, planejamento financeiro e a prestação de contas. A secretaria institucional já é mais direcionada para as relações com outras empresas e órgãos, cuidando da parte de relações institucionais da organização. Atualmente, a Elaine Locan ocupa o cargo de secretária executiva e a Débora Rocha é da secretaria institucional e, no momento, a ANF não possui alguém responsável unicamente pela secretaria administrativa. Com o intuito de auditar o fluxo de caixa da organização foi criado um Conselho Fiscal – composto por Roosevelt Oliveira, Marcelo Guedes, Flávio Minervino e os suplentes Carlos Alberto, Simone Menezes, que realiza prestação de contas com os colaboradores da ONG em reuniões. Os membros desse conselho são eleitos por meio de votações, realizadas a cada dois anos. Há ainda dois membros suplentes, que completam a estrutura do departamento fiscal.

E a partir daí a gente tem um conselho fiscal estatutário, essas pessoas não são prolabores, mas dentro da organização dessas pessoas, que são três no conselho diretor, três na secretaria executiva, e cinco no conselho fiscal, na verdade só três pessoas que podem ser remuneradas, que são a secretária executiva, a secretária institucional e a secretária administrativa. O conselho diretor não é remunerado, e o conselho fiscal tampouco (FERNANDES, 2019).

A ANF dispõe de uma jornalista responsável por publicar notícias no portal da ONG, além de revisar os textos produzidos pelos colaboradores no Portal e no jornal. A revisão é feita com o intuito de corrigir eventuais erros gramaticais e ortográficos, além de identificar se o conteúdo a ser publicado não fere as normas éticas da organização.

[...] na equipe tem o pessoal do jornal e do portal, né, a editora, que é a Karen Melo aqui no Rio. A Karen Melo cuida dos estados sudeste, sul e centro-oeste; e tem o editor de Salvador que cuida dos estados norte e nordeste. Então para todas as comunicações

feitas pelos colaboradores do norte e nordeste é o Paulo Almeida, que trabalha em Salvador. Inclusive os textos do jornal impresso, que tem 50 mil exemplares em Salvador, e os textos, também, do jornal impresso no Rio de Janeiro. Aí tem a revisora, aqui no Rio de Janeiro, que é a Rebeca. Aí tem o jornal e tem a revisora que é a Juliana em Salvador, do jornal. [...] E a diagramadora que é a Viviana Assunção, que diagrama os dois jornais, do Rio e de Salvador. (FERNANDES, 2019).

Vale ressaltar que todos estes profissionais são remunerados pela Agência de Notícias das Favelas. Os contratos variam entre carteira assinada e, outros, são sem vínculo empregatício (*freelancer*). Os textos podem e devem ser combativos, relatando problemas ou sugerindo melhorias nas favelas. No entanto, não deve haver, por exemplo, propaganda partidária diluída em seu conteúdo, nem palavras e imagens obscenas ou que firam direitos autorais. Ainda assim, no rodapé do portal há uma mensagem indicando que os textos publicados não são de responsabilidade da ANF, não refletindo, necessariamente, sua opinião. O pilar central da agência são os colaboradores, que contribuem com todo tipo de produção textual tanto para o portal quanto para o Jornal A Voz da Favela. Atualmente, a Agência conta com mais de 400 colaboradores em sua equipe, oriundos das mais diversas áreas de atuação. O tempo e intensidade de participação de cada colaborador dependerão exclusivamente da vontade de cada um deles, não havendo qualquer tipo de contrato formal para sua adesão ou rescisão com a ANF. Não há pré-requisitos para que uma pessoa possa se voluntariar como colaboradora: basta entrar em contato com a administração da ONG e manifestar o desejo de participar do projeto.

TABELA 1 – Amostra sobre perfil dos colaboradores

Idade:	Profissão:	Formação:
68	Jornalista	Ensino Médio
30	Escritora	Ensino Médio
18	Estudante	Ensino Superior
22	Estudante	Ensino Médio
30	Produtora cultural, produtora audiovisual, publicitária e comunicadora	Ensino Superior
24	Jornalista	Ensino Superior
32	Atriz e produtora cultural	Ensino Médio

31	Editora	Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado
26	Jornalismo	Ensino Superior
18	Universitário	Ensino Médio
25	Estudante de Psicologia	Ensino Superior
37	Jornalista e Mestre em Gestão da Educação, Tecnologias e Ciências.	Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado
30	Produtora cultural, produtora audiovisual, publicitária e comunicadora	Ensino Superior
31	Editora	Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no questionário enviado para esta dissertação.

No ano de 2015, com apoio da Approach Comunicação a Agência lançou o Manual de Redação e Estilo¹⁵, que tem como objetivo fornecer aos colaboradores uma orientação sobre suas publicações nos veículos da organização. Apesar de se tratar de um projeto de comunicação voltado para os moradores das favelas, a ANF não está inserida geograficamente dentro de uma, mas “no asfalto”, no bairro São Francisco Xavier, zona norte do Rio. Apesar da localização “neutra”, os colaboradores da organização estão, frequentemente, visitando e convivendo com os morros, princípio fundamental para a caracterização comunitária do projeto. Como se trata de uma organização não governamental, a ANF não tem fins lucrativos. A agência é sustentada financeiramente por recursos vindos de projetos e por mantenedores, que são pessoas físicas ou jurídicas que dão contribuições financeiras para a ONG, viabilizando, dessa forma, seu funcionamento. Em abril de 2019, a ANF ampliou a sua atuação e o jornal A Voz da Favela também começou a ser produzido na cidade de Salvador na Bahia, com o patrocínio da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba).

Com o intuito de ampliar sua atuação, a organização criou, em 2012, a ANF Produções¹⁶, com CNPJ próprio. A produtora – que não está inclusa no tema desta dissertação por ter uma finalidade distinta da agência de notícias, trabalha captando recursos através de editais de empresas públicas e privadas a fim de produzir projetos sociais, além de produzir e editar livros, revistas e

¹⁵ O próximo subcapítulo aborda, especificamente, o Manual de Redação e Estilo.

¹⁶ A remuneração de André Fernandes é oriunda da ANF Produções.

projetos audiovisuais. Entre os projetos de maior relevância está o Guia das Favelas, uma publicação feita em parceria com a secretaria de turismo do estado do Rio de Janeiro que apresenta atrações turísticas de onze favelas em que foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora. O Guia, para além de seu objetivo principal, que é fomentar a economia das favelas por meio do turismo e mostrar os morros pela visão dos próprios moradores, que colaboraram na confecção, funciona, em certo grau, como ferramenta de divulgação da ANF Produções e por consequência, da agência de notícias.

Com a finalidade de promover os projetos da ANF Produções e atrair publicidade para o jornal A Voz da Favela, a ANF firmou uma parceria com a assessoria de imprensa Minas de Ideias. A divulgação do trabalho da agência e da produtora é uma importante ferramenta para dar visibilidade e atrair mais recursos, mantenedores e parceiros para a ANF. Atualmente, além de se inscreverem em editais de incentivo à cultura para angariar fundos, a Agência de Notícias das Favelas também possui diversas parcerias com instituições para elaboração de ações e projetos. O próximo subcapítulo se propõe a compreender mais a fundo sobre o Manual de Redação e Estilo da ANF.

4.2.1 O Manual de Redação e Estilo da Agência

Com o objetivo de fornecer aos colaboradores uma orientação sobre as normas de publicações, a Agência de Notícias das Favelas lançou – no ano de 2015, o Manual de Redação e Estilo. Por mais que “o papel do colaborador não é o de suprir as funções do jornalista, mas o de complementar e expandir o seu trabalho” (FERNANDES, 2015, p. 11), o documento serve como um direcionamento para o trabalho desenvolvido por eles – principalmente pois grande parte não é jornalista por formação.

Durante o século XX, o estilo do texto informativo na imprensa brasileira foi, aos poucos, se uniformizando com a adoção do padrão de texto anglo-americano¹⁷, originário principalmente das normas adotadas pela agência de

¹⁷ A comparação entre o jornalismo impresso no mundo anglo-americano e em França durante o século XIX fornece as bases para uma discussão sobre como os jornalistas americanos e ingleses inventaram o conceito moderno de notícia. Em primeiro lugar, os jornais anglo-americanos contêm mais notícias e

notícias americana Associated Press. Neste contexto, surgem os manuais de redação e estilo – que passam a ter fundamental importância para a padronização e normatização do texto jornalístico.

Pode-se resumir, assim, as funções e objetivos dos manuais de redação brasileiros: compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas. (CAPRINO, 2002, p. 7)

FIGURA 6 – O Manual de Redação e Estilo da ANF



informação do que os quaisquer jornais franceses seus contemporâneos, tendo organizado melhores serviços de recolha de informação. Mais importante é, contudo, o facto de práticas discursivas próprias, tais como a entrevista e a reportagem, terem, também, sido inventadas e desenvolvidas pelos jornalistas americanos, sendo mais tarde importadas como práticas principais pela imprensa francesa e tendo contribuído para a sua transformação (CHALABY, 2003, p. 30).

O primeiro tópico abordado no Manual é sobre os princípios editoriais que norteiam o trabalho realizado pela ANF. De acordo com Fernandes (2015), as políticas da organização são:

- Todas as ações da ANF devem expressar os valores da organização: cooperação, valorização da cultura local, responsabilidade social e criatividade;
- Tom de voz: os textos deverão adotar linguagem popular, objetiva e direta, composta por textos factuais, não factuais e opinativos que contemplem assuntos e temas em pauta nas favelas;
- É proibida a publicação de afrontas pessoais, textos que contenham conotação político-partidária, difamatória, racista ou discriminatória. Não serão, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos;
- O colaborador que trabalhar em algum projeto ou organização que tenha relação com o seu texto deve mencionar a posição que ocupa e qual o interesse defendido para reforçar a credibilidade;
- A ANF é entusiasta das favelas, de sua diversidade, de sua cultura e de seu povo, tema principal de seus textos. Isso em nenhuma hipótese abrirá espaço para a xenofobia (antipatia ou rejeição por pessoas estranhas a seu meio ou por outros lugares e culturas);
- A ANF não fará uso de sensacionalismo, a deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoções com o objetivo de atrair uma audiência maior;
- Os colaboradores devem ficar atentos aos comentários! Lembrem-se de que quem comenta merece atenção. Responda aos comentários e estimule o diálogo. O feedback é muito importante e enriquecedor (FERNANDES, 2015, p. 7).

Dentre os tópicos abordados nas políticas editoriais da ANF, é possível identificar um perfil de comunicação alternativa de caráter contra hegemônico que já foi revisto anteriormente – uma vez que a Agência se propõe a “propiciar novas formas de reflexão, com o objetivo precípuo e final de libertar as consciências” (PAIVA, 2008, p. 167) – neste caso, libertar as consciências e percepções sobre os territórios de favela. No respectivo Manual, é apresentado um conceito de comunicação comunitária e contra hegemônica, numa perspectiva de oposição “a uma visão hegemônica da sociedade, levantando problemas e questões que os meios de comunicação tradicionais, da chamada grande imprensa, não costumam levantar”. (FERNANDES, 2015, p. 10).

Ainda sobre os aspectos mais teóricos apresentados no Manual, vale ressaltar a presença da conceituação de termos como favela, comunidade, jornalista cidadão, notícia e reportagem e também dicas gramaticais – objetivando que o colaborador compreenda sua função e atividades a serem

executadas. Um dos destaques dessa parte é o tópico que se debruça a diferenciar a favela de comunidade. Segundo Fernandes (2015):

Favela só deixa de ser favela quando tudo o que é inerente à cidadania de quem vive no bairro de Ipanema é exatamente igual ao do cidadão de Vigário Geral ou do Vidigal. Comunidade é um termo utilizado ultimamente, principalmente pela grande mídia e pelas elites, creio eu, com o propósito de esconder justamente as desigualdades sociais desses lugares pobres, que ainda estão muito longe de serem, de fato, comunidades no sentido que se tenta apresentar (FERNANDES, 2015, p. 13-14).

Posteriormente, no capítulo de análise dos conteúdos veiculados pela Agência, será possível fazer uma avaliação sobre a abordagem do conceito favela e comunidade nos textos. Outro apêndice importante do referido documento é sobre o uso das mídias digitais. Segundo Fernandes (2015), “o objetivo da Agência de Notícias das Favelas ao atuar oficialmente em mídias sócias é aprimorar o relacionamento institucional e informacional, a promoção de produtos e serviços”, que também impactam na visibilidade da marca no Brasil e no mundo. Esta colocação de Fernandes (2015) corrobora a temática abordada no capítulo anterior sobre a apropriação das mídias sociais por movimentos sociais, ou seja, os meios de comunicação atuam como meio de aproximação de representantes sociais com a sociedade para o estabelecimento do diálogo entre ambas as partes. Isto também fica explícito nos seis itens que norteiam a presença da ANF nas ferramentas digitais.

- A. Criar, estreitar e fortalecer relacionamentos da Agência de Notícias das Favelas com públicos de interesse (externo e interno);
- B. Compartilhar conteúdos sobre sua área de atuação (como socialização de notícias e eventos de segurança pública, lazer, moradia e educação);
- C. Prover ao cidadão informações sobre ações, produtos e serviços da Agência de Notícias das Favelas;
- D. Colaborar para o aumento da autoestima da favela, tirando a percepção pejorativa sobre esta;
- E. Conhecer a opinião dos públicos sobre as ações ou temas de interesse da Agência de Notícias das Favelas para melhor atender a sociedade;
- F. Contribuir com debates online, agregando informações técnicas às discussões e esclarecendo questões envolvendo a área de atuação da Agência de Notícias das Favelas. (FERNANDES, 2015, p. 50)

A partir destes itens, a ANF objetiva delimitar o uso das mídias sociais apenas para relacionamento e compartilhamento de informações que são congruentes com os princípios da organização. Sobre a produção de conteúdo para os espaços digitais, o Manual de Redação e Estilo aponta que “os colaboradores têm autonomia para definir o que deve ser publicados nos posts, em quais dias, horários e quais canais são ideais para obter o sucesso” (FERNANDES, 2015, p. 55) dos conteúdos apresentados. Ainda, segundo o documento, “a equipe poderá adaptar o conteúdo de acordo com a linguagem da web e com imagens adequadas para o espaço definido” (FERNANDES, 2015, p. 55) e, em alguns casos o editor-chefe da Agência também atua no processo de decisão se determinado conteúdo vai ou não ser publicado.

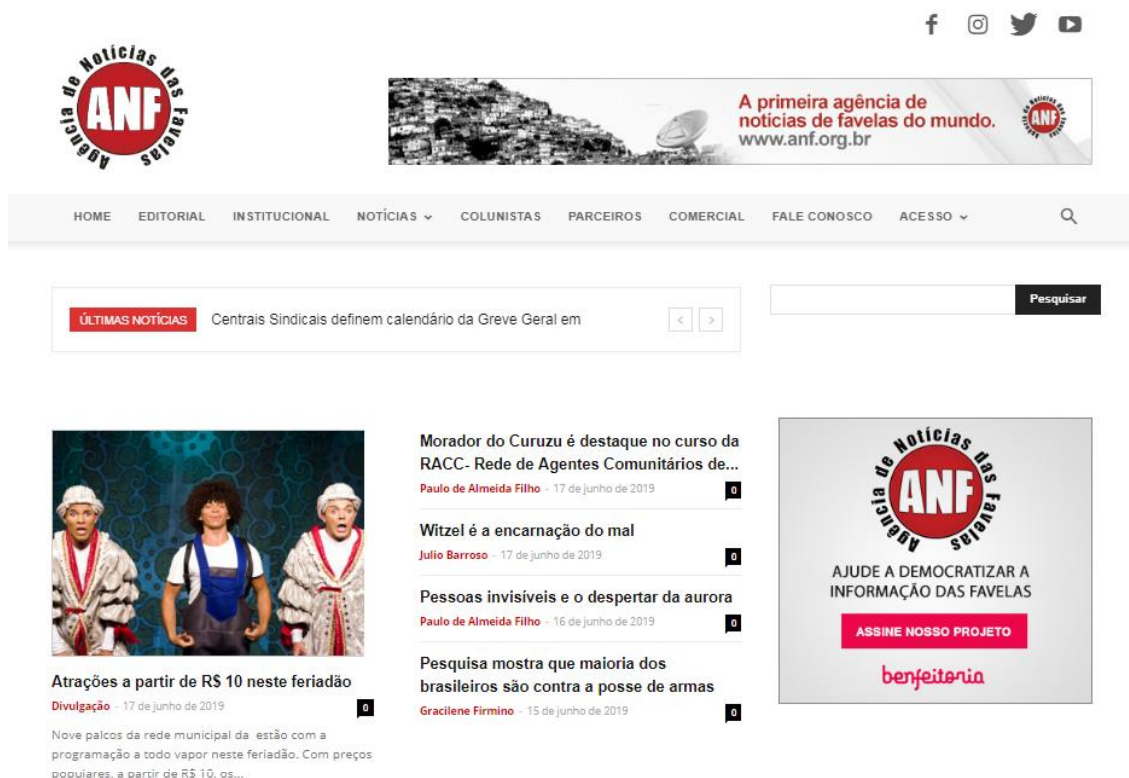
Por fim, o Manual apresenta um tópico intitulado “Legislação e penalidades” que dá embasamento jurídico para a atuação dos colaboradores. O texto enfatiza que “o fato de as mídias sociais permitirem que qualquer pessoa fale o que pensa na internet, não dá a ela o direito de ofender, maltratar, ameaçar, violar direitos autorais, revelar segredos industriais, praticar concorrência desleal, prejudicar pessoas e instituições sem punição” (FERNANDES, 2015, p. 57), e também aponta exemplos de ordenamentos jurídicos que podem ser aplicados em caso de uso indevido das mídias. O próximo capítulo apresenta, detalhadamente, cada veículo de comunicação que a Agência de Notícias das Favelas atua.

4.3 As mídias da Agência de Notícias das Favelas

O Portal da Agência de Notícias das Favelas foi fundado no ano de 2001 e submetido a diversas mudanças ao longo do tempo. Primeiramente, por não se dispor da atual facilidade para se montar um site com muitos recursos visuais e gráficos, foi criada uma página estática para publicar todas as informações e notícias da ANF, que até então era um projeto vinculado à ONG Casa da Cidadania. O endereço eletrônico é o mesmo até hoje: www.anf.org.br. De 2002 a 2004 ele permaneceu online, mas sem atualizações. No ano de 2005 foi retirado do ar, pois não havia por que, naquele momento, continuar com uma página com informações defasadas. Em 2007, quando a Agência de Notícias

das Favelas já havia se tornado uma organização não governamental, o Portal voltou a funcionar com produção de novos conteúdos. Atualmente o portal é hospedado na plataforma Wordpress, amplamente utilizada na rede por sua variedade de recursos e é o carro-chefe da ANF.

FIGURA 7 – O Portal da Agência de Notícias das Favelas



Os internautas, ao acessarem o portal, têm acesso aos artigos produzidos pelos membros colaboradores, às notícias das periferias brasileiras - principalmente do Rio de Janeiro – à agenda de eventos, informações institucionais, além de vídeos produzidos pela ONG e pela ANF Produções e o editorial da organização, que resume sua ideologia e se intitula “Unir e resistir para crescer e prosperar”. A atualização das notícias pode ser feita diretamente pelos colaboradores voluntários ou pelos jornalistas da organização.

Parte significativa das informações recebidas são avisos e sugestões de pauta e *press releases*. É válido salientar que, um grande número desses informes vem de instituições e órgãos com atuações afins às da organização, e só chegam a ser publicados se forem de interesse de seu público-alvo. Apesar da dificuldade de se estabelecer parâmetros por envolver questões subjetivas,

são consideradas de interesse todas as notícias que envolvam e afetem diretamente o cotidiano dos moradores das favelas. Em um cenário onde há uma baixa na adesão de jornais impressos, o site e demais mídias digitais que serão apresentadas a seguir, se consolidam como os veículos de maior alcance da ANF. Atenta a esses novos tempos tecnológicos, a ONG concentra seus esforços e investimentos no crescimento do portal, que traz uma possibilidade de interação e troca de informações com os internautas, seja por meio de comentários na página ou por compartilhamentos em redes sociais, por exemplo.

O conteúdo é extenso: há desde informes de eventos da prefeitura ou de órgãos privados e sem fins lucrativos, até oportunidades de trabalho e artigos opinativos. A seção de artigos é um espaço voltado para a livre expressão dos colaboradores por meio de produção textual. Os temas abordados envolvem questões de desigualdade social, educação, cultura e segurança pública. As Unidades de Polícia Pacificadora, UPPs, são severamente criticadas por sua atuação nas favelas, o que será mais exposto no próximo capítulo de análise. Por não ter redação, não há uma intensa produção de reportagens exclusivas. Alguns colaboradores da ANF, no entanto, possuem crachá de imprensa e podem se deslocar para quaisquer eventos na intenção de fazer uma cobertura jornalística para o Portal, como ocorreu em algumas manifestações de 2013.

A Voz da Favela é o jornal comunitário de maior circulação no Rio de Janeiro, com tiragem de 50 mil exemplares e de periodicidade mensal. O impresso foi criado no ano de 2009, em uma parceria da Agência de Notícias das Favelas com o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. O jornal nasceu da necessidade de ampliar ainda mais as informações das favelas e com a intenção de

(...) colocar nas páginas de um jornal impresso, e não somente na internet, (...) as mazelas, dificuldades, alegrias, discussões e tudo mais que permeia o universo de quase metade da população que sobrevive nas favelas do Rio (A VOZ DA FAVELA, 2009).

As três primeiras edições foram viabilizadas por conta da parceria com o sindicato, que cedeu sua gráfica para a impressão dos 20 mil exemplares. No ano seguinte, já sem o convênio com o Sindicato dos Bancários, o jornal deixou de circular, retornando apenas em 2012, quando a ANF fechou uma parceria com a assessoria de imprensa Minas de Ideias. Desde que voltou a circular, o

periódico é impresso na gráfica do jornal Folha Dirigida mensalmente, com o apoio financeiro dos parceiros e doações.

FIGURA 8 – O jornal A Voz da Favela



O jornal, tanto no Rio de Janeiro como em Salvador, é composto por oito páginas, tem conteúdo produzido pelos colaboradores da ANF, que enviam poesias, reportagens, artigos e todo tipo de produção textual. São esses colaboradores que fazem a distribuição do jornal nas favelas. Após a impressão da edição mensal, eles retiram na sede da organização os exemplares para distribuir em sua região. Não há um valor estipulado para adquirir o jornal, que em sua capa reserva um pequeno espaço com o aviso: “Valor: contribuição

voluntária”. Isto é, os moradores da favela pagam o preço que consideram justo pela leitura. E o ganho obtido com essas vendas não retorna para a ONG, sendo destinado aos próprios colaboradores que realizaram a distribuição.

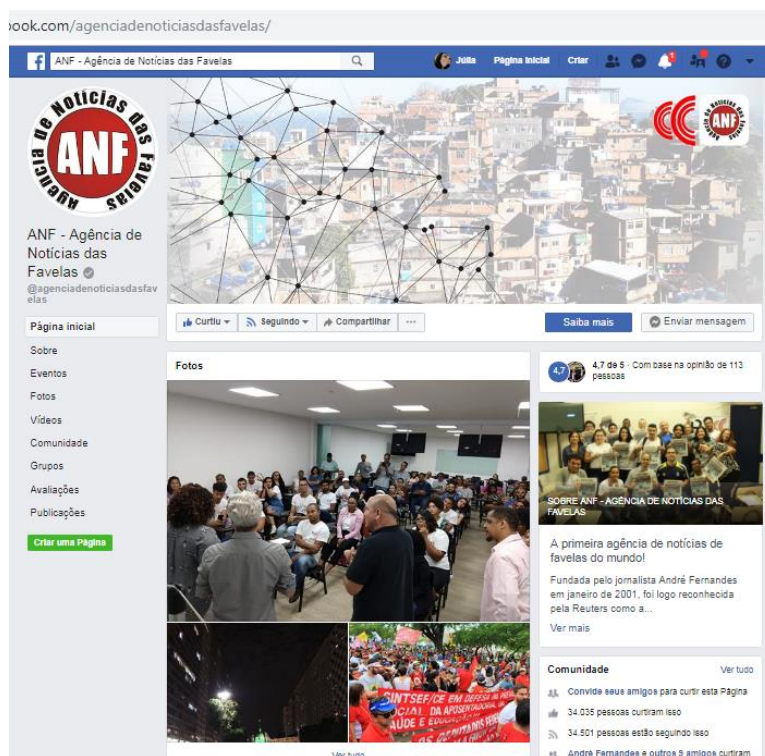
A gente tem uma média de 20 e poucos distribuidores, também, do jornal aqui no Rio. E esses distribuidores, todos eles, recebem uma contribuição voluntária por cada jornal distribuído e nenhum deles tira menos de mil *pratas* por mês com contribuição voluntária. Tudo o que é arrecadado com o jornal fica para eles. Lá em Salvador a gente já tem o jornal, mas a gente não está fazendo isso ainda, porque lá a gente tem um patrocínio da Coelba, que é a Companhia de Eletricidade da Bahia, que é do grupo Neoenergia (FERNANDES, 2019).

Em doze edições, A Voz da Favela já foi submetido a diversas alterações na identidade visual. O conteúdo, no início muito combativo, foi dando também espaço para outras abordagens, como divulgação de oficinas, projetos e eventos nas favelas. É importante destacar que, apesar de ser feito pelos moradores das comunidades afiliados à ANF, o jornal possui uma equipe de edição que recolhe e edita os textos que entrarão em cada edição. Essa edição tem o intuito de adequar o conteúdo à norma culta da língua e verificar se o mesmo não fere a ética. A reunião de pauta de A Voz da Favela tem periodicidade mensal e reúne todos os colaboradores que tenham interesse em contribuir com a edição a ser realizada. Nesse encontro são discutidos os temas que deverão ser abordados, como a equipe se organizará para produzir e editar mais um exemplar, e tudo mais que os participantes necessitem expor sobre a confecção do jornal.

Atenta às novas plataformas de comunicação, a Agência de Notícia das Favelas criou, em 2012, um perfil da organização no Facebook. A página é usada como ferramenta de divulgação do portal da ANF, publicando os links das últimas notícias publicadas no portal. Mais de trinta e quatro mil usuários do Facebook recebem atualizações da página diariamente. Há uma profissional dentro da organização responsável pelo funcionamento desse e outros canais da ANF nas redes sociais. No Facebook há, ainda, uma página exclusiva do jornal A Voz da Favela, com mais de sete mil usuários associados a ela. Nessa página não são divulgados os textos do jornal, mas o conteúdo do portal da organização, e ela recebe menos atualizações do que o perfil principal, da ANF. Entendendo que as mídias sociais devem ser uma ferramenta de debates e discussões, a ANF abriu um grupo para dar espaço aos colaboradores que desejarem se manifestar

também no Facebook. O fórum possui mais de sete mil pessoas inscritas, entre afiliados e não afiliados, e também é utilizado para divulgar o conteúdo do portal oficial da ONG.

FIGURA 9 – A página no Facebook da Agência de Notícias das Favelas



A presença nas redes sociais não se restringe ao Facebook. A ANF possui um perfil no Twitter, com mais de três mil seguidores. Nesse espaço também são divulgadas as matérias do portal da ONG e publicações feitas no Facebook. Não há produção de conteúdo exclusivo para o Twitter, que é utilizado apenas como ferramenta de divulgação e reprodução do que já foi publicado pela ONG em seu portal.

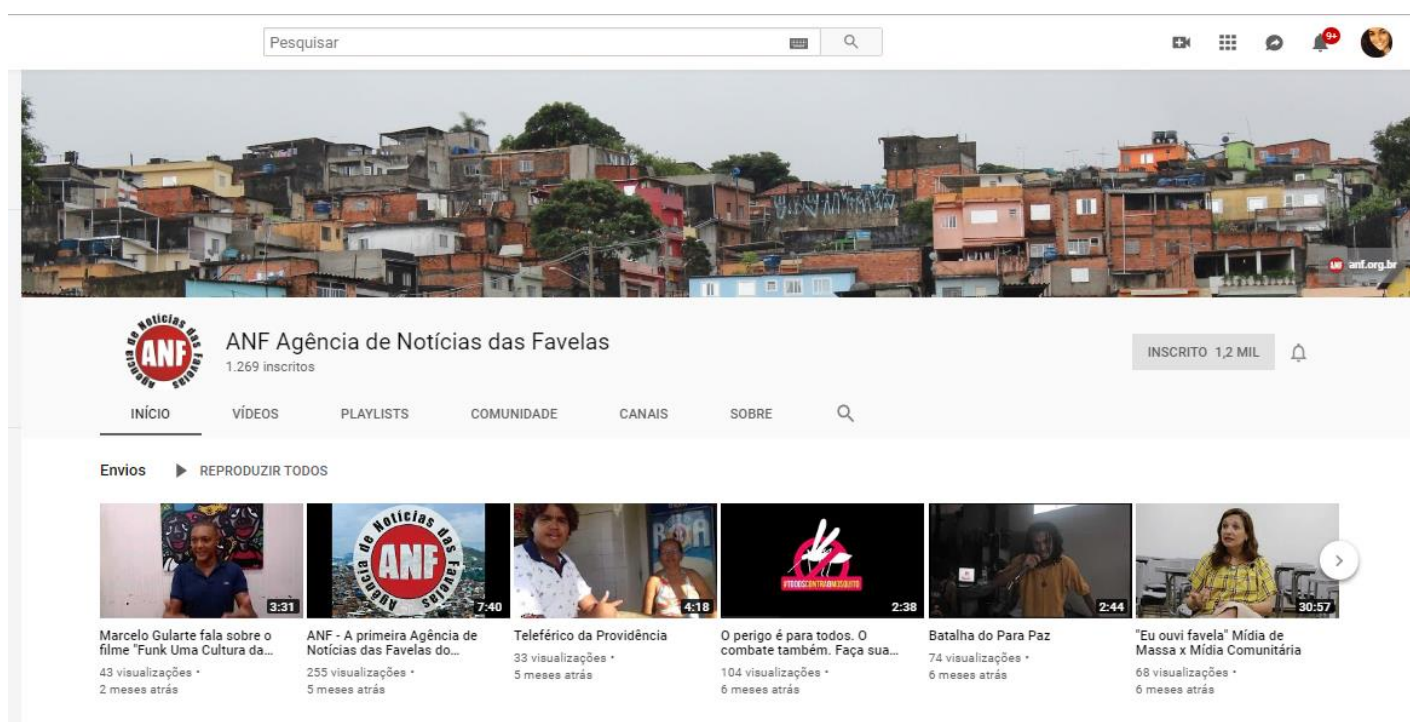
FIGURA 10 – O perfil da ANF no Twitter



A ANF também tem um canal no site de vídeos Youtube. Nesse canal são publicados vídeos produzidos pela ANF e ANF Produções, e posteriormente, incluídos no portal oficial da organização. Até o fechamento desta dissertação¹⁸, são quase 150 vídeos já divulgados e quase 600 mil visualizações. O conteúdo engloba desde denúncias contra arbitrariedades cometidas por forças do Estado, com depoimentos de pessoas da sociedade civil a entrevistas com atores sociais e artistas que apoiam a atividade da ONG.

¹⁸ Outubro de 2019.

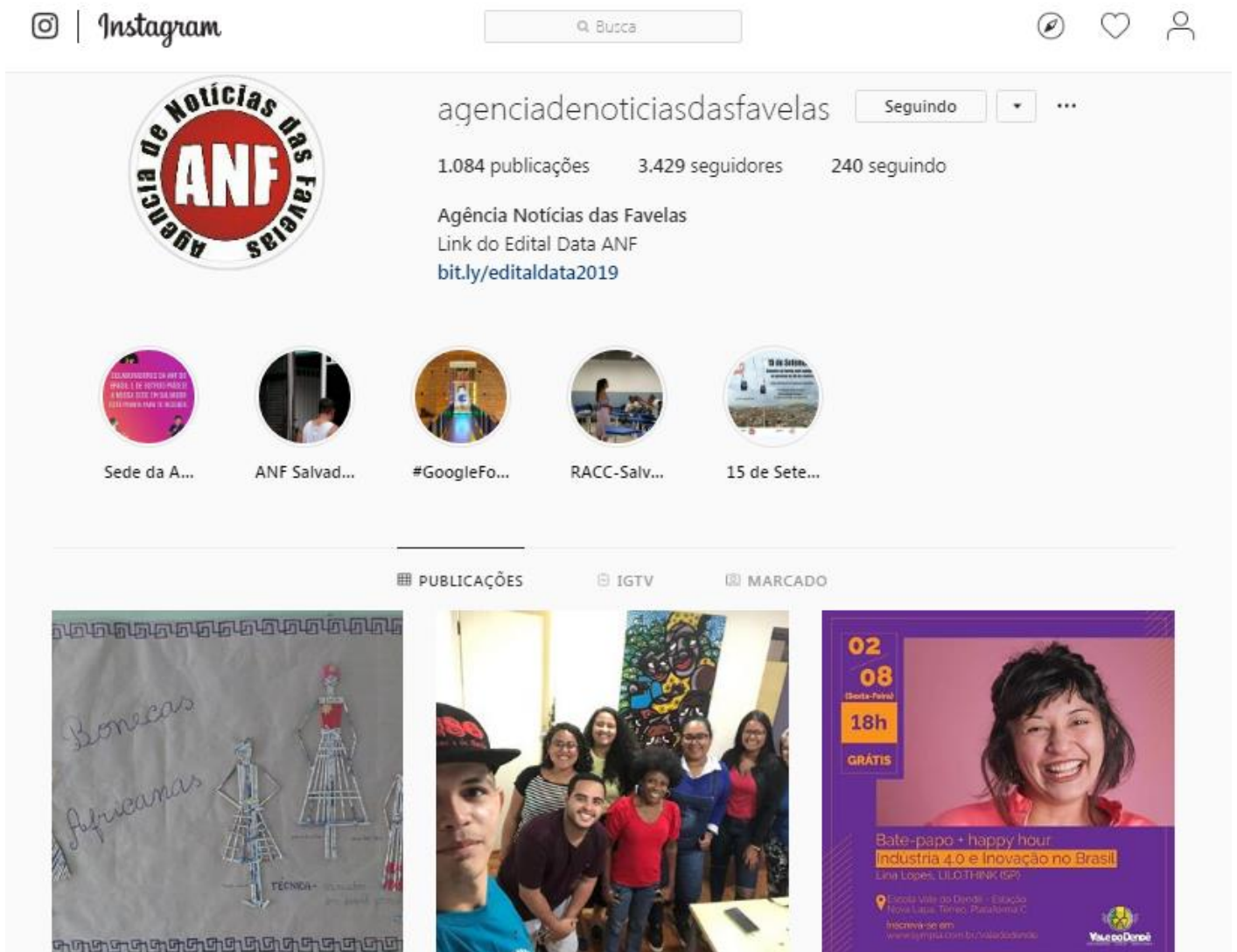
FIGURA 11 – O canal do Youtube da ANF



Por fim, ainda dentro da atuação da Agência de Notícias das Favelas nas mídias sociais digitais, no dia 4 de julho de 2014 a organização passou a ter um perfil no Instagram – hoje com mais de 3.400 seguidores. Neste ambiente, principalmente pelos recursos ofertados pelo aplicativo, a Agência compartilha conteúdos que vão além da reprodução do que é publicado no portal. Lá, eles também apresentam fotos de bastidores do trabalho desempenhado pela equipe e pelos colaboradores e cobertura de eventos e manifestações, por exemplo.

Um dos conteúdos interessantes do perfil no Instagram da ANF são as histórias – principalmente os destaques salvos para o visitante poder visualizar. Nestes arquivos de fotos e vídeos, eles apresentaram alguns dos passos da fundação da filial da organização em Salvador, em 2019. Ali constam registros desde o curso da RAAC – Rede de Agentes Comunitários de Comunicação com as pessoas que se ofereceram para ser colaborador da Agência, até as reuniões de pauta do jornal A Voz da Favela, chegada dos primeiros exemplares do jornal, entre os outros arquivos que auxiliam na compreensão do trabalho desenvolvido.

FIGURA 12 – O perfil no Instagram



Como foi possível perceber até este momento, o trabalho da Agência de Notícias das Favelas em seus veículos de comunicação é bem organizado e possui públicos consumindo os conteúdos em todos os meios. Vale destacar, aqui, o jornal A Voz da Favela e o portal de notícias que norteiam as pautas das demais plataformas – especialmente o site. Como o objetivo da ANF é confrontar a mídia hegemônica e apresentar uma nova perspectiva dos territórios de favelas, o próximo capítulo aborda, exclusivamente, sobre elementos identitários presentes nos conteúdos veiculados pela ANF no Portal.

5 IDENTIDADE TERRITORIAL NOS CONTEÚDOS DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS

Como foi resgatado até o momento, passados mais de um século do estabelecimento da primeira favela carioca, essa é o símbolo da resistência, não somente em termos da manutenção de seu estilo próprio de construção de suas casas, mas também de sua cultura. Para Zaluar e Alvito (2006, p. 22), a favela é o lugar da multiplicidade, que abriga contradições e confluência de vozes. Por um lado, há o tráfico de drogas, a truculência policial, a violência, a desigualdade, a criminalidade; por outro, uma relevante produção cultural brasileira, com o samba, o pagode, o carnaval, o funk, o rap, a capoeira, entre outros. O *modus operandi* da Agência de Notícias das Favelas é significativo para que se possa pensar a questão da dicotomia “mídia alternativa *versus* grande imprensa”. Este capítulo se propõe a analisar os conteúdos da ANF, com o objetivo de identificar os elementos identitários que apresentam sobre os territórios das favelas do Rio de Janeiro/RJ, uma vez que sua política editorial visa confrontar esta mídia hegemônica.

5.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

Esta etapa se debruça em compreender como a Agência de Notícias das Favelas apresenta seus conteúdos no site, fazendo contrapontos com os conceitos de jornalismo, comunicação alternativa e identidade territorial. No ano de 2016, quando a pesquisadora estava realizando o processo seletivo ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, foi realizado o primeiro contato com André Fernandes, fundador da Agência. De forma exploratória, foi enviada uma mensagem via página do Facebook com vistas a uma aproximação da pesquisadora com o objeto de estudo. O primeiro contato ocorreu no dia 14 de setembro daquele ano e, desde então, ambos mantêm uma proximidade. Na ocasião, Fernandes também enviou via Correios os exemplares do livro *Perseguindo um Sonho*, o Manual de Redação e Estilo da ANF e alguns exemplares do jornal *A Voz da Favela*. Assim, iniciou-se a relação da pesquisadora com o objeto de estudo, que viabilizou, posteriormente, a coleta de dados para esta dissertação. Desde 2017, após ingresso no Programa, a

pesquisadora passou a acompanhar os conteúdos veiculados pela organização. Para a análise, foram escolhidas oito publicações – no período de maio a agosto de 2019, com o objetivo de identificar elementos identitários nos textos e fotos que são postados no portal.

Em âmbitos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como um Estudo de Caso de natureza qualitativa. A escolha pelo Estudo de Caso dá-se, principalmente, pelo fato de ser uma exploração intensa de um único caso – no caso, a Agência de Notícias das Favelas. Por se tratar de questões explicativas, este método é adequado para responder às questões “como” e “porque”. Yin (2001, p. 23) aponta que “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. De acordo com Franco (1990), o caso pode ser uma instituição, uma escola, um currículo, em evento, um grupo, uma pessoa, etc.”. Constitui em uma instância provocadora do estudo de mediações que concentram a possibilidade de explicar a realidade concreta” (FRANCO, 1990. p. 4). Outro fator que corrobora a escolha pelo Estudo de Caso é o fato deste método de caracterizar “pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 1989, p. 19), que são outras formas de coleta de dados que foi utilizado nesta pesquisa. A interpretação destes dados foi feita baseada nos princípios de uma pesquisa qualitativa, justamente por ter como objetivo “produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Em resumo, a pesquisa qualitativa se preocupa mais com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Minayo (2001) acrescenta que

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Ou seja, a pesquisa qualitativa é muito utilizada quando se deseja investigar e analisar opiniões, comportamentos, percepções de um ou mais indivíduos inseridos em um contexto específico – que é o caso do objeto de estudo desta dissertação. Para coletar os dados desta análise, a pesquisadora utilizou dos seguintes recursos: análise de conteúdo, análise documental, questionário estruturado e entrevistas semiestruturadas.

O uso do questionário semiestruturado teve como objetivo conhecer o perfil dos colaboradores da Agência de Notícias das Favelas, além de identificar a proximidade deles com a temática da identidade territorial – especialmente para verificar se eles veem que o trabalho desenvolvido por eles impacta nessa construção identitária sobre as favelas do Rio de Janeiro. Segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Além disso, Gil (1999) também ressalta que o questionário:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 1999, p. 128-129)

Por mais que se obteve pouca adesão por parte dos colaboradores da Agência, o questionário é um método que serve para coletar as informações da realidade. O envio do questionário foi feito da seguinte maneira: a pesquisadora o elaborou pelo Google Forms – ferramenta disponível no Google Docs¹⁹, encaminhou o link para o André Fernandes, que fez o repasse²⁰ para os colaboradores.

¹⁹ O Google Docs (<https://docs.google.com>) é um site que oferece ferramentas de edição de texto, edição de planilhas eletrônicas, confecção de formulários online, edição de apresentação de slides e edição colaborativa de desenhos.

²⁰ O acesso ao banco de dados dos colaboradores da ANF não foi passado para a pesquisadora, sendo assim, o envio do formulário teve que ser feito desta maneira.

FIGURA 13 – O questionário enviado aos colaboradores

Pesquisa de Perfil - Colaboradores ANF

Olá pessoal, tudo certo? Me chamo Júlia Ipê, tenho 26 anos e moro em Santa Cruz do Sul/RS. Sou formada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Santa Cruz do Sul e, atualmente, faço mestrado em Desenvolvimento Regional pela mesma instituição. Sou apaixonada pelo trabalho que desenvolvem, o que me motivou a colocar vocês como tema da minha Dissertação. Há quase dois anos me comunico com o André Fernandes sobre a pesquisa, e ele foi um dos meus principais incentivadores em estudar sobre o trabalho de vocês. Assim, minha dissertação tem como tema: Identidade territorial das Favelas do Rio de Janeiro/RJ - um olhar a partir da Agência de Notícias das Favelas. O objetivo do trabalho é identificar elementos de identidade que vocês disseminam nos conteúdos que publicam; que demais né?

Uma das etapas da pesquisa é conhecer um pouquinho desse time gigante que vocês pertencem: o colaboradores da ANF! Esse formulário é, então, para isso! Vamos lá? Conto MUITO com o apoio de vocês!!!

*** Required**

Nome: *

Your answer

Idade: *

Your answer

Profissão: *

Your answer

Formação: *

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Superior

Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado

Onde mora/de qual favela é: *

Your answer

Desde quando atua como colaborador da ANF: *

Your answer

Qual a frequência que produz conteúdos: *

Your answer

Faz notícia só da favela que mora? *

Sim

Não

Na maioria das vezes

Considera importante o trabalho desenvolvido pela ANF? Por que? *

Your answer

Por que você começou a colaborar com a ANF? *

Your answer

O que é identidade territorial para você?

Your answer

SUBMIT

Never submit passwords through Google Forms.

Fonte: <https://forms.gle/iVHU6hhKJvdYRCb37>

A entrevista semiestruturada foi realizada com os membros da Diretoria Executiva da ANF: André Fernandes, Elaine Locan e Debora Rocha. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Para isso, a pesquisadora se debruçou em elaborar um roteiro²¹ com questões que trouxessem mais informações sobre a temática estudada, com o objetivo de compreender mais a fundo sobre a realidade operacional da Agência. No entanto, também há a possibilidade de modificação da direção da entrevista, principalmente pelas respostas apresentadas. A entrevista foi agendada via grupo no WhatsApp²² (foi criado um grupo da pesquisadora junto aos três entrevistados) e foi realizada por Skype²³.

Uma das principais fontes de informação para esta pesquisa foi o Portal da Agência de Notícias das Favelas. No Portal foram coletadas oito notícias que foram analisadas. Como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” (CRESWELL, 2007, p. 194). Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Para isso, a pesquisadora se embasou nas teorias de Bardin (2010) para organização da análise que, segundo ele, deve ser dividida em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

A descodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

²¹ ANEXO 1.

²² O WhatsApp, é um aplicativo multiplataforma que utiliza a internet para envio e recebimento de mensagens instantâneas de maneira gratuita e ilimitada, pelo celular, tablet ou versão web (web.whatsapp.com). Em outubro de 2018 foi criado um grupo neste aplicativo da pesquisadora junto aos membros da Diretoria Executiva (André Fernandes, Elaine Locan e Debora Rocha) com o objetivo de facilitar a comunicação entre ambos.

²³ O Skype é um aplicativo para celulares, tablets e computadores que permite a realização de chamadas de vídeo e áudio, tanto para outros computadores conectados, quanto para telefones fixos e móveis do mundo todo.

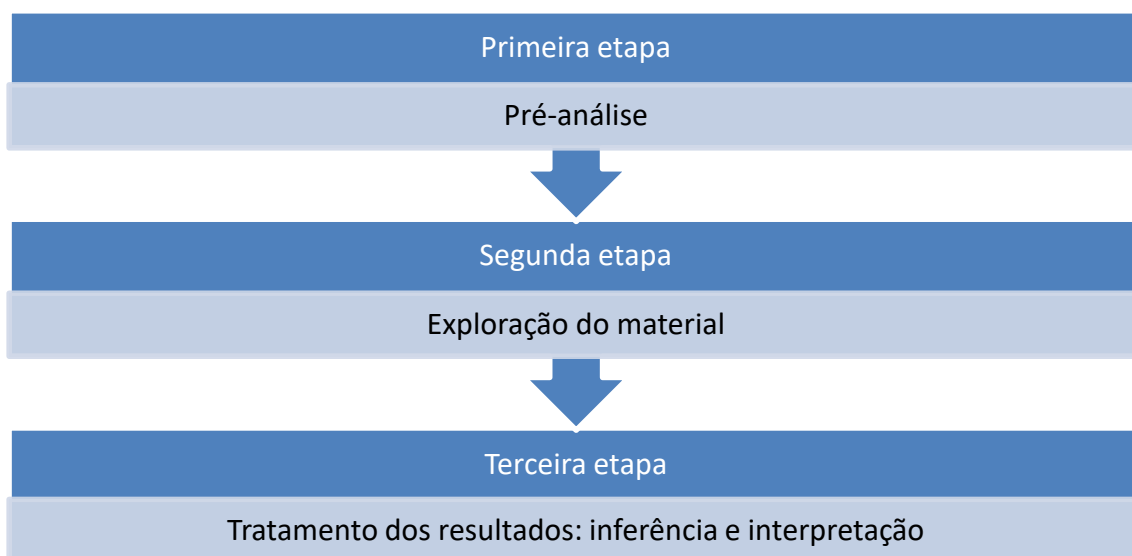
Na pré-análise, é a fase em que a pesquisadora deve organizar o material escolhido, sistematizando as ideias iniciais. Segundo o autor (2010, p. 121), é neste momento que o analista realiza: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise.

A escolha do período de análise dos conteúdos se deu, basicamente, pelo distanciamento de episódios atípicos que aconteceram desde 2018, como o período de intervenção militar e, também, eleitoral. Estes dois momentos impactaram diretamente nos conteúdos que a Agência veiculava, uma vez que eles implicavam na realidade das favelas – especialmente do Rio de Janeiro. A delimitação das publicações escolhidas deu-se, principalmente, pela densidade de informações e pela variedade de fontes e pautas – pois se almejou identificar o maior número de elementos que fizessem referência à identidade dos territórios abordados nas pautas.

As oito notícias²⁴ do site que foram escolhidas para serem analisadas, se intitulam: *É só mais um dia de violência no Rio*, *Inscrições para 1.400 vagas em três comunidades do Rio*, *O abandono de Manginhos*, *Rua do Amparo: Do desespero de anos a esperança de um povo*, *Entre matar e desmatar*, *Anitta*, *Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca*, *Encontro de cultura reúne política e rap no Lins*, e *Educar+, uma fagulha de conhecimento para as crianças das favelas de Anchieta*. A partir destas postagens foram feitas observações com base no método da Análise de Conteúdo, justamente para identificar elementos que fazem referência à identidade territorial.

²⁴ De acordo com Marques de Melo (2006), existem cinco gêneros jornalísticos (informativo, opinativo e interpretativo, utilitário e diversional) e, dentro deles, as diferentes tipologias. O gênero informativo, que é o mais utilizado em veículos de comunicação, pode ser publicado em quatro formatos: Nota, Notícia, Reportagem e Entrevista. A Agência de Notícias das Favelas denomina que seus conteúdos são notícia – linguagem utilizada comumente pela sociedade. Em alguns momentos também utilizam como sinônimo o conceito de “matéria”, que também é um termo coloquial para textos jornalísticos. Sendo assim, nesta dissertação, também será utilizada a nomenclatura “notícia” para os conteúdos postados no Portal.

FIGURA 14 – As etapas da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado pela autora com base na obra *Três fases da Análise de Conteúdo* - Bardin (2010)

Esta exploração do material constitui a segunda fase – que é muito importante, pois vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências para a pesquisa. Nesta fase “ocorre à descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido ao estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735). Ou seja, aqui foram elencados os fatores a serem analisados nos conteúdos, orientados pelas hipóteses e interesses da pesquisa. Por fim, o método culmina na terceira etapa, que é o tratamento dos resultados obtidos. Neste momento de interpretação dos dados, é importante a retomada do referencial teórico, principalmente para embasar as análises dando sentido à interpretação.

Dando sequência aos métodos usados nesta dissertação e ainda próximo à análise de conteúdo, destaca-se a pesquisa documental – que, segundo Ludke e André (1986), se constitui como uma técnica importante na pesquisa qualitativa e que complementa as informações obtidas por outras técnicas. “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 1-2). No caso deste trabalho, foram coletados e analisados quatro documentos: os conteúdos

veiculados no Portal, o Manual de Redação e Estilo da ANF, o livro Perseguindo um sonho e, ainda, edições do jornal A Voz da Favela – mas que não foram utilizados na análise desta dissertação. A observação dos jornais impressos deu-se para a pesquisadora tem mais proximidade com todas as frentes de atuação da Agência.

Dados os esclarecimentos sobre a metodologia utilizada na análise desta dissertação, o próximo subcapítulo propõe compreender como se dá o funcionamento do Portal da ANF e os conteúdos veiculados, em contrapartida aos conceitos de jornalismo e comunicação alternativa. Isso para que, na sequência, seja possível fazer uma observação mais atenta aos objetivos deste trabalho relacionados à identidade territorial.

5.1.2 Design e conteúdos veiculados no Portal da ANF

O portal é a principal mídia que a ANF tem para expor seus conteúdos – uma vez que já foi visto, anteriormente, que as demais mídias acabam mais replicando as informações lá postadas. Nele, o viés participativo ganha importância no que diz respeito à mudança de paradigma imposta pelo surgimento da internet, em que a figura do mediador perde valor e é substituída por um modelo em que os próprios receptores são também emissores de informações. Mesmo que esteja presente nesse espaço virtual um caráter individualista nas sociabilizações, ele aponta para a necessidade de que não basta criar um veículo e dar a ele uma temática popular ou revolucionária, é preciso recriar os modelos comunicacionais, ceder à participação popular nas etapas de produção de conteúdos. (PERUZZO, 2009, p. 143).

No portal da ANF a contribuição dos membros colaboradores se dá por meio da publicação de conteúdos dos mais variados: artigos opinativos, reclamações e denúncias, reportagens, registros fotográficos, etc. São eles que entram no portal e, com seu login e senha, divulgam seus registros. O uso alternativo das novas mídias e ferramentas disponibilizadas pelo progresso tecnológico tem como finalidade não apenas dar visibilidade aos setores negligenciados na agenda dos meios de comunicação de massa. Ao utilizarem essas tecnologias, os colaboradores

Constroem uma visibilidade midiática que subverte a “ordem” de ocupação de espaço na mídia por celebridades. Não se trata de aparição pública em busca de alguns “minutos de fama”, trata-se de uma participação política, uma vontade de interferir para a ampliação da qualidade da cidadania, para a circulação de ideias dissonantes das dominantes e para a transformação social (PERUZZO, 2009, p. 143).

Apesar de se voltar para um público específico - as classes populares - os voluntários da ANF compõem um grupo heterogêneo e vindo de camadas sociais das mais variadas. Há desde pessoas sem qualquer especialização a advogados, filósofos, jornalistas, músicos, etc. Essa pluralidade se torna um ponto positivo para a organização uma vez que traz olhares de diferentes ângulos, muitas vezes opostos, mas que convergem no interesse pelo tema “favela”, o que conseqüentemente, enriquece os debates. A estruturação da informação é cada vez mais importante para os meios de comunicação, principalmente nos tempos atuais, onde há uma aceleração na circulação de quantidade de informações.

[...] o surgimento de ferramentas que permitem a construção rápida de páginas e sites – web sites na World Wide Web, culminou em aumento constante, exponencial e descontrolado dos mesmos, gerando um caos informacional desse mundo digital, onde a busca de informações relevantes e a navegação podem se tornar uma tarefa difícil aos internautas (VIDOTTI; SANCHES, 2004, p. 1).

Este grande volume de informação evidencia duas preocupações que os sites e portais de notícias devem ter: com a informação em si, em como ela está sendo apresentada para o usuário. Para viabilizar esta organização no ambiente virtual, criou-se o conceito de Arquitetura da Informação²⁵ (AI), que tem objetivo, orientar sobre a estruturação de ambientes informacionais, de forma que possa recuperar conteúdos identificáveis e assimiláveis, claros, inteligíveis e, acima de tudo, organizados.

A Arquitetura da Informação refere-se ao desenho das informações: como textos, imagens e sons são apresentados na tela do computador, a classificação dessas informações em agrupamentos

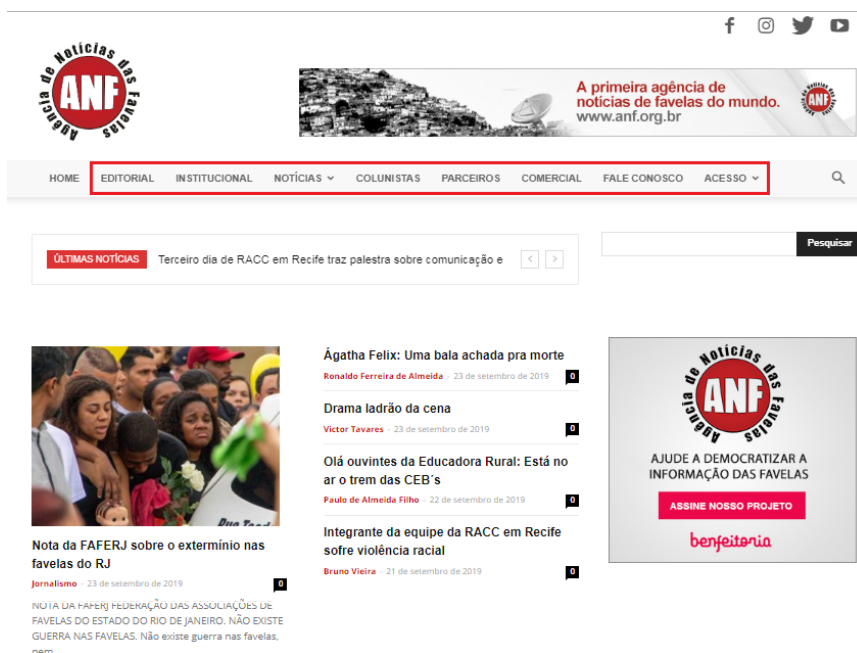
²⁵ A expressão Arquitetura da Informação foi cunhada em 1976 pelo arquiteto Richard Saul Wurman, originalmente com vistas a tratar a informação com base em uma concepção de ciência e arte. Saul Wurman (1997) definiu Arquitetura da Informação como sendo a ciência e a arte de criar instruções para espaços organizados.

de acordo com os objetivos do site e das necessidades do usuário, bem como a construção de estrutura de navegação e de busca de informações, isto é, os caminhos que o usuário poderá percorrer para chegar até a informação (STRAIOTO, 2002, p. 20).

Nesse contexto, Peter Morville e Louis Rosenfeld (2006, p. 41) propõem que um site que se preocupa em ter uma boa arquitetura da informação deva responder os seguintes questionamentos: onde estou? Para onde posso ir daqui? Que site é este? De que trata? Como faço para voltar à página anterior?

Sobre isso, a funcionalidade do Portal é bem intuitiva e possui elementos bem característicos dos demais sites de notícias. No cabeçalho do site, é possível acessar todos os segmentos de conteúdos que é apresentado. No ícone Editorial consta a política que norteia o trabalho desenvolvido pela Agência de Notícias das Favelas. O texto intitulado “Unir e resistir para crescer e prosperar”, enumera os motivos de se existir o movimento para a democratização das informações sobre estes territórios, mas, mais do que isso, aponta a necessidade da troca de informações e empoderamento de quem lá vive. Um dos destaques do editorial apresentado é quando ponderam o uso da palavra *favela* – o qual possui uma conotação bem mais ampla do que uma mera designação pejorativa para comunidades carentes. Segundo o texto, o termo representa “todo aquele que não possui os direitos básicos da cidadania ou mesmo os que se identificam e apoiam a luta internacional dos povos pelos direitos e pela cidadania”.

FIGURA 15 – Página inicial do portal www.anf.org.br



Já a aba Institucional apresenta, em destaque, a missão da ANF: Nossa missão é estimular a integração e a troca de informações entre as favelas, com a finalidade de melhorar, por meio de formação de uma grande rede de colaboradores, a qualidade de vida do povo. Elenca, também, as principais ações realizadas pela organização – tanto no âmbito da Agência, quanto pela ANF Produções e as informações de expediente, no qual constam quem é responsável por cada cargo. O cerne do portal está no tópico Notícias, onde elas são subdivididas nas seguintes editorias: Cultura, Geral, Segurança Pública, Esportes, Política, Tecnologia e Oportunidades. Para contextualizar sobre as notícias veiculadas no Portal, a pesquisadora selecionou uma postagem de cada editoria para elucidar como são veiculados os conteúdos.

Dentro da editoria de Cultura, os conteúdos postados são os mais diversos possíveis. Contudo, existem duas pautas que se repetem muito: eventos culturais que são realizados nas favelas e obras que abordam a temática – sejam livros, filmes ou séries. Um exemplo é a notícia “Museu de Arte do Rio recebe o lançamento do livro “Contos dos Orixás”, do autor Hugo Canuto”. O texto apresenta as informações sobre o evento do lançamento da obra, que visa aumentar a representatividade das narrativas afro por meio de histórias que relatam os mitos do povo Yorubá. Ou seja, por mais que seja um evento no Museu de Arte do Rio, que é localizado no centro do município, a obra em destaque enaltece uma das causas das favelas: a representatividade do povo negro e suas culturas. Outra pauta abordada na editoria de cultura e ilustra bem o cunho das notícias veiculadas é a “Olhos Coloridos – o julho brasileiro”.

O texto é mais aprofundado, é composto por entrevista e relata sobre os movimentos em alusão ao dia das Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, comemorado no dia 25 de julho. Além disso, faz uma crítica aos desafios diários da negritude no Brasil e apresenta dados do Mapa da Violência de 2015 que aponta que o assassinato de mulheres negras aumentou em 67% em comparação com mulheres brancas. A referência à música *Olhos Coloridos* de Sandra de Sá se dá no final, onde a colaboradora ressalta que não há sentido um país miscigenado banhar-se em preconceito velado enquanto “a verdade é que você e todo povo brasileiro tem sangue de crioulo”.

FIGURA 16 – Exemplo de conteúdo veiculado na editoria de cultura

Olhos coloridos – O julho brasileiro

Por: **Beatriz Bernardes** - 30 de julho de 2019

297



Marcha das Mulheres Negras 2019 / Créditos - Reprodução

O Movimento Negro no Brasil tem seu marco na Revolta da Chibata em 1910, tendo como líder o marinheiro João Cândido, tendo depois ganhado força com o jornal Menelick em 1915, a criação da Frente Negra Brasileira na década de 1930 até a ditadura de Getúlio Vargas, retornando à legalidade na década de 1970 com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) que veio a conquistar a criminalização racial na Constituição atual. Essa cronologia de lutas e resistência, no entanto, persiste desde os tempos de Dandara e Zumbi dos Palmares,

Para Clemencia Rodriguez (2000) e John Downing (2001, p. 15-16) através do acesso à mídia, o cidadão comum pode contar suas próprias experiências, com a sua própria linguagem, código, identidade e cultura – como é apresentado no portal da ANF. Ao contrário da grande imprensa que insiste em fazer a cobertura jornalística dos conflitos violentos nas favelas, acompanhar o cotidiano das pessoas comuns, dessas áreas, é um dos objetivos da Agência de Notícias das Favelas. Essa postura pode ser compreendida como um ato político, no sentido de se produzir diferentes representações sobre a favela e suas comunidades, mas sempre a partir da perspectiva de quem vive nos subúrbios e periferias de baixa renda. Exemplo disso é uma pauta abordada na editoria de Geral, a qual é intitulada “O que você sabe sobre os ambulantes? ”.

O texto é um relato de um colaborador que foi num camelô, e refletiu sobre um vendedor ambulante que lá estava e suas condições de trabalho e vida. Além de levantar questionamentos sobre o desemprego e preconceitos, o autor ressalta a questão da segurança pública – que por vezes vê estes profissionais

como criminosos. “Quando chega em sua residência, é a hora que a família agradece a Deus pelo fato dele ter chegado vivo em meio a uma cidade perigosa, principalmente quando se é preto e pobre”, relata o colaborador ao finalizar fazendo uma referência à desigualdade social do país. Este conteúdo corrobora com os conceitos vistos até este momento, principalmente por – além do caráter crítico, apresentar uma percepção diferente do que é visto comumente na mídia hegemônica.

FIGURA 17 – Notícia da editoria Geral do portal

O que você sabe sobre os ambulantes?

Por: **Alcindo Batista** - 11 de julho de 2019

227



Créditos - Reprodução

Se ser vendedor numa loja convencional já é uma tarefa difícil, imagina ser um ambulante? Passar os dias circulando pela cidade alternando entre um transporte público e outro carregando um peso enorme não é fácil não! Por outro lado, deve ser levado em conta que os mesmos são em muitas ocasiões ignorados pela sociedade, inclusive pela polícia, que às vezes os enxerga como criminosos.

Anúncio fechado por Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

A próxima editoria que consta no menu é a de segurança pública. A sessão é composta por notícias, reportagens e artigos que abordam pautas de diversas perspectivas. Na reportagem “Moradores nas ruas na defesa da Ação Civil Pública da Maré”, apresenta um texto sobre a história da Marcha Contra Violência na Maré. O evento, que aconteceu em maio de 2017 e contou com a participação da comunidade da Maré afora, tinha como objetivo sensibilizar as

pessoas sobre o quadro de violência naquele território. A notícia faz um convite ao leitor se fazer presente em mais uma edição da Marcha, enfatizando o apelo aos direitos humanos de quem vive na Maré.

Outro exemplo sobre pauta da editoria de segurança pública e que reforça a abordagem na perspectiva de quem vive os fatos – premissa da Agência de Notícias das Favelas é o texto intitulado “Mãe luta por filho preso injustamente”. A notícia relata a prisão de um jovem de 21 anos que foi detido sob alegação de portar um rádio transmissor. Contudo, de acordo com a apuração da colaboradora e entrevista com a mãe do cidadão, o aprisionamento foi feito sem causas comprovadas, além de ele ter sido agredido pela polícia. “Eu não sei por que eles cismaram com meu filho, mas o fato é que meu filho é negro, pobre e favelado. [...] Meu filho foi preso trabalhando”, comenta a mãe durante a entrevista divulgada.

FIGURA 18 – Notícia da editoria de Segurança Pública

Mãe luta por filho preso injustamente

Por: Karen Melo - 5 de agosto de 2019

237



Créditos - João Victor

Na terça-feira 30/07, durante um tiroteio que acontecia na rua Joaquim de Queiroz na Grota, um jovem de 21 anos, chamado Wesley Rodrigues, foi detido sob alegação de portar um rádio transmissor, mas, segundo moradores e testemunhas, não foi bem assim que aconteceu.

A mãe do rapaz acredita que a prisão do filho foi forjada. Segundo ela, existe um plantão da UPP do Alemão, que põe terror na favela. Os policiais desse plantão já haviam ameaçado o filho dela diversas vezes. Alexandrina da Cruz. 42

Além desta, muitas outras notícias têm como cerne, a mesma crítica: a morte ou prisão questionável de algum morador de favela. Essa perspectiva também pode ser visualizada na pauta “Witzel e seu projeto genocida”, que repudia uma entrevista dada pelo atual governador do Estado do Rio de Janeiro. A colaboradora questiona: “Como um governador fala algo assim e não fazemos nada? Como é possível naturalizar o extermínio de negros? ”, e finaliza com uma reflexão que, após o discurso do governante, em oitenta horas foram mortos mais cinco jovens negros e inocentes.

Nestas pautas de Segurança Pública fica evidenciado o caráter alternativo e contra hegemônico da Agência de Notícias das Favelas. Isso, porque, o cunho dos conteúdos provoca e confronta acontecimentos que, por muitas vezes, não são abordados pela grande mídia – ou, se são, acabam publicando apenas uma versão dos fatos (a que mais convém comercialmente e politicamente).

FIGURA 19 – Outra pauta sobre Segurança Pública

Witzel e o seu projeto genocida

Por: **Carmen Corato** - 16 de agosto de 2019

209



Fonte: Reprodução da Internet.

Há um tempo o atual governador do estado do Rio de Janeiro fez uma declaração esdrúxula – dentre várias que sempre faz – acerca das ações da polícia militar, segundo o tal governante, a polícia deve entrar na favela, mirar a cabecinha e atirar. Sim, afirmou abertamente o seu projeto de extermínio da população negra, que é quem mora em morros e favelas.

Li essa afirmação, e como não poderia ser diferente, fiquei atônita e quase não acreditei na frase lida, fiquei me questionando: Como um governador fala algo assim e não fazemos nada? Como é possível naturalizar o extermínio de negros? Nessa semana que se finda, num intervalo de oitenta horas a polícia militar matou em

Na sequência consta a editoria de Esportes – que contempla, muitas vezes, pautas sobre projetos sociais nas favelas. Um exemplo é a notícia “Vencendo barreira e criando um futuro melhor”, que apresenta o Projeto Intercessão – que busca a melhoria para as crianças e jovens da comunidade do Para Pedro. De acordo com o texto, o projeto oferece aulas de dança, futebol, grafite, entre outras atividades para crianças e jovens da localidade.

FIGURA 20 – Notícia da editoria de Esportes

Vencendo barreira e criando um futuro melhor

Por: **Camilla Rodrigues** - 16 de setembro de 2019

221



Créditos - Camilla Rodrigues

O Projeto Intercessão foi criado há 5 anos atrás, na comunidade do Para Pedro no bairro do Colégio, por Sidnei Santos. A ideia surgiu a partir de um sonho, onde ele conta que teria sido revelado para ele um projeto em que a cabeça era Deus e havia outros 5 membros. Um

Anúncio fechado por Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê?

Fonte: www.anf.org.br

Outro exemplo de pauta abordada nesta editoria é sobre atletas que se destacam no cenário do esporte brasileiro e internacional, e que são oriundos das favelas. A notícia “Boxeadores de favelas do Rio viram destaques em suas categorias” ilustra esta abordagem, ao apresentar o case de Douglas Andrade, Rebecca Lima e Wanderson de Oliveira – que já competem pelo Brasil em

torneios internacionais. Os três vieram da favela da Nova Holanda e deram entrevistas sobre suas histórias e desafios da carreira.

A editoria subsequente é a de Política, que também elucida bem o caráter contra hegemônico da Agência de Notícias das Favelas. Apesar de a organização apresentar em sua política editorial a preocupação em manter o “bom-jornalismo” – no sentido de ser o mais imparcial possível, os conteúdos publicados na editoria de política da Agência possuem, em sua grande maioria, um direcionamento ideológico. Principalmente desde o período eleitoral de 2018, no qual, segundo Fernandes (2019), “o que estava em jogo era a democracia”. Assim, desde a eleição do presidente Bolsonaro, grande parte das pautas abordadas nesta editoria o confrontam e criticam o seu governo. Exemplo disso é a notícia “Bolsonaro peca pela boca”, que traz uma reflexão sobre o anúncio da nomeação do filho de Jair Bolsonaro como embaixador em Washington. No texto, além de fazer inúmeras críticas aos argumentos e contexto político que envolve essa nomeação, o colaborador ainda chama o presidente de “fanfarrão”.

FIGURA 21 – Exemplo de pauta Política da ANF

Bolsonaro peca pela boca

Por: Luiz Augusto Gello - 14 de julho de 2019

251



Governo Bolsonaro prôpos tempo de contribuição de 40 anos para restituição completa do valor. Foto: Reprodução

Cada vez que ele abre a boca é um Deus no acuda!

A desfaçatez tomou conta do país; ou melhor, do governo Bolsonaro. “Desfaçatez”, sabe toda criança de escola pública, quer dizer “pouca-vergonha, descaramento, impudência, cinismo”, segundo o Dicionário Aurélio. É a fiel tradução do governo brasileiro desde o começo do ano. Um exemplo: o presidente resolve nomear o filho embaixador em Washington. Em público, ausculta o ministro das Relações Exteriores sobre a ideia e ouve de bate-pronto “excelente nome”. Todos riem na sala, inclusive o presidente fanfarrão, que emenda “embaixador inteligente”. É ou não uma desfaçatez? Ou estão de deboche com a gente?

Outro exemplo de notícia de Política da ANF é a intitulada “Como ousaram mexer na aposentadoria e diminuir a nossa dignidade? ”. Somente pelo título da pauta já é possível identificar o confronto com o atual governo. Contudo, mais do que isso, evidencia a preocupação com os direitos humanos dos menos favorecidos e o impacto econômico e social desta reforma. Débora Rocha, em entrevista, comenta que a grande maioria do público-alvo da ANG é

é um povo periférico que está nessa parte mais baixa que vai ter cortes, né, a perda de direitos. Então acaba se tornando palco da ideia de que independente de ser de direita ou esquerda, elas acabam se tornando palco do debate que se faz e que afeta diretamente (ROCHA, 2019).

Ou seja, de acordo com a Agência de Notícias das Favelas, por mais que o objetivo editorial da organização seja de manter ao máximo uma isenção de opinião e direcionamento ideológico, pela situação atual do país “seria mentiroso da nossa parte ou de qualquer veículo, com o não posicionamento com a possibilidade da quebra da democracia” (FERNANDES, 2019).

FIGURA 22 – Conteúdo da editoria de Política

Como ousaram mexer na aposentadoria e diminuir a nossa dignidade?

Por: **Ralissa Melo** - 10 de agosto de 2019

331



Agora depende do senado. Créditos - Reprodução

A Reforma da previdência ainda precisa passar pelo Senado e pode ser amenizada.

O texto base sobre a reforma da previdência proposta pelo desgoverno de Jair Bolsonaro foi aprovado por 370 votos a favor contra 124 votos. Sofremos mais um golpe, nós da classe trabalhadora teremos que trabalhar mais para se aposentar com menos.

Ainda há esperanças que jogo possa virar

Anúncio fechado por Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

A editoria de Tecnologia é uma das que tem menos frequência de postagens. Os conteúdos variam entre novidades tecnológicas, eventos e algumas curiosidades – como é o caso da pauta “Falha nas redes sociais: Nossa dependência em likes e notificações”. A notícia aborda sobre algumas falhas que as redes sociais tiveram em diversas partes do mundo e faz uma reflexão sobre a dependência das pessoas hoje em dia com o uso dessas mídias.

FIGURA 23 – Notícia sobre Tecnologia

Falha nas redes sociais: Nossa dependência em likes e notificações

Por: **Paloma Mota** - 4 de julho de 2019

195



Na última quarta-feira (3 de Julho), parte dos aplicativos de redes sociais apresentaram falha no sistema em diversas partes do mundo.



Crédito: Reprodução

Não é a primeira vez que Instagram, Facebook e WhatsApp deixam os usuários na mão, porém, a reação das pessoas que passaram parte do dia sem as redes sociais é preocupante.

O aplicativo de mensagens, deixou de receber e enviar áudios, fotos, vídeos e a febre do momento, as figurinhas.

A rede social de fotos, parou de carregar os 'stories' e as fotos do 'feed' também não carregavam normalmente. O mesmo aconteceu com o Facebook.

Alguns internautas declararam que usaram o tempo “livre” para se dedicar a outras atividades como, ler um livro, sair para um lugar que não iam a tempos, brincar com o animal de estimação, ou o mais absurdo, conversar pessoalmente com alguém. Outros, afirmaram que as falhas das redes sociais alteraram o seu dia, afastando-os de amigos. A verdade é que o uso excessivo das redes sociais é que nos afasta da nossa própria vida, dos nossos relacionamentos.

Fonte: www.anf.org.br

Por fim, a editoria de Oportunidades apresenta, em sua grande maioria, informações de cursos e oficinas para moradores de favelas – seja de cunho profissional ou acadêmico. Um exemplo é o texto “Fiocruz lança 3ª edição do curso de Estratégias para territorialização de políticas públicas em favelas”, que divulga as inscrições para o público, especialmente da favela de Manguinhos. De acordo com a notícia, “o curso tem como objetivo contribuir para a formação

de pessoas vinculadas a organizações sócio comunitárias” e propõe auxiliá-las com relação a questões de políticas públicas, governança, cidadania e valores democráticos.

FIGURA 24 – Exemplo de pauta abordada na editoria de Oportunidades

Fiocruz lança 3ª edição do curso de Estratégias para territorialização de políticas públicas em favelas

Por: **Divulgação** - 16 de julho de 2019

531



Créditos - Divulgação

A Fiocruz, por meio da parceria entre a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e a Coordenação de Cooperação Social da Presidência, promove este ano a terceira edição do curso Estratégias para territorialização de políticas públicas em favelas. As inscrições ficam abertas até o dia 19 (sexta-feira).

Elaborado a partir do acúmulo de experiências da Cooperação Social no assessoramento e apoio às organizações comunitárias de Manguinhos, o programa ganhou um novo caráter com a parceria com a EPSJV,

Fonte: www.anf.org.br

O próximo menu do cabeçalho do portal da ANF apresenta o um breve perfil dos colunistas da organização. Estes são responsáveis por veicularem textos pessoais – geralmente relatos com argumentos e caráter crítico²⁶. Atualmente a Agência conta com sete colaboradores que atuam como colunistas. Por serem conteúdos muitas vezes em primeira pessoa, eles trazem

²⁶ Exemplo de texto dos colunistas no ANEXO 2.

um discurso com detalhes e vivências, que dá mais subsídios para o leitor compreender a situação a qual se refere o texto. No próximo subcapítulo será abordado mais especialmente sobre estes elementos.

A Agência de Notícias das Favelas possui diversos parceiros – tanto para arrecadação de fundos, quanto para apoio em projetos e ações, e estas organizações são apresentadas no ícone Parceiros. Ao lado, consta o item Comercial e Fale Conosco, que possuem uma caixa de mensagens para o visitante mandar uma mensagem e demais meios de contato que a ANF possui. Por fim, a última aba do cabeçalho do site é o Acesso, pelo qual os colaboradores podem conectar o seu e-mail institucional e se *logar* no portal para postar os conteúdos.

De modo geral, contrapondo com as teorias ressaltadas por Marques de Melo (2007), os conteúdos veiculados no Portal são, em sua maioria, de três gêneros jornalísticos: o informativo, o opinativo e o utilitário. De acordo com o autor, existem cinco diferentes classificações:

TABELA 2 – Os gêneros jornalísticos por Marques de Melo (2007)

Gênero	Formatos
Informativo	a) Nota b) Notícia c) Reportagem d) Entrevista
Opinativo	a) Editorial b) Comentário c) Artigo d) Resenha e) Coluna f) Caricatura g) Carta h) Crônica
Interpretativo	a) Dossiê b) Perfil c) Enquete d) Cronologia
Utilitário	a) Indicador b) Cotação c) Roteiro d) Serviço
Diversional	a) História de Interesse Humano b) História Colorida

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Marques de Melo (2007).

Os formatos mais evidentes nos conteúdos veiculados são: nota, notícia, artigo, comentário e serviço. Contudo, por mais que na teoria o gênero informativo se preocupe estritamente com o fato jornalístico, a opinião do autor é perceptível na maioria dos textos – característica da comunicação alternativa, na qual há um direcionamento crítico que indica a interpretação dos fatos. Outra diferença dos textos jornalísticos da mídia tradicional é a ordem das informações. Muitos textos não apresentam *lead*²⁷ completo e possuem uma organização textual diferenciada, norteada pelos valores-notícia²⁸ da ANF.

E ao falar de conteúdo referimo-nos explicitamente a quatro aspectos fundamentais: a) os temas escolhidos, isto é, o que se considera 'notícia', que aspectos da realidade se supõem de maior ou menor interesse para os receptores; b) a hierarquização das informações; c) sua classificação por seções (ou áreas da realidade) e seu tratamento; e d) a linguagem, o discurso particular do meio alternativo num determinado contexto (GRINBERG, 1987, p. 21)

Outro fator interessante de se destacar das publicações da ANF são os títulos. De acordo com Guimarães (1990) é a partir dos títulos que é possível decodificar a mensagem do restante do texto. Segundo o autor, “o título estabelece uma ligação catafórica com aquilo que se segue, induzindo a uma dada leitura do texto” (GUIMARÃES, 1990, p. 52). Especialmente nos artigos e comentários, o título já costuma trazer uma crítica à temática da notícia, como *Entre matar e desmatar*. Agora que já foi apresentado tudo o que contempla o portal da Agência de Notícias das Favelas, o próximo subcapítulo se debruça em perceber a presença de elementos identitários nos conteúdos veiculados.

5.2 A identidade territorial nos conteúdos veiculados no portal

Com base nas conceituações teóricas que foram apresentadas até o momento, desde a segregação urbana, passando pela identidade cultural até

²⁷ No jornalismo, o lead “expressa exatamente a função das primeiras linhas do texto de jornal: guiar o leitor, atraí-lo, num processo bem próximo da sedução” (GARCIA, 1996, p.31). Nele, são respondidos os seis elementos básicos da informação: o quê? (a ação), quem? (o agente), quando? (o tempo), como? (o modo), onde? (o lugar) e por quê? (o motivo).

²⁸ Segundo Wolf (1987) os valores “constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 1987, p. 173).

culminar na identidade territorial, este subcapítulo se debruça em identificar elementos de identidade territorial nos conteúdos veiculados pela Agência de Notícias das Favelas. Com base na bibliografia revista até aqui, a pesquisadora dividiu a análise em quatro aspectos: urbanos, culturais, sociais e políticos. Os aspectos urbanos dizem respeito a todos os reflexos da segregação urbana, bem como, do processo de favelização no Rio de Janeiro e inclui características como: infraestrutura, moradias e ruas. Dentre os aspectos culturais, embasados pelas teorias da identidade cultural, pode-se destacar: etnia, gênero, música, linguagem, e o esporte. E, por fim, os aspectos sociais dizem respeito ao estilo de vida da favela e seus moradores, e os aspectos políticos fazem referência às relações de poder nos territórios abordados.

TABELA 3 – Aspectos a serem analisados nos conteúdos da ANF

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
Aspectos Urbanos	Infraestrutura, moradias e ruas
Aspectos Culturais	Etnia, gênero, música, esporte e linguagem
Aspectos Sociais	Sociabilidade e estilo de vida
Aspectos Políticos	Relações de poder

Fonte: Elaborado pela autora.

Como mencionado anteriormente, as notícias escolhidas para serem analisadas deu-se, principalmente, pela quantidade de informações que apresentavam, incluindo, em alguns casos, a presença de entrevistas e fotografias. Uma das características interessantes presente nas postagens no portal da ANF é, ao final, a presença de uma breve descrição do (a) autor (a) que elaborou o respectivo texto. A TABELA 2 apresenta uma primeira visualização sobre as pautas escolhidas, relacionando o título, data de publicação, o nome do (a) autor (a) e o seu perfil.

TABELA 4 – As notícias escolhidas para análise

Título	Data	Autor	Perfil do autor
É só mais um dia de violência no Rio	21 de agosto de 2019	Carla Regina	Sou estudante do último período da faculdade de Jornalismo, gosto muito de ler e de escrever. Me acho simpática, pelo menos é o que me dizem as pessoas quando me conhecem, mas creio que eu seja sim, pois adoro fazer novas amizades e conservar as antigas. Comunicativa, dinâmica e muito observadora, um tanto polêmica. Gosto muito de trabalhar em equipe, mas, dependendo da situação, a minha companhia para trabalhar também é ótima. Pois, na minha opinião, a solidão aguça a criatividade, fazendo com que a mente e os pensamentos fluam um pouco melhor. Comecei a trabalhar muito nova, ainda quando criança e já fiz muita coisa na vida, mas meu sonho sempre foi ser Jornalista e Historiadora, cheguei a ter muitas dúvidas de qual faculdade cursar primeiro, já que para mim as duas carreiras são maravilhosas. Então, resolvi entrar primeiro para o Jornalismo e no decorrer do curso percebi que cursar a faculdade de História não era só uma paixão, mas também uma necessidade para linha de jornalismo que que pretendo seguir. Como sou muito observadora e curiosa, as duas profissões têm muito a ver com minha pessoa. Amo escrever e de saber como tudo no mundo começou, até porque tudo e todos tem um passado, tem uma história para ser contada.
Inscrições para 1.400 vagas, em três comunidades do Rio	29 de julho de 2019	Divulgação	
O abandono de Manguinhos	7 de agosto de 2019	Bruno Odacham	Fotógrafo, Youtuber, comunicador comunitário e poeta... E essas são algumas das faces do fazedor Bruno Odacham. (@brunodacham)
Rua do Amparo: Do desespero de anos a esperança de um povo	1 de junho de 2019	Wellington F. Melo	Nascido em 1995, morador da comunidade do Rio das Pedras. Estudante de jornalismo, amo o que faço, pois faço com paixão.
Entre matar e desmatar	23 de agosto de 2019	Andre Di Kabulla	Andre Di Kabulla Cineasta Documentarista, fundador da produtora carioca Ventura Filmes, Contista, Poeta e Periférico da cidade do Rio.

Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca	1 de julho de 2019	Gabrielle Ferreira	Estudante de Comunicação Social. Apaixonada pela luta aos direitos das minorias e pelos esportes. Ainda mais apaixonada pelas minorias dentro dos esportes.
Encontro de cultura reúne política e rap no Lins	16 de julho de 2019	Divulgação	
Educar+, uma fagulha de conhecimento para as crianças das favelas de Anchieta	15 de julho de 2019	Gabrielle Ferreira	Estudante de Comunicação Social. Apaixonada pela luta aos direitos das minorias e pelos esportes. Ainda mais apaixonada pelas minorias dentro dos esportes.

Fonte: Quadro organizado pela autor com base em informações disponíveis em www.anf.org.br

Numa primeira análise sobre esta tabela, é possível perceber que os textos escolhidos foram elaborados, em sua maioria, por profissionais da área da comunicação e a divulgação de eventos. Estas informações podem elucidar duas questões: 1) que os colaboradores da área da comunicação, por terem ou estarem em formação na área, conseguem trazer publicações com maior riqueza de detalhes e melhor argumentadas; 2) que a ANF também reproduz conteúdo de outras organizações e, quem sabe, oriundas de assessoria de imprensa – como é o caso das publicações com fonte “Divulgação”. Esta segunda constatação reforça que, como nem todos os conteúdos publicados são primários, o formato de produção jornalística da ANF rompe as barreiras do que seria uma agência de notícias – como ela se denomina. Isso, porque, ela não se limita somente a publicar conteúdo próprio, mas também hospeda notícias vindas de outras organizações, sejam elas governamentais ou não. Além disso, a Agência não tem seu conteúdo republicado por outros veículos, característica fundamental de uma agência de notícias. De acordo com Silva Junior (2008), isso diverge da premissa de uma agência de notícias, que tem foco na “potencialização de distribuição de um mesmo núcleo de conteúdos em plataformas; modalidades e dispositivos distintos de acesso à informação” (SILVA JUNIOR, 2008, p.06). Dada esta primeira análise das notícias escolhidas, o próximo subcapítulo se debruça em contextualizar o conteúdo das publicações, apontando as características descritas na TABELA 2.

5.2.1 Identificando os elementos de identidade territorial nos conteúdos

As notícias escolhidas são relacionadas com quatro editoriais diferentes da ANF: Segurança pública (4); Cultura (2); e Oportunidades (2). Na primeira postagem a ser analisada, intitulada *É só mais um dia de violência no Rio*, o primeiro elemento do texto a ser refletido é o título. Fazendo uma ironia sobre o contexto da violência no Rio de Janeiro, a autora enfatiza uma das principais características das favelas – que também é reforçada pela mídia hegemônica. Esta ironia também é muito presente ao longo da notícia, que é escrita de forma narrada e faz com que o leitor visualize o ambiente do fato. Com uso de aspas em termos como “mais um” – que é utilizado por oito vezes no texto, a colaboradora faz uma crítica à questão da segurança pública reforçando que *mais triste ainda, é ter que repetir a expressão “mais um”, porque infelizmente a violência no Rio de tornou algo “rotineiro e banal”*.

Nesta primeira referência do texto já é possível relacionar com os aspectos políticos e sociais. Sobre as relações de poder, a autora enfatiza em diversas vezes durante o texto, um descaso por parte da Polícia Civil sobre a vida de quem está envolvida do fato e, mais ainda, sobre a situação geral da violência do Rio. Ao comentar que *os motivos que levaram o sequestrador, que foi identificado como Willian Augusto da Silva, de 20 anos, a cometer esse ato criminoso ninguém sabe e talvez, nunca saiba* elucida exatamente isso: que não será ouvido o outro lado da história (até porque William foi morto) e que há uma relativização por parte do Estado em compreender a situação.

Mas, e o sequestrador, e os reféns? Pois, às 9h04, Willian Augusto da Silva, ao descer do ônibus e jogar um casaco para os policiais, foi alvejado por um atirador de elite que estava camuflado em cima do carro do Corpo de Bombeiros. E ao confirmar que o homem tinha sido baleado e morto, o atirador e todos os presentes no local, comentaram felizes o fim de “mais um” sequestro de ônibus na Ponte Rio-Niterói, e sendo assim, poderiam continuar seus trajetos sem mais problemas, pois o que os atrapalhavam já tinha sido retirado de circulação. E como foi dito pelo porta-voz da Polícia Militar, por alguns âncoras de telejornais e repórteres, “tudo acabou bem” (REGINA, 2019).

Neste trecho da notícia é possível identificar que há uma soberania da polícia diante dos fatos que acontecem nas favelas. O fato de atirar no sequestrador como se fosse a única solução para aquele contexto e comemorar

o fechamento do caso com a morte do jovem, demonstra, além de uma frieza para com a vítima e seus familiares, uma dominação por parte do Estado. Este fato contribui para a manutenção do estado de desigualdade social – oriundo desde o processo de segregação urbana, de modo que:

É a submissão ao status quo e a oposição sistemática e metódica a qualquer projeto de mudança que impede a cooperação social e a negociação não violenta de interesses particulares. Esta moral beneficia antes de mais nada seus artífices, é um jogo onde o vencedor é conhecido de antemão. Os poderosos pensam e continuam mandando, os descamisados sabem que vão continuar obedecendo (STRECK, 2001, p. 24).

Ou seja, é visível que uma das formas de controle da população pobre é exercida pelas forças policiais nas favelas e bairros pobres das cidades e que, por este argumento, o Estado age desta maneira em situações como a apresentada na publicação. Outro fator que este fragmento também traz é a questão da mídia hegemônica na cobertura do fato, ao fazer uma crítica à forma como ela apresentou a pauta – sem contar também que não ouviram o outro lado da história, apenas apresentaram o acontecido pela perspectiva da polícia.

Em relação ao estilo de vida apresentado no texto, é possível identificar vários elementos. Além do fato de elucidar a tensão diária dos moradores em relação à violência, a autora contextualiza o cotidiano daquelas pessoas que estavam no ônibus *indo trabalhar e para a escola*.

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2019, Ponte Rio-Niterói, 5h e 26 da manhã, mais um dia comum, com pessoas indo para o Rio trabalhar, estudar, indo a consultas médicas, etc, quando um homem armado com um revólver, uma faca, coquetel molotov, uma arma de choque elétrico e gasolina anuncia o sequestro do ônibus da viação Galo Branco, com 37 passageiros a bordo (REGINA, 2019).

A fotografia que compõe a notícia corrobora as informações trazidas no texto, apresentando o momento em que William desce do ônibus, e reforça alguns estereótipos: que o sequestrador é um jovem negro (aspecto cultural) e da presença massiva de policiais, munidos de armas.

FIGURA 25 – Notícia *É só mais um dia de violência no Rio*

É só mais um dia de violência no Rio

Por: **Carla Regina** - 21 de agosto de 2019

209



Ônibus sequestrado com 37 passageiros na ponte Rio-Niterói. Créditos - Reprodução

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2019, Ponte Rio-Niterói, 5h e 26 da manhã, mais um dia comum, com pessoas indo para o Rio trabalhar, estudar, indo a consultas médicas, etc, quando um homem armado com um revólver, uma faca, coquetel molotov, uma arma de choque elétrico e gasolina anuncia o sequestro do ônibus da viação *Galo Branco*, com 37 passageiros a bordo. O mesmo, obriga o motorista a parar o veículo atravessado na via, e por volta das 6h, a pista em sentido ao Rio é fechada e às 7h20, o outro sentido da Ponte também é fechado.



A segunda notícia a ser analisada é intitulada *Inscrições para 1.400 vagas, em três comunidades do Rio*, e integra a editoria de Oportunidades. O texto discorre sobre o oferecimento de oficinas artísticas e capacitações profissionais, gratuitas, nas favelas Cidade de Deus, Acari e Coelho Neto. Apesar de apresentar aspectos políticos, principalmente quando apresenta a ONG Favela Mundo – que tem o patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro e demais órgãos públicos e privados, a pesquisadora optou por analisar mais especificamente os aspectos culturais nesta publicação.

Um dos destaques fica na fotografia, que mostra um grupo de mulheres predominantemente negro, mas com a presença de pessoas brancas e pardas – quebrando um paradigma da favela geralmente ser representada por homens negros. Outro fator relacionado à gênero, é a menção no texto que a ONG

disponibiliza 10% das vagas em oficinas profissionalizantes para pessoas trans de qualquer região do estado. Ou seja, demonstra que há uma inclusão e uma preocupação para com o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

FIGURA 26 – Notícia *Inscrições para 1.400 vagas, em três comunidades do Rio*

Inscrições para 1.400 vagas, em três comunidades do Rio

Por: **Divulgação** - 29 de julho de 2019

170



Foto Cacau Fernandes

10% das vagas dos cursos profissionalizantes serão destinados a pessoas trans

Desde o dia 1º de julho, a ONG Favela Mundo



Sobre as oficinas e capacitações que estão sendo apresentadas na notícia, é possível perceber o incentivo à arte e culturas afros, como o hip-hop e tranças e turbantes.

As opções para as crianças e adolescentes são Teatro, Violão, Hip-Hop, Jazz e Danças Brasileiras. Para jovens e adultos, é possível se inscrever em Maquiagem Social, Maquiagem Artística, Decoração de Unhas, Tranças e Turbantes, Artesanato e Fantasias e Adereços (DIVULGAÇÃO, 2019).

Esta relação com a cultura afro-descendente diz respeito à identificação dos moradores para com ela, e a representatividade que ela proporciona a eles.

Como já foi visto no capítulo 2, embasado por Haesbaert (2006) e Cruz (2007), a identidade é construída a partir das referências identitárias e, especialmente, do reconhecimento e pertencimento com o território. Como a história das favelas é ligada à trajetória dos negros no país – desde o processo de escravidão, a cultura afro está intrínseca na realidade delas e, por consequência, na vida de quem ali mora.

A notícia *O abandono de Manguinhos* traz à tona diversas características vinculadas aos aspectos urbanos. O texto escrito por Bruno Odacham discorre sobre a situação de precariedade da favela de Manguinhos, fazendo uma reflexão sobre a sua atual infraestrutura. O autor embasa sua publicação no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC²⁹ e o congelamento nos incentivos governamentais.

Hoje, a situação do espaço é lastimável. Já na entrada do “PAC” somos recebidos por muito lixo. Isso somado ao mato alto e a água suja escorrendo pelo chão cimentado. Foram construídos lotes que seriam sorteados e que seria destinado para o comércio, mas que nunca foi de fato repassado aos favelados. No Colégio Estadual a coisa começou a se agravar e logo muitos equipamentos foram roubados. Do lado de fora, nota-se muitas janelas de salas de aula quebradas. A piscina também parou de receber reparos, foi desativada e atualmente é um depósito para água parada, lixo e focos de mosquitos. A lateral do colégio foi depredada e agora serve de abrigo para usuários de drogas e moradores de rua (ODACHAM, 2019).

O cenário apresentado ao leitor corrobora com as teorias apresentadas nos capítulos anteriores, especialmente no que diz respeito ao saneamento. Os autores Porto, Cunha, Pivetta, Zancan e Freitas, no artigo *Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde* (2015), também analisaram a situação de Manguinhos após as obras do PAC:

Em Manguinhos, identificamos os transtornos causados pelas obras do PAC no sistema de saneamento, em particular do Parque João Goulart e CHP2, onde encontramos várias ruas e becos com o esgoto correndo a céu aberto, causando impacto inclusive na mobilidade dos moradores e na situação de saúde do território. Algumas vezes, a passagem dos moradores só era possível porque

²⁹ Em 2007, o Governo Federal criou o PAC como uma proposta de investimento público para “acelerar, de forma sustentável, o crescimento do investimento global da economia”, através de obras de infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, desoneração e administração tributária, etc. (BRASIL, 2007). Para a favela de Manguinhos, foi entregue a UPA 24 horas de Manguinhos, a Clínica da Família, a Biblioteca Parque, o Colégio Estadual Luís Carlos da Vila, o CRJ e o posto SINE.

eles colocavam pedras e pedaços de madeira sobre o esgoto (PORTO, CUNHA, PIVETTA, ZANCAN, FREITAS, 2015, p. 534).

Outro aspecto urbano exposto na notícia é extraído pela fotografia. As moradias da favela de Manguinhos convergem com as teorias já mencionadas nesta dissertação. Como mencionado por Abiko; Coelho (2009), as aglomerações são uma característica muito representativa das favelas e, com o passar dos anos, os barracos que antes eram construídos em sua maioria com materiais mais frágeis como a madeira, foram substituídos por construções em alvenaria – geralmente sem pintura.

FIGURA 27 – Notícia *O abandono de Manguinhos*

O abandono de Manguinhos

Por: Bruno Odacham - 7 de agosto de 2019

353



Créditos - Reprodução

O lugar que foi construído como símbolo de transformação na vida de moradores da região de Manguinhos, localizado na Av. Dom Helder Câmara, zona norte do Rio, e hoje se encontra fragilizado e abandonado.

Com as obras do Pac (Programa de Aceleração do Crescimento), foi entregue aos moradores um combo de saúde, educação, cultura e



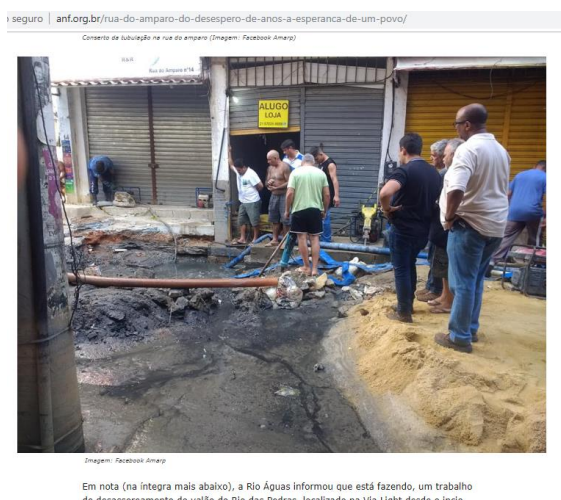
A notícia *Rua do Amparo: Do desespero de anos a esperança de um povo* também apresenta aspectos urbanos muito característicos das favelas. O texto escrito por Wellington F. Melo faz uma crítica à “Veneza do Rio das Pedras”, como – de forma irônica, se referencia a Rua do Amparo. A publicação, contemplada por cinco imagens que elucidam a paisagem do local, aborda sobre

a situação precária de saneamento básico na principal avenida que corta a *comunidade*³⁰ de Rio das Pedras.

Em épocas de chuvas, como a que ocorreu em Abril, a água chega a até incríveis um metro e meio de altura, invadindo diversas lojas da região, fazendo com que comerciantes percam seus produtos. Hoje em dia os carros não circulam mais, pois a rua vive tão cheia, que não tem como esses veículos passarem, por conta da altura da água. As pessoas transitam pelas calçadas para irem de uma rua a outra, isso sem falar nos becos que cortam a rua que vivem, por tabela, também alagados (MELO, 2019).

Neste fragmento, além do contexto do esgoto, é perceptível outra característica urbana das favelas: o comércio. A existência de estabelecimentos comerciais, especialmente no primeiro andar das construções, também já era prevista por Abiko; Coelho (2009) e pode ser visualizada nas imagens que contemplam a notícia.

FIGURA 28 – Notícia *Rua do Amparo: Do desespero de anos a esperança de um povo*



Fonte: <http://www.anf.org.br/rua-do-amparo-do-desespero-de-anos-a-esperanca-de-um-povo/>

Outro destaque desta publicação é a linguagem utilizada. De forma coloquial, o autor faz uso de termos como “becos” e “valão”, nomenclaturas muito utilizadas nas favelas, e também escreve seu texto da perspectiva de um comerciante para, posteriormente, relatar o lado da empresa Rio Águas – responsável pelo saneamento do Rio de Janeiro. O uso de dialetos e de trazer

³⁰ Por mais que no Manual de Redação e Estilo da ANF é orientado aos colaboradores que não utilizem o termo “comunidade”, o autor referencia a favela como comunidade.

como fonte principal a visão da minoria são dois dos principais diferenciais de uma comunicação alternativa, conforme Peruzzo (2009) defende. Essa linguagem oriunda da realidade de quem vive os fatos também é percebida na notícia *Entre matar e desmatar*. A narração proposta por Andre Di Kabulla, contextualiza um cenário de violência.

Vejo a centelha produzida ao se deparar com o solo, ao se misturar com o chão, já ensanguentado, num encontro de lágrimas, num encontro de vítimas. Vejo uma cortina negra cobrindo as carnes nossas, como se fosse um cobertor, sem o leve e pacífico respirar noturno. Como um punhal sensivelmente nos atravessando dia após dias, carregam os membros nossos, até a alma, ao silêncio dos necrotérios (KABULLA, 2019).


Além da argumentação crítica e sarcástica – como o uso do termo carnes nossas, na sequência do texto o colaborador apresenta conceitos como morros, ladeiras, becos, e lajes como uma referência ao território da favela.

FIGURA 29 – Notícia *Entre matar e desmatar*

Entre matar e desmatar

Por: **Andre Di Kabulla** - 23 de agosto de 2019 768

[f](#) [t](#) [G+](#) [p](#)



Créditos - Reprodução

Vejo uma cortina densa que sobrevoa o céu, alcançando velocidades inimagináveis, como as aves em migração. Inesperadamente, sem relâmpago algum, sem nenhum anúncio atmosférico mais consistente; constantemente revelados em aparelhos de alta tecnologia; que envolvem a todos; uma chuva

Anúncio fechado por Google
[Não exibir mais este anúncio](#)
Anúncio? Por quê? ⓘ

Fonte: <http://www.anf.org.br/entre-matar-e-desmatar/>

Nesta notícia também se ressalta uma característica de relações de poder (aspectos políticos), principalmente quando o autor diz nos fragmentos:

Absurdamente, tão rápidas as correntes dos ventos da devastação – fenômeno só equiparado aos disparos de helicópteros, por forças militares à pobres [...] e Vejo o fronte aéreo que carrega 881 mortes desde janeiro. Os trechos fazem uma crítica à política de "abate", defendida pelo governador Wilson Witzel e divulgada entrevista³¹ ao jornal O Estado de São Paulo. O político é seguidamente alvo de críticas e manifestações no Portal da ANF – especialmente por defenderem que seu projeto é genocida. Esta presença incisiva da polícia é recorrente no dia-a-dia das favelas. Na notícia *Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca*, também é possível perceber a ação da justiça no que a Agência chama de "criminalização do funk", especialmente no fechamento dos *bailes da comunidade*.

Há mais de 3 meses na cadeia, o DJ recebeu um mandato de prisão, no dia 23 de março, por associação ao tráfico. Segundo a justiça, Rennan atuava como olheiro nos bailes funks que realizava, informando aos traficantes quando a polícia estava entrando na favela. Tal condenação é contestada até hoje por diversas esferas da população, uma vez que não foram obtidas provas concretas que ligassem o cantor à tal crime, apenas relacionando o fato do mesmo produzir um baile dentro da favela a ser envolvido com o crime. (FERREIRA, 2019)

Neste fragmento também pode-se verificar elementos de como é organizado – na visão da polícia, o tráfico de drogas nas favelas e, novamente, uma crítica à prisão sem embasamento concreto do *deejay*. Contudo, além destes aspectos políticos envolvendo as relações de poder, a presente notícia também possibilita interpretações sobre os demais aspectos analisados nesta pesquisa. Sobre os elementos culturais, é nítida a presença do funk no contexto da favela. O texto faz uma comparação a situação de Anitta com o DJ Renan, relacionando suas origens e alcances profissionais – ambos, mas em diferentes proporções, tiveram sucesso no cenário musical do país. Isso elucida uma questão que é recorrente: o quanto a sociedade tem, hoje, diversas personalidades que são oriundas das favelas. Sobre os bailes funk, a notícia mostra o quanto estes espaços são importantes para quem vive naqueles territórios. *É dentro desse cenário que se faz importante o apoio e fomento à*

³¹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>

visibilidade da cultura dentro das favelas, com o funk sendo seu principal e mais conhecido meio cultural. Todavia, a autora do texto enfatiza uma percepção dos moradores da favela sobre o atual cenário do funk do país: a *glamourização do funk*, como chama.

Vale se questionar até que ponto a glamourização da vida favelada recriada por Anitta em seus clipes reflete a real vivência de seus moradores e trabalhadores, que buscam no baile funk uma fuga da difícil realidade cotidiana. Realidade essa que, quando passada de forma mais humana e real por um ainda morador da favela, termina em criminalização e prisão. (FERREIRA, 2019)

É interessante destacar neste fragmento a preocupação com a identificação dos moradores das favelas para com aquilo que é apresentado nos *hits* atuais do funk. O fato de mencionar que os bailes podem ser *uma fuga da difícil realidade cotidiana* das pessoas, também enaltece elementos do estilo de vida (aspecto social) – no que diz respeito a frequência nos bailes funk, mas, mais do que isso, enfatiza a tensão do cotidiano de que ali vive.

FIGURA 30 – Notícia *Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca*

Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca

Por: **Gabrielle Ferreira** - 1 de julho de 2019

316

f t G+ p



Créditos: Reprodução da internet

Larissa de Macedo Machado, 26 anos e ex-moradora de Honório Gurgel, bairro da considerada classe C, localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Essa poderia ser facilmente a descrição de uma jovem carioca qualquer, exceto que estamos falando do fenômeno da música brasileira, Anitta, reconhecida mundialmente por seu trabalho e sua origem no funk, um dos ritmos musicais mais populares do Brasil.

Anúncio fechado por Google

[Não exibir mais este anúncio](#)

Anúncio? Por quê? ⓘ

A fotografia que acompanha a notícia também apresenta diversos elementos que contribuem para a construção de uma identidade territorial das favelas do Rio de Janeiro. A aglomeração de pessoas ao fundo, aliada ao fato de ter construções sem acabamento e presença de comércio na rua corroboram as teorias sobre a questão urbana. Em destaque está o DJ Rennan que reforça estereótipo do jovem negro da favela. A tatuagem no braço, o boné torto e o uso de óculos espelhado também contribui para a criação de uma imagem de um funkeiro da favela. Contudo, a pesquisadora analisou que houve uma escolha em utilizar o *deejay* como referência na notícia. O texto, que acompanha outras duas imagens – uma sendo da cantora Anitta – se propõe a colocar o artista como protagonista do fato. Esta característica condiz com o propósito da Agência, que é de colocar o morador da favela em evidência. Neste caso, o estilo do jovem, ao mesmo tempo que reforça uma imagem estereotipada, evidencia uma cultura local. Essa construção da imagem do morador de favela também é ressaltada na notícia intitulada *Encontro de cultura reúne política e rap no Lins*. A publicação contém uma foto composta por um grupo de 17 jovens – 15 homens e duas mulheres, composto de forma unânime por negros. Um deles está, inclusive, fumando – o que dá um tom de normalidade para este ato (independente do que ele esteja fumando).

Contudo, dois aspectos também se sobressaem neste texto: o cultural e o político. Na perspectiva das relações de poder, a notícia apresenta um evento que teve como motivação a clama por liberdade de Rodrigo GTA, criador e produtor da Roda Cultural da Central³². De acordo com a entrevista apresentada com Yghor Alves – um dos criadores do Coletivo Encontro de Cultura, promotor do evento, o músico foi preso injustamente.

– O GTA foi vítima de uma clara perseguição policial. Antes de ser preso, gravou diversos vídeos denunciando a retaliação e ameaças que vinha sofrendo pelos policiais da região da Central do Brasil, onde ele e seus amigos revitalizaram uma praça abandonada pelo poder público, ponto de usuário de crack e criaram a Roda Cultural da Central. A princípio foi levado para delegacia por desacato a esses policiais, chegando lá foi acusado de mais dois processos. Um em que ele teria assaltado uma pessoa no Centro do Rio e outro em que ele teria trocado tiro com os policiais no Morro da Providência. Os dois processos não têm base de sustentação e

³² Em abril de 2018, Rodrigo GTA criou o Roda Cultural da Centra com o intuito de tirar os jovens do crime e das drogas para rimar nos *beat* clássicos do underground.

estão repletos de irregularidades. – Explica Yghor. (DIVULGAÇÃO, 2019)

Esta situação corrobora as teorias e as percepções das outras notícias analisadas até aqui sobre o poder das forças policiais nos territórios de favela e, principalmente, como aparenta existir um descaso para com os favelados.

FIGURA 31 – Notícia *Encontro de cultura reúne política e rap no Lins*

Encontro de cultura reúne política e rap no Lins

Por: **Divulgação** - 16 de julho de 2019

399



Créditos - Divulgação

Evento terá show de disco elogiado pela crítica e também arrecadará alimentos para famílias carentes

No próximo dia 19, sexta, ocorre a nova edição do "Encontro de Cultura – Asas de Ouro", que reunirá a nata da cena carioca do Rap na entrada do Morro do Encontro, no Lins de Vasconcelos.

Anúncio fechado por Google

[Não exibir mais este anúncio](#)

[Anúncio? Por quê?](#)

Em âmbitos culturais, é possível perceber a força do estilo musical rap nos territórios das favelas. De acordo com o texto, o Encontro almejou trazer

outros elementos à cena cultural da região, que sempre foi marcada pelos bailes funks, que são importantes, mas que não desenvolvem alguns aspectos que o Hip Hop consegue desenvolver, como o pensamento crítico e o incentivo à leitura. Ou seja, demonstra que os moradores se preocupam com a disseminação e valorização da cultura local, especialmente àquelas que representam as suas realidades. No rap

[...] não só os aspectos positivos das favelas são significados. Ainda que se tenha o “local favela” como uma categoria central na organização de suas narrativas, não se trata de um “espaço idealizado” retratado por apenas uma perspectiva. Muito pelo contrário, os raps não só mostram os aspectos positivos do “local” favela, mas também funcionam como denúncia social. (LOPES; FACINA, 2012, p. 204)

Nas bibliográficas referentes às favelas revistas anteriormente, foi ressaltado a ação da comunidade por meio de diversos movimentos sociais. Nesta notícia, o evento é promovido pelo Coletivo Encontro de Cultura que, segundo a sua página³³ no Facebook, *foi criado no Morro do Encontro/Complexo do Lins para organizar eventos culturais que tragam benefícios para comunidade*. Essa organização social também é evidenciada na pauta *Educar+, uma fagulha de conhecimento para as crianças das favelas de Anchieta*. O projeto é uma iniciativa da Associação de Moradores de Anchieta – que é composta por mais de cem voluntários. Segundo Ferreira (2019), o *programa funciona de forma não governamental, e sobrevive de doações feitas por simpatizantes à sua ideia*. Estes casos elucidam que, por mais que o poder público negligencie, em muitos casos, as favelas, os próprios moradores se organizam de modo que beneficie quem ali vive.

O Educar+ visa a educação como forma de desenvolvimento humano e social, tem o foco em crianças e jovens de 6 a 14 anos, e estimula que eles aprendam *que a criminalização da pobreza não deve definir suas vidas*. Isso demonstra que há uma consciência por parte dos moradores sobre as questões de segurança pública dos territórios, mas que também há uma preocupação com as futuras gerações.

³³ <https://www.facebook.com/encontrodeculturarj/>

FIGURA 32 – Notícia *Educar+, uma fagulha de conhecimento para as crianças das favelas de Anchieta.*

Educar+, uma fagulha de conhecimento para as crianças das favelas de Anchieta

Por: **Gabrielle Ferreira** - 15 de julho de 2019

213



Roda de leitura de livros, importante ação para incentivo do hábito da leitura. Créditos - Gabi Ferreira

Buscando suprir necessidades de crianças em situação de vulnerabilidade, excluídas de seus direitos por fazerem parte das favelas do Rio de



O texto acompanha uma fotografia e também entrevista com uma das responsáveis pelo projeto. A imagem traz o retrato de seis crianças, todas negras ou pardas, numa vivência do projeto. Vale ressaltar que a foto foi feita pela própria colaboradora, o que subentende que Gabrielle Ferreira esteve ou convive no local do projeto. Conforme Maffesoli (2004) – que foi referenciado anteriormente nesta dissertação, o fato do autor da notícia estar próximo da realidade dos fatos, contribuiu para que a notícia apresente a realidade mais fidedigna possível.

Com base nas análises realizadas, é possível compreender a importância de organizações como a Agência de Notícias das Favelas no que diz respeito à democratização das informações sobre as favelas. Relacionando com a temática da identidade territorial, os conteúdos – desde as editorias contempladas no Portal, até as imagens e fontes utilizadas – corroboram com as teorias apresentadas anteriormente. Apesar de que em alguns momentos, as notícias

podem reforçar alguns estereótipos daqueles territórios e de seus moradores, a análise da pesquisadora compreende que o objetivo de veicular determinadas imagens e pautas atua mais para empoderá-los.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visibilidade midiática da favela não é algo recente. Desde o final do século XIX e início do século XX as favelas já figuravam nos jornais. Como foi revisto nesta dissertação, Valladares (2000; 2005) ressalta que a presença da favela na mídia existe desde o início de sua formação, quando a pobreza urbana já perturbava e preocupava as elites letradas, público alvo dos jornais do século XIX. Em 1897 nasceu o Morro da Providência, primeira favela do Rio, e desde então esse espaço urbano marginalizado vem sendo alvo de críticas jornalísticas, textos literários e produtos audiovisuais – como cinema e novelas. Sustentado por autores como Villaça (2001), pode-se afirmar que a construção da imagem da favela é construída desde o processo de segregação sócio espacial, especialmente no Rio de Janeiro, pela intensa desigualdade social no qual ele ocorreu.

Regadas pelo histórico destes territórios, as percepções das pessoas que moram nas favelas são seguidamente enfatizadas pela mídia como o homem, jovem e negro. Quando se optou por abordar esta temática nesta dissertação, uma das hipóteses era que a Agência de Notícias das Favelas, por meio dos seus conteúdos, confrontasse esse estereótipo. E o que foi possível perceber com base na análise e no método de trabalho da Agência, é que seu foco é muito mais em apresentar as pautas na perspectiva do morador da favela, do que construir uma outra imagem de quem ali vive. Isso é perceptível nas imagens e nos textos das notícias analisadas. Em sua maioria, as fotografias e textos reforçam a ideia do morador homem, jovem e negro. Percebe-se, inclusive, que essa figura de quem é favelado é tão enraizada na sociedade, que nos próprios depoimentos nos textos é trazida essa consciência. Contudo, a exemplo das notícias *Encontro de cultura reúne política e rap no Lins e Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca*, é compreensível o objetivo dos autores em colocar aquelas imagens para colocar os moradores como protagonistas da pauta, não reforçando uma imagem negativa sobre eles. Por mais que os dados do Censo do IBGE de 2010 apontem uma grande presença de pessoas brancas nas favelas, a pesquisadora acredita que o fato de veicularem mais fotos com negros seja com o objetivo de empoderá-los e de dar-lhes mais visibilidade de cunho positivo.

Talvez este seja um dos principais resultados dessa pesquisa: compreender o esforço da Agência de Notícias das Favelas e propor um novo olhar sobre os negros favelados. Diante do contexto de uma sociedade que, geralmente, os exclui ou os coloca em posição regada de preconceitos e estereótipos, iniciativas como esta se tornam de extrema relevância social. Ainda sobre as questões culturais, é visível o quanto a cultura – através das suas diversas vertentes – é importante naqueles territórios. As vestimentas e linguagens utilizadas e apresentadas nos conteúdos, demonstram que há uma cultura local forte, que é algo particular daqueles territórios – corroborando as teorias apresentadas anteriormente, especialmente quando Haesbaert (1999) enfatiza essa simbologia. O funk e o rap são usados como forma de reforçar e divulgar a realidade de quem vive nas favelas “através da música e está relacionado com a construção de identidades de jovens habitantes de territórios urbanos que são marcados por formas similares, mas não idênticas, de racismo, pobreza e segregação espacial” (LOPES, 2009, p. 372). A cultura dos bailes funks é mantida para ser, muitas vezes, uma forma de fuga da realidade violenta. O que se vê, no senso comum criado pelos meios de comunicação hegemônicos, como o funk é a forma de lazer e o ritmo que identifica esse segmento social, então se tem jovem negro favelado, é igual à traficante, que é igual a funkeiro. No resultado final, funk é coisa de bandido (ZACCONE, 2007). Sendo assim, como é exposto também na notícia *Anitta, Rennan da Penha e a criminalização do funk carioca*, é comum que notícias sobre assassinatos ou prisão de jovens sejam relacionadas ao funk. Essa situação demonstra, além de haver um preconceito com os moradores das favelas que frequentam bailes, um poder das forças policiais diante desse público.

Forças, estas, que marcam o cotidiano das favelas. As relações de poder são nítidas, tanto no que é publicado pela grande mídia, quanto nas notícias que a ANF veicula. Porém, nas mídias da Agência, o cunho de denúncia e militância característico da comunicação alternativa é explícito e apresenta uma perspectiva diferente dos fatos. Durante a análise desta dissertação, foi possível constatar vários aspectos de abuso do poder público e, principalmente, de negligência para com os envolvidos nos acontecimentos. Ou seja, os moradores das favelas convivem diariamente com a tensão de presenciarem situações de violência e descaso com a vida dos menos favorecidos, especialmente após a

disseminação das UPPs – que era para ser um Programa positivo e, de acordo com as teorias e as notícias analisadas, aumentou ainda mais o índice de mortes nas favelas.

Sobre os aspectos urbanos, é visível o quanto as teorias se aplicam ao dia a dia das favelas, principalmente no quesito de moradias e infraestruturas. É muito importante ver a representatividade da realidade nos conteúdos veiculados pela Agência, destacando o apelo de denúncia que eles apresentam. Dificilmente na mídia hegemônica seriam publicados imagens e relatos como os que são veiculados na notícia *Rua do Amparo: Do desespero de anos a esperança de um povo*. O fato desta notícia elucida, em mais uma circunstância, o descaso com a vida de quem mora na favela. A falta de infraestrutura, de cuidado e incentivos públicos com questões de direitos humanos básicos como água e luz, reflete diversas características do processo segregação sócio espacial – especialmente no que diz respeito à desigualdade.

É interessante destacar o modo de comunicar da Agência de Notícias das Favelas. Desde as pautas a serem abordadas, até as fontes escolhidas para serem entrevistadas, evidencia uma preocupação da organização em mostrar o “outro lado” dos fatos. Como foi revisto nesta dissertação, há um silenciamento das vozes locais por parte da mídia hegemônica. Muito dificilmente a mãe de um jovem morto por bala perdida ou sem motivos e provas concretas seria ouvida pelos veículos de comunicação convencionais. E são nestes depoimentos que fica ressaltada uma perspectiva mais condizente com a realidade dos fatos. Uma perspectiva com a qual àqueles que convivem dia após dia naqueles territórios, podem se identificar. E como se dá essa identificação? Que identidade é essa?

No ano de 2005, a ANF foi instituída como uma ONG para levar adiante a luta pela democratização da informação da favela para o mundo, tendo como protagonistas seus próprios moradores. E é isso que eles fazem. Não, necessariamente, para construir uma nova imagem das favelas. Mas, sim, para desmistificar o seu cotidiano. Trazer, por meio das vozes de quem ali vive, os acontecimentos – corroborando com as teorias de Sen (200) e Escosteguy (2001) de utilizar o jornalismo e os meios de comunicação para uma atuação democrática e que impulse culturas e classes que costumam ser ocultadas pela mídia convencional. Sendo assim, como não colocar o homem, jovem e

negro como protagonista dos fatos? Como não evidenciar o funk e o rap? Como não trazer as pautas de Segurança Pública? Isso é a favela.

A favela, diante dos conteúdos da ANF é, sim, um território que possui tensionamentos políticos e sociais e que sofre diariamente com a desigualdade do país. Contudo, as comunidades podem ser um exemplo de como se viver feliz, apesar de todas as dificuldades. É uma sociedade que se movimenta e se organiza a favor das suas culturas e dos seus direitos. É, também, um povo que se ancora nos territórios e cria suas raízes, suas identidades. São moradores que abraçam a identidade e o modo de vida daquele local, e vivem com foco nas potencialidades da vida na favela.

7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO, 1987.

ABIKO, Alex; COELHO, Leandro de Oliveira. **Urbanização de favelas: procedimentos de gestão**. Porto Alegre: ANTAC, 2009.

AGUIAR, Pedro. **Sistemas Internacionais de Informação Sul-Sul: do pool não-alinhado à comunicação em redes**. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação da UFRJ. Orientadora: Suzy dos

ANDRÉ, M. C. **O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros**. 1 ed. Brasília: LGE Editora, 2008.

ALBAGLI, S. **Globalização e espacialidade: o novo do local**. In: GLOBALIZAÇÃO & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

ALLIX, André. **Manual de geografia general: física, humana y económica**. Madrid: Ediciones Rialp, 1967.

ARAUJO, V.M.R.H. de. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, 1994.

BARATA, Luiza Cunha. *Experiências e espaços de mídia utilizados por moradores da favela da Providência no período pós-Olímpico*. Revista Comunicare. 2018.

BARDIN, L. (2010). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.

BELOCHIO, V. **Jornalismo Colaborativo em Redes Digitais: Estratégia Comunicacional no Ciberespaço. O caso de Zero Hora.com**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **A urbanística dos CIAM**. In: História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BERNARDES, Jefferson. Agência Preview, 2019.

BRANDÃO, Ana Luiza. faveladarocinha.com/beco-nosso.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANO, Ignácio. **Letalidade policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997. _____. Execuções sumárias no Brasil: o uso da força pelos agentes do Estado. In JUSTIÇA GLOBAL (org.). Execuções sumárias no Brasil: 1997-2003. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2003.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. & OLIVEIRA, E. A. A. Q. O. *Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação*. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 1 (1), P. 167-184, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELLA, Ademir Antonio. *As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa*. 2008. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109815/2/101.pdf>

CERQUEIRA LIMA, Débora. **A organização na rede: a influência das novas tecnologias para as relações organizacionais**. In: CARDOSO, Claudio (org.). Comunicação organizacional hoje II: novos desafios, novas perspectivas. Salvador: Edufba: Gente, 2004

CERTEAU, M. de. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. **Globalização da cultura**. Barueri, SP: Monole, 2005.

CONSTANT, Flávia M. **Tantinho, memória em verde e rosa: Estudo do Processo de Construção de uma Memória da Favela da Mangueira**. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História, Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. *Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia*. 2007. Disponível em: <http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT5-62-765-20070107200614.pdf>

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DANNA, M. F.; MATOS, M. A. **Aprendendo a observar**. São Paulo: Edicon, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Informação para a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável**, 2003.

DUTRA, Juliana Noronha. **Rap: identidade local e resistência global**. Juliana Noronha Dutra. São Paulo: [s.n.], 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. 1998. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 9, dezembro 1998, 87-97.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. 2001. **Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana**. Autêntica Editora Ltda, Belo Horizonte/MG.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. 2012. Jornalismo e estudos culturais: uma perspectiva cultural. In: Itania Maria Mota GOMES (org.), **Análise de telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador, Edufba, p. 25-38.

ESTEVES, João Pissarra. **Os mídia e a questão da identidade. Sob as leituras pós-modernas do fim do sujeito**. Universidade de Lisboa. Mar. 1999.

ETGES, Virginia Elisabeta. **A região no contexto da globalização: o caso do vale do Rio Pardo**. In:VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma*. **REDES**, Santa Cruz do sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez.2005.

EWALD, Ariane P.; SOARES, Jorge C. **Identidade e subjetividade numa era de incerteza**. *Estud. psicol. (Natal)*. Natal, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em:

FERNANDES, André. **Perseguindo um sonho**. A história da fundação da primeira agência de notícias de favelas do mundo. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2014.

FERNANDES, André. 2017. **Entrevista** concebida à acadêmica no dia 23 de novembro de 2017.

FERNANDES, André. 2019. **Entrevista** concebida à acadêmica no dia 4 de junho de 2017.

FERRAZ, Joana D"Arc Fernandes. **A Chacina de Vigário Geral: a violência como princípio**. Rio de Janeiro, 2004.

FROEHLICH, J. M. (Org). (2012). **Desenvolvimento territorial. produção, identidade e consumo**. Ijuí, RS: Editora Unijuí

FUGISAWA, D. S. *Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de crianças: implicações na formação do fisioterapeuta*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. A mídia alternativa dos movimentos sociais na Web. 2006. **Anais da Sessão Coordenada Internet e Política II, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política**, Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/junho 1995.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del Periodismo: Cómo se forma el presente**. Paidós: Barcelona, 1a Ed, 1991.

GOVERNA F., **Il milieu come insieme di beni culturali e ambientali**, in "RGI" 1997 (a)

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal*. Revista Brasileira de Estatística, nº 55, 1953, p.250-278.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: A rede gaúcha no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HALL, S. Da diáspora. **Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. 1997. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 22(2):15-46, jul.-dez.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOLANDA, André. **Estratégias de abertura: O jornalismo de fonte aberta dos casos Indymedia, CMI, Slashdot, Agoravox, Wikinotícias e Wikinews.** UFBA. 2007.

<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n1/a03v12n1.pdf>

<https://www.clarin.com/>

<https://www.folha.uol.com.br/>

IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

INCLUSÃO DIGITAL: a brecha para que o Brasil se aproxime de seus excluídos. Revista Inteligência Empresarial, n.14, janeiro 2003.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência.** São Paulo: Aleph, 2008.

JODELET, D. (1998) **La representación social: Fenómenos, concepto y teoría.** In: MOSCOVICI, S. e osts. (1998) *Psicologia Social I. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales.* Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.

JOHNSON, Richard. 1999. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Tradução e organização de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro.** Sandra Jovchelovitch e Jacqueline Priego-Hernandez. – Brasília: UNESCO, 2013.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOWARICK, Lúcio; CAMPANARIO, M. A. **São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado.** In: *Lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente.* 1988.

KOVACH, BILL. ROSENSTIEL, Tom (coautor). **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise.** Luciana Corrêa do Lago. - 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução de Rubens E. Frias). **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris, Ed anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e novas centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Editora Escola de Arquitetura da UFMG, 2011.

LOPES, Adriana Carvalho. *A favela tem nome próprio: a (re)significação do local na linguagem do funk carioca*. RBLA, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 369-390, 2009.

LOPES, Adriana Carvalho; FACINA, Adriana. *Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.6, 2012, p.193-206. Disponível em:
http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_AGCRJ_6_2012.pdf#page=193

MAFFESOLI, M. *Perspectivas tribais ou a mudança de paradigma social*. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, n. 23, abr. 2004.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora Senac, 2005

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. Madrid: Editorial Aguilar, 1930.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Pistas para entre-ver meios e mediações*. In:_____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. 2009. *A dissolução dos estudos culturais: consenso genealógico e indefinição epistemológica*. In: **Anais do XIX Encontro da Compós**, Rio de Janeiro, RJ, p. 1-16, jun.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARZULO, Eber Pires. *Da identidade social dos pobres que vivem em favelas. Existe o favelado?* XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2003.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço de identidade**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap.10, p. 217-227.

MISH, Frederick C. **Merriam-Webster Online Dictionary**. Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em <http://www.merriam-webster.com/>

MORAES, D. de. *Comunicação, Hegemonia e Contra - hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci*. Revista Debates, Porto Alegre ,v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Ana Luiza Coiro. A análise cultural: um método de procedimentos em pesquisas. 2016. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, Vol. 4, nº 7, janeiro-junho.

NERI, M., CARVALHAES, L., NERI, A.L., PIERONI, A. **Lei de Moore e Políticas de Inclusão Digital**. Revista Inteligência Empresarial, n.14, jan. 2003.

NÓRA, Gabriela; PAIVA, Raquel. **Comunidade e Humanismo prático: a representação da periferia no Rio de Janeiro**. In: Comunidade e Contra-hegemonia: Rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Políticas & Sociedade – Revista de Sociologia Política**, PPSP UFSC, 2009.

PERUZZO, Cecília. **Conceitos e comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. In: ECO Pós, v.12, n.2, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, 2005.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. *Estudos em jornalismo e mídia*. v.1, n.2. p.13-30, 2004.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

POLLICE, F. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local**. Espaço e Cultura, n. 27, p. 7-23, 2010.

QUÉAU, P. **A revolução da informação: em busca do bem comum**. Ciência da Informação, v.27, n.2, 1998.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Trad. Lúcia Mathilde Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ROJAS ORDUÑA, Octavio I.; ALONSO, Julio; ANTÚNEZ, José Luis; ORIHUELA, José Luis; VARELA, Juan. **Blogs: revolucionando os meios de comunicação**. São Paulo: Thomson, 2007. 208 p.

ROLNIK, Raquel. **Zonas de especial interesse social. Dicas: idéias para ação municipal.** São Paulo, PÓLIS, n.117, 1998.

SALAS, Minor M. e CASTRO, Franklin S.: Segregación urbana: un acercamiento conceptual. In: Revista de Ciências Sociales . Universidade de Costa Rica, Costa Rica, n.61, p. 17-26, 1993.

SANTOS, B. S. **Democratizar a Democracia.** Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, C.N.F. Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In VALLADARES, L. P. (Org.) **Repensando a habitação no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. & OLIVEIRA, E. A. A. Q. O. *Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação.* REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 1 (1), 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Suzy. dos. *Convergência.* In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). Dicionário da Comunicação. pp. 79-80. São Paulo: Paulus, 2009.

Santos. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Proposições para estudos territoriais.* Revista GEOgraphia. Niterói: RJ. n 15, p. 71-85, 2006.

SAQUET, Marcos. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHIMIDT, L. P. Revisitando o conceito: a segregação urbana e suas abordagens. In: Saberes Geográficos: teorias e aplicações (Org: VESTENA, L. R. et al.) Guarapuava: Unicentro, 2009.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, A. **Desenvolvimento como prática da liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Jailson Souza. *A favela imaginária da classe média*. In: Revista GLOB(AL), nº1, outubro/novembro de 2003.

SIMMEL, Georg. El Pobre. In: *Sobre la individualidad y las formas sociales*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

SORJ, **B.brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: Unesco, 2003.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. *Território e Identidade*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas, n. 6, ano 4, nov. 2007, p. 126 – 148.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. 3. ed. Rev. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. São Paulo: o caleidoscópio urbano. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol.15, nº1. São Paulo, Jan./Mar de 2001

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

VALLADARES, Licia do Prado. *A gênese da favela carioca: a produção anterior as ciências sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.15 nº 44. São Paulo, out. 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV. 2005.

VAZ, Lilian Fessler. (1994). *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. Análise Social — Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 24, 127: 581-97.

VENTURA, Zuanir. **Cidade partida**. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

VÉRAS, M. **Exclusão social - um problema brasileiro de 500 anos**. In: SAWAIA, B. (Org). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

- VETTER, D. **The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: the Case of Grande Rio.** Comparative Urbanization Series, Los Angeles, University of California, 1975.
- VETTER, D., MASSENA, R. **Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria de causação circular.** In: MACHADO DA SILVA, L. A. Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1998.
- YIN, Robert K. - **Case Study Research - Design and Methods.** Sage Publications Inc., USA, 1989.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) et al. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

8 ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO ENTREVISTA COM DIRETORIA EXECUTIVA ANF

- Quem faz parte da equipe
- Como é a hierarquia
- O que faz o secretaria executivo?
- O que faz o secretaria administrativo?
- O que faz o secretaria institucional?
- Como é feito o planejamento da agencia? Quem se envolve?
- Quais os objetivos a curto, médio e longo prazo?
- Como é a relação com os parceiros da agência? Eles contribuem com dinheiro?
- Hoje, quais as formas que angariam fundos para a agencia?
- Como funciona o conselho fiscal?

Sobre a parte de criação de conteúdo:

- Quem é o responsável
- Alguem revista?
- Qual a sequencia da produção de conteúdo?
- Vocês cuidam se tem uma favela que a aparece sempre e umas que quase nunca aparecem?
- Qual a média de postagens por mês no site?
- Qual o alcance médio, numero
- Como funciona a questão partidária, religiosa. Existe filtro?
- Como vocês acreditam que a agencia atua na construção da identidade sobre os territórios abordados?

ANEXO 2

Não basta nos matarem, querem matar nossa identidade também!

Por: Julio Barroso - 22 de abril de 2019

Vi num telejornal que o número de pessoas mortas em 2018 por forças do estado cresceu em quase 20%. Adivinhem de onde eram a maioria dessas vítimas? Lógico que das periferias e das favelas. A política de extermínio ao povo preto nunca foi tão escancarada. Nesses tempos que a ignorância e discurso de ódio estão na moda, o que temos visto é uma crescente campanha da normatização do genocídio do povo preto. E esse extermínio vai dos assassinatos que testemunhamos diariamente. É uma estratégia perversa e velada. Lutamos por nossas vidas desde o útero das nossas mães. O tratamento dispensado as mulheres negras e de periferia é diferenciado ao atendimento de uma mulher branca.

Quando a criança preta atinge idade escolar, seu ingresso para o ensino está cada vez mais difícil. A cada ano as condições de trabalho nas escolas públicas tem se deteriorado. Principalmente em escolas em torno de comunidades. Não tem um dia que alguma escola municipal não tem suas atividades interrompidas por operações policiais. Isso quando uma criança não morre dentro da escola ou indo estudar.

Quando um jovem negro atinge a adolescência, a dificuldade dele entrar no mercado de trabalho formal, o empurra para informalidade e muitas vezes é obrigado a abandonar os estudos e ajudar a renda familiar. Sempre achei que esses fatores são na verdade uma tática para a perpetuação do sistema.escravocrata.

E agora como se não bastasse mais nada para nos exterminar, o fanatismo religioso cristão tem se encarregado de tentar apagar nossa identidade religiosa e cultural. Se antes esses limitavam de nos atacar em cultos nas suas igrejas, existem pastores pentecostais que se aliam a traficantes e milicianos em algumas comunidades para perseguir e ameaçar praticantes de religiões de matrizes africanas

A pergunta a ser feita é; até quando a chamada sociedade civil e opinião pública vão perpetuar os crimes com sua indiferença e inércia?

Fonte: <http://www.anf.org.br/nao-basta-nos-matarem-querem-matar-nossa-identidade-tambem/>